

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VALÉRIA DO Ó LOIOLA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS LUTAS DOS
GRUPOS SOCIAIS EM DEFESA DO AMBIENTE
PANTANEIRO**

CÁCERES/MT
2017

VALÉRIA DO Ó LOIOLA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS LUTAS DOS
GRUPOS SOCIAIS EM DEFESA DO AMBIENTE
PANTANEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientadora Profa. Dra. Tânia Paula da Silva

**CÁCERES/MT
2017**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

L834c LOIOLA, Valéria Do Ó.
Conflitos Socioambientais e as Lutas dos Grupos Sociais em
Defesa do Ambiente Pantaneiro / Valéria Do Ó Loiola - Cáceres,
2018.

152 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências
Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato
Grosso, 2018.

Orientador: Tânia Paula da Silva

1. Soja. 2. Conflitos. 3. Movimento Socioambiental . I.
Valéria Do Ó Loiola. II. Conflitos Socioambientais e as Lutas dos
Grupos Sociais em Defesa do Ambiente Pantaneiro : .

CDU 504(817.2)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES – JANE VANINI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas, realizou-se na sala de defesas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), a Banca de Defesa da Dissertação de Mestrado da aluna **Valeria do Ó Loliola**, intitulada: **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS LUTAS DOS GRUPOS SOCIAIS EM DEFESA DO AMBIENTE PANTANEIRO**. A Banca Examinadora foi constituída pela Prof^a. Dr^a. Tânia Paula da Silva (Orientadora), pela Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida (Avaliadora Externa), pelo Prof. Dr. Evaldo Ferreira (Avaliador Interno) e pelo Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza (Avaliador Interno). Após apresentação da mestranda e arguição dos membros da Banca o trabalho foi considerado Aprovado, devendo a mestranda proceder às adequações recomendadas pela Banca para entrega da versão final. Ao final foi lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Prof^a. Dr^a. Tânia Paula da Silva (Orientadora) e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações da Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Tânia Paula da Silva
Orientadora
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Dr. Evaldo Ferreira
Avaliador Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza
Avaliador Interno
Universidade Estadual de Goiás (UEG)



Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO)

Av. Santos Dumont, s/n, CEP: 78.200-000 Cáceres - MT.

E-mail: ppggeo@unemat.br

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso

DEDICATÓRIA

Dedico a minha querida mãe, Antônia, que em todos os momentos de minha vida esteve sempre ao meu lado, me ajudando e sempre incentivando para que eu buscasse um futuro melhor através dos estudos.

Ao meu pai, Evangélio por ser sempre tão presente em minha vida e por todo apoio dado ao longo dessa caminhada e pelo seu carinho que tanto me fortalece! Meu paizão agradeço muito por ter você e a mãe em minha vida. Minha base, meu espelho. Amo muito vocês.

Ao meu esposo, Paulo que, sempre com tanta paciência, entendia meus dias de preocupações e que continuamente esteve ao meu lado, apoiando minhas escolhas.

Dedico a minha filha Ana Vitória, minha pequena bailarina, que apesar da pouca idade muito me ensina, me fortalece e que faz meus dias ainda mais felizes. Amo-te infinitamente.

A minha irmã, cunhado, sobrinhos Clara e Vitor e meu filho do coração Paulinho, meus pequeninos que amo muito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força diária para superar cada desafio, sei que em todos os momentos esteve junto a mim, aliviando todas as inseguranças, medos e fraquezas.

Em especial, agradeço muito a minha tão querida orientadora Tânia Paula da Silva, espero poder retribuir tudo que fez por mim, esse sonho de alcançar um mestrado devo muito a você. Sua paciência, seus ensinamentos, simplesmente tudo, sou infinitamente grata por você fazer parte desse sonho.

Agradeço a cada professor que contribuiu com essa trajetória, em especial ao prof. Evaldo, pela sua paciência, por compartilhar conosco um pouco do seu conhecimento e por sua risada tão contagiante; profa. Célia que pela minha área de pesquisa acabei não participando de suas aulas, mas que a tenho como um grande exemplo de professora; prof. Aumeri que com suas aulas nos proporcionou grandes aprendizagens com discussões sobre a realidade brasileira; prof. José Carlos que deixa todos de queixo caído pela forma tão espontânea de ensinar, fazendo de conteúdos complexos algo fácil de compreender; profa. Luciana nos ensinando sobre o turismo e prof. André que muito nos ensinou com suas aulas de ArGiz, aprendi muito, muito obrigada a todos.

Agradeço pela colaboração das prof.^a Dr.^a Débora Calheiros e a prof.^a Dr.^a Regina Aparecida da Silva (UFMT) por disponibilizarem materiais e textos importantes para a pesquisa. Agradeço também a todos os colegas que conheci durante o mestrado.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), por me oportunizar estudar sem ter que conciliar com trabalho. Com a bolsa pude me dedicar integralmente a minha pesquisa, espero que mais pessoas tenham essa importante oportunidade.

Agradeço a Universidade do Estado de Mato Grosso e ao curso de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade da realização do mestrado em Cáceres.

E, por fim, agradeço a cada sujeito que conheci durante meu campo de pesquisa, todos os grupos socioambientais envolvidos em prol da sociedade e do

meio ambiente e que muito me ensinaram com suas lutas e histórias de vida. Pessoas maravilhosas que conheci e como quem aprendi a ter mais carinho e respeito ao próximo e ao meio ambiente. Admiro muito cada um e peço a Deus que dê força e coragem para continuar a lutar por todos que necessitam.

Aqui deixo meu muito obrigado a todos que se fizeram presentes nessa trajetória tão importante em minha vida acadêmica.

“No Pantanal ninguém pode passar régua. A régua é existidura de limites. E o Pantanal não tem limites [...].”

Manoel de Barros.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Índice de Gini da Terra nos respectivos nos 2003-2006-2014.	42
Figura 02 - Participação dos Estados Brasileiros na Produção ago/2017.	43
Figura 03 - Trajeto dos navegantes pelo Cone Sul.....	46
Figura 04 - Principais atividades econômicas de Mato Grosso no período Republicano.....	48
Figura 05 - Território e Territorialização da Produção de Soja no Brasil....	51
Figura 06 - Localização do município de Cáceres.....	53
Figura 07 - Desmembramentos do Município de Cáceres-MT.....	69
Figura 08 - Usina Ressaca em 1923 – O engenho.....	82
Figura 09 - Fachada atual do engenho da fazenda Ressaca.....	83
Figura 10 - Colheita da primeira safra de soja na fazenda Ressaca em 2015.....	87
Figura 11 - Imagem de satélite da localização da fazenda Ressaca.....	89
Figura 12 - Mapa de localização da Fazenda Ressaca.....	90
Figura 13 - Aptidão agrícola em Mato Grosso.....	91
Figura 14 - Poluição Invisível. Contaminação dos mananciais por agrotóxicos despejados nas lavouras.....	92
Figura 15 - Campanha de grupos ambientalistas de proteção e preservação do Pantanal.....	93
Figura 16 - Comunidades Pantaneiras de Cáceres/MT.....	98
Figura 17 - Localização das comunidades pantaneiras, ribeirinhas, morroquianos e beiradeiros.....	101
Figura 18 - Folder de divulgação – Pantanal por inteiro e não pela metade.....	105
Figura 19 - Localização da Hidrovia Paraguai-Paraná.....	114
Figura 20 - Oficina de Apicultura.....	122
Figura 21 - Oficina de confecção da Viola de Cocho.....	123
Figura 22 - Faixas expostas no dia do evento na Chácara Tuiuiú.....	123

Figura 23 -	Acordo firmado pelos agentes públicos como garantir a preservação do rio Paraguai.....	124
Figura 24 -	Mística realizada pelo grupo Raízes para os rios da região....	125
Figura 25 -	Chegada das chalanas carregadas de lixo recolhido do rio Paraguai.....	126
Figura 26 -	A – Restauração ecológica na bacia do Alto Paraguai; B: Plantio de mudas para a reflorestamento de nascentes do Pantanal.....	127
Figura 27 -	Formação/capacitação com os trabalhadores rurais na região da fronteira com a Bolívia.....	129
Figura 28 -	Feira de Economia Solidária e Agroecológica (FEISOL), na Universidade do Estado de Mato Grosso.....	130
Quadro 01	Valor da terra nua em Mato Grosso/há.....	54
Quadro 02	Área dos estabelecimentos agropecuários.....	74
Quadro 03	Projeto de Assentamento implantado pelo INCRA em Cáceres/MT.....	77
Quadro 04	Principais ações desenvolvidas pelos grupos socioambientais, organizações e entidades de Cáceres.....	112
Quadro 05	Fatores positivos, negativos e classificação de impactos quanto ao serviço de dragagem em relação aos aspectos socioeconômicos e ao meio físico e biótico.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS

Art. – Artigo

ARPEP - Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal

CF – Constituição Federal

Codemat - Companhia de Desenvolvimento em Mato Grosso

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

COOPFAMI - Cooperativa Agropecuária de Produtores da Agricultura Familiar

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EVTEA - Estudo de viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ILP – Integração Lavoura/Pecuária

INCRA/MT - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso

GAIA - Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental

Ha – Hectares

FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional de Mato Grosso

FEISOL - Feira de Economia Solidária e Agroecológica

FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FLEC - Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres

FETAGs - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Sergipe

MST – Movimento dos Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

ONGs – Organizações Não Governamentais

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PIN - Plano de Integração Nacional

POLOAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROBOR - Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal

PRODEFAN - Programa de Desenvolvimento do Pantanal

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria

SEJUD/MT - Centro de Referência em Direitos Humanos de Mato Grosso

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

STTRs- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Unemat – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNESCO – Organização das Nações Unidas

WWF – Word Wildlife Fund

ZPE - Zona de Processamento de Exportação

RESUMO

No Brasil, o atual modelo de desenvolvimento adotado favorece a expansão econômica sem a devida preocupação com as questões ambientais, situação que cada vez mais gera tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos. Neste contexto, é imprescindível analisar os conflitos socioambientais decorrentes da espacialização da monocultura da soja no município de Cáceres/MT. Busca-se, portanto, analisar as transformações socioculturais e ambientais em Cáceres, identificando, assim, os grupos sociais mais afetados, seus projetos, aspirações e visões de mundo, desvelando seus saberes e práticas na luta em defesa do meio ambiente e dos povos que nele vivem. Acredita-se que o cultivo da soja possibilita o crescimento econômico de um determinado grupo social, mas também, desencadeia inúmeros conflitos ambientais, sociais, econômicos e culturais. Os procedimentos metodológicos utilizados se pautam na pesquisa bibliográfica obtida a partir de livros, dissertações, artigos, sites especializados voltados à temática, com o intuito de construir e proporcionar aos leitores um claro entendimento quanto ao assunto tratado; levantamento de dados sobre os grupos socioambientais de Cáceres, por meio da coleta de entrevistas e pesquisa participativa; análise e organização dos dados, participação em eventos, reuniões, análise de reportagens e principais manchetes dos jornais locais. Os resultados da pesquisa apontam que apesar de não haver uma transformação socioespacial efetiva, decorrente da implantação da monocultura da soja em Cáceres-MT, vivenciamos no município vários conflitos atrelados a esta produção; em específico, o uso irrestrito do rio Paraguai para a manutenção da monocultura, bem como as ações/projetos criados e em processo de implementação para sua manutenção, o que na atualidade tem causado diversos problemas ambientais, sociais, culturais e econômicos à comunidade cacerense. Os grupos sociais, organizações e entidade desenvolvem táticas sustentáveis que oportunizam um melhor gerenciamento do território no município. Portanto, constata-se a necessidade de mudanças e atitudes por parte dos empresários capitalistas e gestores municipais e estaduais em prol da sociedade e do meio ambiente e, conseqüentemente, a construção de uma nova relação sociedade/natureza em Cáceres-MT e região.

PALAVRAS-CHAVE: Soja. Conflitos. Movimentos Socioambientais.

ABSTRACT

In Brazil, the current model of development favors economic expansion without due concern for environmental issues, a situation that increasingly generates tensions and conflicts over the use of space and resources. In this context, it is essential to analyze the socioenvironmental conflicts arising from the spatialization of soybean monoculture in the city of Cáceres / MT. It seeks, therefore, to analyze the socio-cultural and environmental transformations in Cáceres, thus identifying the most affected social groups, their projects, aspirations and worldviews, unveiling their knowledge and practices in the fight for the environment and the peoples who they live in it. It is believed that soybean cultivation enables the economic growth of a particular social group, but also, triggers numerous environmental, social, economic and cultural conflicts. The methodological procedures used are based on the bibliographical research obtained from books, dissertations, articles, specialized websites focused on the theme, with the purpose of constructing and providing readers with a clear understanding of the subject matter; data collection on the socio-environmental groups of Cáceres, through the collection of interviews and participatory research; analysis and organization of data, participation in events, meetings, analysis of reports and main headlines in local newspapers. The results of the research indicate that although there is no effective socio-spatial transformation, due to the implantation of the soybean monoculture in Cáceres-MT, we experienced in the city several conflicts linked to this production; in particular, the unrestricted use of the Paraguay River for the maintenance of monoculture, as well as the actions / projects created and in the process of implementation for its maintenance, which currently has caused several environmental, social, cultural and economic problems to the Cacerian community. The social groups, organizations and entity developing sustainable tactics that allow a better management of the territory in the municipality. Therefore, there is a need for changes and attitudes on the part of capitalist entrepreneurs and municipal and state managers in favor of society and the environment and, consequently, the construction of a new society / nature relationship in Cáceres-MT and region

KEYWORDS: Soy; Conflicts; Socio-environmental Movements.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Opções Teórico-Metodológicas.....	19
1.2	Organização da Dissertação.....	23
2.	REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO DA PESQUISA.....	25
2.1	O Espaço e as Relações sociais.....	25
2.2	Território Enquanto Espaço de Disputas Territoriais.....	28
2.3	Movimento Social e Movimento Socioambiental: conceitos e premissas.....	30
3.	A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO.....	36
3.1	Contextualizando a Questão Agrária em Mato Grosso.....	36
3.2	Formação de Mato Grosso.....	44
3.3	A Evolução da Soja em Mato Grosso.....	49
3.4	A Luta Pela/Na Terra no Brasil e em Mato Grosso.....	55
3.5	Conflitos Socioambientais.....	61
4.	DINÂMICA TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT: CONFLITOS NA PRODUÇÃO E USO DO TERRITÓRIO.....	65
4.1	O Município de Cáceres-MT.....	65
4.2	Cáceres-MT: estrutura fundiária, luta pela terra e agronegócio.....	72
4.3	Fazenda Ressaca no contexto de Cáceres-MT.....	81
5.	OS GRUPOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA DEFESA DO AMBIENTE PANTANEIRO EM CÁCERES-MT: RESISTÊNCIA FRENTE A EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO CACERENSE.....	95
5.1	COMUNIDADES TRADICIONAIS PANTANEIRAS	96
5.1.1	Agricultura Camponesa.....	96
5.1.2	Povos Pantaneiros.....	97
5.1.3	Comunidades Quilombolas.....	98
5.1.4	Povos Morroquianos.....	99

5.1.5	Povos Ribeirinhos.....	99
5.2	GRUPOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	101
5.2.1	Grupo Raízes.....	101
5.2.2	Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida.....	102
5.2.3	Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres (FLEC) e o Comitê do Rio Paraguai.....	103
5.2.4	Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental (GAIA).....	105
5.2.5	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional de Mato Grosso (FASE).....	106
5.2.6	Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO.....	107
5.2.7	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres – MT (STTRS).....	108
5.2.8	Centro de Referência em Direitos Humanos de Cáceres-MT.....	110
5.3	Ações em prol do desenvolvimento de Cáceres e as Táticas Sustentáveis.....	112
5.3.1	A Hidrovia Paraguai-Paraná: perspectiva capitalista	112
5.3.2	As Táticas Sustentáveis para um melhor Gerenciamento do Território no Município de Cáceres - MT	116
5.3.3	O dia do rio Paraguai: desenvolvimento na perspectiva dos Grupos Socioambientais	119
5.3.4	Restauração Ecológica para Conservação dos Recursos Hídricos no Pantanal Mato-Grossense	126
5.3.5	Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal	128
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
	GLOSSÁRIO	147
	APÊNDICE – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	149

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação está inserida no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado de Mato Grosso, e intitulada: “Conflitos socioambientais e as lutas dos grupos sociais em defesa do ambiente pantaneiro”, está inscrita na linha de pesquisa: Dinâmica Espacial. Tem-se por objetivo analisar e compreender os conflitos socioambientais decorrentes da espacialização da monocultura da soja no município de Cáceres/MT. Busca-se analisar as transformações socioculturais e ambientais na região, identificando, assim, os grupos sociais mais afetados, seus projetos, aspirações e visões de mundo, desvelando seus saberes e práticas na luta em defesa do meio ambiente e dos povos que nele vivem.

Acredita-se que o cultivo da soja possibilita o crescimento econômico de um determinado grupo social, mas também desencadeia inúmeros conflitos ambientais, sociais, econômicos e culturais, pois, à medida que a fronteira agrícola avança, mudanças radicais são provocadas na estrutura do município e da região gerenciada pelos atores hegemônicos para o sucesso do cultivo da monocultura e, muitas vezes, em detrimento dos grupos sociais que ali vivem e sobrevivem.

Assim sendo, compreender os conflitos, principalmente em relação à questão socioambiental, justifica-se pela necessidade de verificar as transformações socioculturais e ambientais na região em decorrência da implantação da monocultura da soja; pelo anseio em entender quais são os conflitos socioambientais vivenciados cotidianamente em Cáceres.

Partindo desta problemática elencamos como questões norteadoras: quais as transformações socioculturais e ambientais vivenciadas em Cáceres após a implantação da monocultura da soja? Quais os grupos mais afetados e principais conflitos socioambientais existentes neste território? Qual visão desses grupos quanto as possíveis transformações socioespaciais decorrentes do cultivo da monocultura da soja no território de Cáceres? Como os sujeitos que compõem esses grupos percebem o meio ambiente, sua preservação e conservação? Como se organizam e quais suas bandeiras de luta em defesa da sociedade e do meio ambiente? De que forma seus saberes e práticas contribuem na defesa da questão socioambiental no município de Cáceres e região?

Observa-se que nas últimas décadas o agronegócio vem se ampliando e alcançando proporções jamais vista, transformando de maneira bastante significativa o meio rural brasileiro, concentrando grandes extensões de terras e tendo o domínio de tecnologias de ponta. Tal situação, segundo Fernandes (2008a), pressupõe que a concentração fundiária e a expansão do agronegócio têm sido responsáveis também pela expansão de conflitos no campo brasileiro, devido ao aumento vertiginoso do controle sobre o território e as relações sociais, desenvolvendo, conseqüentemente, as injustiças sociais. O referido autor afirma ainda que quanto mais se produz, mais recursos naturais serão explorados, ampliar o capital e o enriquecimento de apenas uma parcela da população, e tendo como efeito desse processo o aumento das desigualdades socioambientais.

Portanto, urge a necessidade de debates e reflexões a respeito das conseqüências negativas existentes nas relações entre sociedade e natureza, intimamente, subordinados ao modo de produção capitalista. Um modo de produção que possui como essência a exploração do trabalho para a produção e ou reprodução, acúmulo e centralização do capital, tendo como conseqüências visíveis a degradação ambiental, o êxodo rural, a segregação socioespacial, a miséria, a fome, a violência, entre outros (CAMACHO, 2010a).

Em Mato Grosso, a intensa ocupação do Cerrado, voltada para a monocultura de grãos e formação de pastagens cultivadas, tem ocasionado inúmeras alterações no ambiente natural, como também nas questões sociais, econômicas e culturais. Na atualidade, verifica-se também um avanço acelerado na produção de soja em grande parte do Estado, e mais recentemente esse tipo de produção agrícola passa a ser inserido no município de Cáceres, com forte aporte de inovações tecnológicas, bem como ressalta Mesquita (2008) quando ressalta que:

O formato que a política econômica neoliberal e, conseqüentemente, a política agrícola e agrária assumiu nos anos noventa, foi desfavorável à agricultura camponesa e adequada ao agronegócio de grãos. Desde então o aumento da produção de soja se deve dentre outros fatores a adoção de incentivos fiscais favoráveis à exportação por parte do Estado, o qual tinha por objetivo facilitar a entrada do capital no setor agrícola (MESQUITA, 2008, p.3).

Tal situação passa a ser destacada com a inserção da produção de soja no município de Cáceres-MT, que aos poucos vem provocado mudanças na feição da

agricultura cacerense e conflitos entre os empresários capitalistas/latifundiários/sojicultores e os diversos grupos sociais desta região, principalmente no que tange os aspectos socioambientais.

Assim, vivenciamos no município duas racionalidades em confronto: de um lado, a população e os grupos sociais que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, os latifundiários produtores da monocultura da soja, empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária (ALCSERAD, 2004), fazendo uso indiscriminado de agrotóxicos, que acarretam poluição ambiental, perda da biodiversidade e impactos à saúde humana e a nossa sociobiodiversidade.

A relação entre monocultura e latifúndio tem formado uma combinação impactante socioambientalmente. Tendo como principais cultivos a cana, a soja e o eucalipto, os agroecossistemas simplificados do agronegócio requerem a utilização cada vez maior de agroquímicos para combater pragas e garantir a produtividade, ocasionando grandes impactos a nossa sociobiodiversidade (CAMACHO, 2010 b, p. 02).

Contudo, como destaca Leonel (1998) há necessidade e urgência da adoção de uma agricultura mais responsável social e ambientalmente, pois o uso adequado dos recursos naturais é uma exigência social decorrente da atualidade do desafio planetário da sustentabilidade.

O debate acerca dos conflitos socioambientais e as lutas dos grupos sociais em defesa do ambiente pantaneiro e região, busca contribuir com a produção e disseminação do conhecimento sobre o campo mato-grossense, a qual poderá ser utilizada futuramente para auxiliar os grupos socioambientais em seus processos de luta e defesa da sociedade e do ambiente pantaneiro.

1.1 Opções Teórico-Metodológicas

Esta pesquisa tem por base a perspectiva crítico-dialética, pois a mesma, segundo Gil (2008, p. 14) “[...] fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, que visa estabelecer os fatos sociais que não podem ser entendidos quando considerados isoladamente.

E mais, a perspectiva dialética possibilita a compreensão do “homem como um ser histórico que, ao estabelecer relações com o mundo, cria contradições e gera conflitos nas relações e assim possibilita a organização da vida social” (DINIZ e SILVA, 2008, p. 03).

A abordagem qualitativa, para Flick (2009), é tratada como relevante todo o processo de pesquisa, pois o método e as questões do estudo são compreendidos e definidos a partir de uma perspectiva orientada ao processo investigativo. Portanto, por meio da abordagem qualitativa é possível questionar a aparência do fenômeno, buscando em sua totalidade compreender a realidade. Assim sendo, a abordagem qualitativa proporciona maior compreensão sobre o fenômeno investigado, isso porque “[...] as ações são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência; preocupando-se com a complexidade do problema e como ele se manifesta nas interações cotidianas” (BODGAN e BIKLEN, 1994, p. 48).

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento dessa pesquisa envolveram, de início, uma revisão bibliográfica para construção do embasamento teórico sobre o tema, utilizando livros, teses, dissertações e artigos científicos, buscando autores que discutem o tema em questão, sendo eles: Fernandes (2008a; 2008b; 2000), Little (2001), Martinez-Alier (2007), Moreno (1993 e 2007), Oliveira (2003; 2007), Schwenk (2013), e demais autores que possuem discussões dentro da temática principal.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico, sobretudo com publicação em periódicos. As principais vantagens da pesquisa bibliográfica é reunir dados muito dispersos em meio a infinidades de conteúdos existentes. No entanto, há desvantagens devido ao possível comprometimento dos dados e da qualidade da pesquisa em relação a realidade.

Em seguida, lançou-se mão da pesquisa documental, buscando nos meios digitais, as principais manchetes publicadas sobre o avanço do agronegócio, perspectivas, e possíveis problemas em decorrência desse avanço em área pantaneira. Utilizou-se também, fontes secundárias com análise de dados disponíveis em sites oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MT) e outros.

A terceira etapa foi a elaboração e aplicação do roteiro de entrevistas, bem como a pesquisa participante junto às ações desenvolvidas pelos grupos

socioambientais. Ressalta-se a opção por entrevistar as lideranças dos grupos sociais mais atuantes na região. O roteiro de entrevista encontra-se disponibilizado no final da desta dissertação (Apêndice A).

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter dados que interessam à investigação, sendo, portanto, uma forma de interação social (GIL, 2008). A entrevista tem a intenção de estimular o sujeito a narrar suas vivências, direcionando-o com questionamentos fundamentais.

A pesquisa participante se mostrou fundamental, pois permitiu contato do pesquisador com os sujeitos, possibilitando melhor compreensão sobre os grupos, seus conflitos, suas lutas e desafios. Sendo uma forma de aproximação às manifestações e formulações dos participantes em relação às dimensões socioculturais e ambientais, mas também de percepção das particularidades que podem conduzir a novas formulações e a novas perspectivas de análise (GUERRA, 2012).

A pesquisa com abordagem qualitativa foi apoiada, diretamente, no relato de oito entrevistados que atuam fortemente em defesa do rio Paraguai e de todo ambiente pantaneiro e dos direitos das populações menos favorecidas. E a partir de observações vivenciadas nas ações e atividades desenvolvidas por pelos grupos. Contrapondo as informações coletadas com entrevistas e participações em reuniões e palestras do grupo empresariado/latifundiário de Cáceres, análise de reportagens e manchetes dos jornais locais.

O roteiro de entrevista possibilita aos entrevistados discorrerem sobre suas vivências, militâncias e opiniões acerca das questões abordadas. Assim como menciona Triviños (1987):

A entrevista semiestruturada parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Dessa forma, para a compreensão da perspectiva capitalista e modelo econômico, as análises parte da participação da pesquisadora em palestras, eventos, busca por materiais disponibilizados na internet sobre a fazenda Ressaca, alvo deste trabalho. Assim sendo, fez-se a contraposição entre os dois modos econômicos vigentes, de um lado a agricultura camponesa e de outro o modo capitalista de produção.

Todas as entrevistas foram individuais e gravadas em áudio, para uma melhor análise do diálogo e para manter a fidelidade do discurso de cada sujeito investigado, em local e hora escolhido pelos participantes. Durante este processo coletamos também informações a partir de outras conversas que não em momentos das entrevistas, as quais foram registradas por meio de anotações no caderno de campo e complementadas com registros fotográficos. O processo de entrevista nos possibilitou conhecer a realidade e lutas de cada grupo social que estão diretamente ligadas às causas sociais e ambientais no município de Cáceres-MT.

Ressalta-se que ao início de cada entrevista foi solicitado a assinatura de um termo de consentimento, o mesmo possibilitava ao entrevistado desistir da participação, caso não se sentisse à vontade em algum momento ou após a entrevista.

Após finalizarmos as entrevistas, iniciamos a transcrição dos relatos colhidos. Neste momento, optamos por transcrever os relatos conforme orientação de Whitacker et. al. (2002), ou seja, exatamente conforme o que foi dito pelo entrevistado, sem editar ou suprimir vícios de linguagem, pois:

[...] é evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição [...] Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los (WHITACKER et. al. 2002, p.116).

Ao inserirmos os relatos no espaço da dissertação optamos, por questões éticas, não revelar os nomes dos entrevistados, preservando a identidade de cada participante que colaborou significativamente com o resultado desta pesquisa. Optando assim, por identificá-los apenas como representantes dos movimentos sociais, ONGs, entidades ou sindicatos que atuam. Para análise das entrevistas e

seleção dos diálogos inseridos no texto nos baseamos em critérios apontados por Goldenberg (2000, p. 95):

[...] deve-se analisar comparativamente as diferentes respostas, as ideias novas que aparecem, o que confirma e o que rejeita as hipóteses iniciais, **o que estes dados levam a pensar de maneira mais ampla**. Este momento exige muito tempo de reflexão e dedicação para se tirar o máximo de ideias de cada resposta conseguida [grifo nosso].

Por fim, ressalta-se que os participantes desta pesquisa, em sua grande maioria, lideranças dos grupos socioambientais do município de Cáceres/MT, possuem características singulares, relevantes, que os qualificam como uma fonte rica em potencial de informações sobre os conflitos socioambientais e as lutas dos grupos sociais em defesa do ambiente pantaneiro.

1.2 Organização da dissertação

A presente dissertação está organizada da seguinte forma:

O **capítulo I** compreende a introdução, em que é realizada a contextualização e problematização sobre o tema da pesquisa, bem como versou-se sobre as estratégias metodológicas utilizadas para auxiliar na compreensão do objeto de estudo. Por fim, expõe-se a organização do material coletado *in loco*.

No **capítulo II** é desenvolvido o referencial teórico, com conceituação das relações sociais, conflitos, tensões e disputas acarretadas no território devido distintas formas de utilização dos recursos naturais. Procurou-se fundamentar teoricamente a pesquisa com apoio dos escritos de Oliveira (2003; 2007), Schwenk (2013), Fabrini, Fernandes (2008; 2008a; 2012), Little (2001), Martinez-Alier (2007), Moreno (1993 e 2007), dentre vários outros.

Quanto ao **capítulo III** apresenta-se uma contextualização sobre a questão agrária em Mato Grosso, com um retrospecto sobre o processo de colonização do Estado, projetos empreendidos pelo Governo Federal de incentivos à migração e ocupação de terras mato-grossenses. Como também, destaca-se o processo de formação e a inserção das primeiras lavouras de monocultura da soja e principais conflitos socioambientais evidenciados no Estado.

Para o **capítulo IV** contextualiza-se a dinâmica territorial no município de Cáceres/MT, os principais conflitos decorrentes das formas de produção e uso do

território, a estrutura fundiária do município, a luta pela terra e o agronegócio. Apresenta-se os dados da pesquisa, obtidos por meio de entrevistas, imagens, participação em debates, eventos e reuniões desenvolvidas pelos grupos sociais e por grupos capitalistas, ambas em locais, datas e públicos diferenciados, partindo de interpretação de um movimento dialético reflexivo.

No **capítulo V** expõem-se as ações empregadas em prol do desenvolvimento de Cáceres e região, partindo de perspectivas e interesses capitalistas e em contrapartida vislumbram-se ações desenvolvidas pelos movimentos sociais atuantes em defesa do rio Paraguai e da população pantaneira. Estão em evidencia as principais formas de organização dos grupos sociais em defesa do ambiente pantaneiro, ações e resistências diante da expansão desenfreada do capitalismo no campo; e táticas sustentáveis que contribuem significativamente para a preservação do bioma pantanal e da comunidade em geral.

Por fim, apresentam-se as conclusões da pesquisa e algumas recomendações, bem como o referencial bibliográfico e os anexos com a listagem dos documentos coletados *in loco* e um apêndice com o roteiro de entrevista.

CAPÍTULO II

2. FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA A PESQUISA

O presente capítulo visa aprofundar conhecimentos e discussões sobre conceitos e categorias geográficas que dão embasamento teórico-metodológico à dissertação, a partir da leitura de autores consagrados neste campo de discussão, como: Santos (1978, 1998, 2002), Correa (2000, 2005), Suertegaray (2005), Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Touraine (1989), Melucci (1989, 2011). Gonh (2011) dentre outros.

Deste modo, reunimos os principais apontamentos levantados por esses autores, bem como suas reflexões e os limites de análise, para que se construa paralelamente um arcabouço teórico apoiado em conceitos e categorias singulares ao conhecimento geográfico, tais como espaço, território e movimentos socioambientais, que nos permita ampliar o debate científico e demonstrar coerência no plano da elaboração das ideias sobre os conflitos socioambientais decorrentes da monopolização do capital no campo mato-grossense.

2.1 O Espaço e as Relações Sociais

A Geografia desde seu surgimento enfrenta grandes dificuldades para definir seu objeto de estudo, isso porque conceituar Espaço Geográfico sempre foi um dos grandes desafios enfrentados pela ciência geográfica. Neste sentido, o espaço é compreendido como um conjunto de formas que representam as relações sociais tanto do passado quanto do presente (SANTOS, 1978).

Santos (2002) define o espaço como sendo um verdadeiro campo de forças em que toda sua formação ocorre de forma desigual, nas mais distintas partes do planeta. Para ele, o espaço geográfico é composto por um sistema de objetos e um sistema de ações; ou seja, a natureza é a base para o surgimento de todas as coisas, é a partir do uso da técnica que todas as coisas são transformadas em objetos, sendo o natural transformado em coisas.

Correa (2005) faz um resgate da Geografia Crítica fundada no materialismo histórico e dialético, que surge na década de 1970, com o objetivo de romper com a Geografia Tradicional e, por outro lado, com a Geografia Teórico-Quantitativa, um processo de renovação que surge a partir de intensos debates entre geógrafos

marxista e não marxistas, que buscam identificar o espaço geográfico enquanto categoria de análise.

Segundo Correa (2005) o espaço aparece efetivamente na análise marxista a partir de Henri Lefebvre, argumentando que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema.

Sobarzo (2006) destaca que é no espaço que acontecem as relações sociais, não se sintetizando somente ao espaço físico, como também um espaço da vida social. É nele que o homem transforma e dá sentido à natureza através do seu trabalho. Para o autor o modo de produção vigente em cada sociedade é determinante para a produção do espaço, sendo que cada modo utilizado resulta em uma produção espacial diferente. Nessa óptica:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção (SOBARZO, 2006 p. 34).

O espaço somente pode ser concedido pelo homem por meio de seu trabalho. Sendo assim, compreende-se que o espaço não é algo dado, ele é moldado a partir do trabalho e é nesse espaço que se inserem produção, consumo e reprodução social. É a partir das relações sociais que a natureza é alterada, moldada para atender as exigências da população. O espaço é concebido como o *lócus* de reprodução das relações sociais, sendo entendido como produção da sociedade (Sobarzo *op. cit.*).

Santos (2002) assinala que a técnica é a principal forma de relação entre o homem e a natureza e é definida como um conjunto de meios instrumentais e sociais, as quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Sendo por meio da técnica que a sociedade transforma o meio onde vive, pois ela permite a relação homem-natureza e homem-homem e, desta forma, a produção do espaço geográfico.

Em realidade, o espaço organizado pelo homem desempenha um papel social, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução de uma sociedade (CORREA, 2000). Sendo assim, o espaço é um âmbito social passando a ser

subordinado à lei da totalidade, dispondo de autonomia, que se manifesta a partir de leis próprias.

Saquet e Silva (2008) salientam que o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de distintas variáveis. O espaço social é o espaço dos homens, lugar onde constitui a vida, já o espaço geográfico é a organização da vida em sociedade, em que cada sociedade produz e organiza seu próprio espaço.

No entanto, ao longo de todas as práticas sociais e processos de organização do espaço, o homem estabeleceu um conjunto de práticas das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais (CORREA, 2000). As práticas espaciais são entendidas como sendo as ações do homem e impacta diretamente no meio social, proporcionando diversas transformações no espaço.

Na atualidade, a relação entre homem e espaço acontece de forma contraditória e desigual, onde a concentração fundiária e a apropriação privada regem as leis de domínio capitalista, impedindo que as classes menos favorecidas tenham acesso ao seu espaço. Sendo assim, este fenômeno passa a ser gerado de forma injusta, tendo como resquícios a divisão de terras no Brasil.

A transformação decorrente da implantação da soja em Mato Grosso tem proporcionado grandes alterações no espaço devido a expansão do meio-técnico-científico-informacional (SANTOS,1998). É evidente que cada vez mais está ocorrendo uma reestruturação das atividades agropecuárias, Elias (2006), afirma que essa reestruturação tem proporcionado uma expansão dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, no qual, de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2002). Constantemente o espaço é transformado pelos mais diversos atores que nele habitam, modificando-o para assim atender as suas necessidades, transformação que acontece de modos distintos nas várias partes do planeta.

Portanto, pode-se compreender que a organização do espaço e seu surgimento acontece a partir do momento em que sua população demarca e toma posse de determinado espaço, estabelecendo assim uma primeira configuração conhecida como Território. A categoria geográfica espaço é tida como primeira categoria ao fato de que dentro desta está inserido todas as demais categorias geográficas, é a parte

mais ampla da Geografia, nele é contido todos os elementos naturais e humanos.

2.2 Território Enquanto Espaço de Disputas Territoriais

Território é uma das categorias geográficas de difícil conceituação devido a diversidade de uso de seu termo, então, partiremos do princípio de que espaço e território são categorias indissociáveis, devido a possibilidade de existência do território somente acontecer diante da existência do espaço. Território privilegia o espaço geográfico em seu sentido político ou de domínio, sendo definido por relações de poder.

Suertegaray (2005) considera a criação do território a partir de seus limites e fronteiras, maneira com a qual as civilizações se libertam de sua condição de existência. Tendo como objetivo da demarcação do território, impor o domínio humano sobre o espaço conquistado. Estabelecendo, laços com sua vizinhança e relações de poder e domínio.

No território acontecem as relações sociais entre os mais diversos grupos que dividiram o mesmo espaço em tempos distintos e isso proporciona o surgimento de novas territorialidades. A palavra território é utilizada para expressar uma infinidade de locais indiretamente demarcados, são as chamadas “territorialidades flexíveis” como são os exemplos de Souza (2005), território da prostituição feminina ou masculina, território do tráfico, dentre outros.

Para Raffestin (1993) território e poder são indissociáveis. O referido autor destaca que toda relação de poder feita por alguém no espaço produz um território, podendo surgir deferentes tipos de território, que dependem das distintas formas de poder que surgem no espaço. O autor afirma ainda que falar de território remete a noção de limite, contudo é preciso levar em consideração que esse não pode ser o único pressuposto para o surgimento de um território.

Território diz respeito tanto ao poder no sentido concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004). Compreendido também como um campo de forças interligado entre as mais distintas dimensões, econômicas, culturais, ambientais e entre grupos que disputam áreas e anunciam estratégias de controle e transformações socioespaciais ou também como formas de re-existência de formas alternativas de vida à dinâmica do capital. (BAMPI, et al., 2017).

O território entendido por Santos et al. (2006) é compreendido como o lugar que se realiza a história do homem e todas as manifestações de sua existência. Cabendo à Geografia ser a disciplina capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação ou do lugar. Isso porque entendemos, como Santos (2006) que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas de materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS et. al, 2006, p 14).

Assim sendo, na condução de nossas análises e proposições sobre os conflitos socioambientais e as lutas dos grupos sociais em defesa do ambiente pantaneiro em Cáceres-MT, o território é entendido como resultado da impressão do poder no espaço, territorializado pelo sujeito, que é movido pela intencionalidade, que constrói e reconstrói o espaço através de seu trabalho. Neste contexto, entende-se o território como “produto concreto da luta de classes travadas pela nossa sociedade no processo de produção e de sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Tal ponto de vista nos permite entender o território mato-grossense como espaço de conflitos, mas também de resistência. Isso porque os diferentes grupos sociais que aqui vivem constroem modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, que envolvem diferentes lógicas de territorialização, aqui representados pela territorialidade dos grupos socioambientais pantaneiros (quilombolas, ribeirinhas, camponeses, etc.) e pela territorialidade do agronegócio, com a expansão da monocultura da soja.

Dessa forma, no território cacerense esse dualismo de projetos econômicos vem dividindo cada vez mais opiniões e formas de perceber e vivenciar o ambiente pantaneiro, acarretando situações tensas e conflituosas entre as partes envolvidas, ou seja, entre “aqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política e os grupos socioambientais que da terra precisam para viver” (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p. 16).

2.3 Movimento Social e Movimento Socioambiental: conceitos e premissas

Os movimentos sociais fazem parte da história popular da sociedade, sendo conhecido como o movimento das grandes massas populares que questionam o antagonismo político e privado. Cada movimento social possui uma premissa específica, destacando características da sociedade vigente que necessita de transformação. Um único sujeito não faz movimento social, é necessário um grupo de pessoas que questionam o sistema em curso (FELIZOLA, 2012).

Como bem elucida Felizola (2012), a noção de movimentos sociais é muito ampla e extremamente complexa. O autor discute que a princípio a noção de movimento social se tratava de um processo social sem necessidade de institucionalização, e que buscam mudanças na sociedade. E os movimentos sociais estão ligados a vários mecanismos diretamente associados à economia, à religião, à política e as mudanças nas estruturas sociais.

Segundo Galvão (2011), Karl Marx é considerado um dos pioneiros nas discussões sobre movimentos sociais, mesmo não havendo uma teoria específica para tratar o assunto, em que, sobretudo os clássicos marxistas priorizam as lutas sindicais, partidos e relações estabelecidas entre ambos. O referido autor ressalta ainda que o movimento operário era o movimento social por excelência, de modo que a noção de movimento social está vinculada à condição da classe operária e a luta entre capital e trabalho. Portanto, é possível afirmar que os movimentos operários travados na época são os movimentos sociais da sociedade capitalista.

As lutas de classes entre operários e burguesia, apresentava embates intensos frente às ações de exploração e dominação pela parte opressora vigente naquele período. Galvão (op.cit.) nos traz a seguinte premissa: o marxismo tem muita dificuldade em trabalhar com o conceito de classe média, fazendo uso do termo “salarizado”, termo importado da sociologia francesa. Os estudos marxistas até os dias atuais são utilizados de base para movimentos presentes em nossa sociedade atual, como: movimentos sindicais, partidos políticos simpatizantes ao modelo marxista, lutas estudantis, movimentos grevistas e de lutas por mudanças sociais, assim Felizola (2012), esclarece que:

Por ser a teoria marxista não apenas uma ação explicativa, mas principalmente, um “manual” que fundamenta a própria ação do movimento, a sua teoria tem o embasamento oriundo de sua própria metodologia de análise, no caso a estrutura histórica nas diferentes

matrizes de posicionamento e de interesses existentes e nas lutas dos atores sociais envolvidos com o processo de produção (FELIZOLA, 2012, p. 40).

Para Touraine (1989) todo movimento social, agente de conflito, sempre vinculou sua ação de oposição à imagem de uma comunidade reunificada que permitisse a expansão do homem. O autor revela que uma sociedade pós-industrial tende a ser uma sociedade de massa, em que cada vez mais ocorrem mobilizações generalizadas da população. A sociedade pós-industriais se organiza e estruturam por meio das lutas sociais. A facilidade que na sociedade pós-industrial possui o domínio dos meios de comunicação, meio que as informações se propagam muito rapidamente acarretando na perda do papel que antes tinha os intermediários desse processo. O autor baseia sua análise numa abordagem “estrutural”, sistêmica, atribuindo novas formas de conflitos ao surgimento de novos atores sociais em meio às mudanças no capitalismo pós-industrial.

Torna-se evidente que os movimentos sociais se caracterizam por meio de um conflito central dentro de determinado grupo, que se opõe a algum tipo de conceito ou poder autoritário vigente.

Na percepção de Melucci (1989) movimentos sociais é tratado como uma ação social, sendo como um efeito de crises estruturais ou contradições, como expressão de crenças e orientações compartilhadas. Um dos problemas dessa percepção foi a dificuldade de considerar ação social como um sistema de relações. Os movimentos sociais nos anos 1970 eram analisados, partindo da concepção do referido autor, como um sistema de ação, conceito derivado de outras estruturas teóricas. Assim, como ressalta Melucci (1989):

A ação tem de ser considerada como uma interação de objetos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidade e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites. É por isso que a *organização* se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. (MELUCCI, 1989, p. 04, grifo do autor).

Atualmente várias foram as contribuições dadas a partir das abordagens sistêmicas, conduzindo as percepções para uma relação de ação coletiva. Assim explica Melucci (2011) que, um movimento social não poderia ser considerado apenas como resposta às crises sociais, mas sim uma ação focada na existência do conflito,

revelando ainda os laços de solidariedade existente dentro de um grupo, com uma diversidade de significados, dogmas e símbolos que estão inseridos em cada discussão.

Scherer-Warren (2006) traz o conceito de sociedade civil, como sendo um campo de forças heterogêneas, que representa a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, estando ligada à esfera de defesa da cidadania e suas formas de organização. A sociedade civil nunca será isenta de relação e conflitos de poder e disputas por hegemonia. O movimento social se constitui em torno de uma identidade ou identificação, definindo adversários ou opositores em torno de um projeto ou uma utopia, em um contínuo processo de organização ou articulação no grupo (SCHERER-WARREN, 2006). A autora traz ainda a ideia de rede de movimento social, tendo como conceito a busca por compreender os rumos das ações de movimento, em que perpassa as experiências empíricas e concretas, necessitando cada vez mais de melhores articulações com outros grupos com a mesma identidade social ou política, tendo maior visibilidade, cidadania e alcançando com maior facilidade a esfera política. Bem como, comenta Scherer-Warren (2006).

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações, e possibilitando o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que este diálogo não seja isento de conflito [...] permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito indenitário único à defesa de um sujeito plural. (SCHERER-WARREN, 2006, p.115).

Para Ottmann (1995) os movimentos sociais possuem identidade fluídas e dependem do contexto que estão inseridos, e essa fluidez é uma qualidade importante dos movimentos, impedindo qualquer comparação com processos de partidos políticos formais. A identidade deve estar baseada em consenso, costume e acordo social por meio da linguagem. O autor ressalta que movimentos sociais dependem muito do conhecimento estratégico, ficando a cargo dos sindicatos, lideranças do movimento social, intelectuais, dentre os demais representantes de lideranças do movimento. Sendo assim, é evidente a importante função que as lideranças de cada movimento têm para o alcance do interesse comum do grupo.

Gohn (2011) ressalta que os movimentos realizam uma espécie de diagnóstico sobre a realidade social, construindo propostas e formas de articulação em conjunto, os movimentos atuam em redes, construindo ações coletivas que visam

a resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. A autora faz ainda um panorama sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, sendo eles, os movimentos sociais em torno da questão urbana, tais como: movimento pela moradia, movimentos contra a violência urbana, mobilização e organização popular, movimentos em torno da questão da saúde, mobilizações e movimentos sindicais dentre outros. Movimentos esse que surgem em meio as pressões da sociedade atual, a busca por direitos muitas vezes usurpados da classe trabalhadora.

Felizola (2012), compreende também como “novos” movimentos sociais os movimentos feministas, ecológicos, contra a fome, contra a AIDS e outros. Para o autor os novos movimentos sociais possibilitaram uma melhor ampliação e organização dos grupos, com reuniões e melhores discursos de problemas de ordem universal, tanto partindo de questões políticas, como em questões sociais e culturais. Os novos movimentos sociais surgem a partir de críticas às concepções marxistas, baseadas em leituras das análises das estruturas sociais, principalmente as de ordem econômica.

Sendo assim, torna-se evidente a importância que os movimentos sociais para a sociedade, são eles os responsáveis pelas lutas em prol de direitos, lutas pela igualdade social e racial e pelo bem-estar humano e ambiental, são também vistos como importante meio de produção de igualdade política, causando impactos em toda a sociedade. Movimento é uma arma de luta que a sociedade civil possui para alcançar melhorias sociais.

Neste sentido, observa-se que as lutas em prol das desigualdades no País envolvem uma gama de movimentos que se destacam de acordo com suas demandas/lutas. Deste modo, as lutas específicas em prol das demandas socioambientais são desenvolvidas pelos movimentos socioambientais formais ou não (ONGs, entidades internacionais ambientalistas, organizações não especificamente ambientais e grupos de base com existência associadas a conjunturas específicas, entre outros), que se unem em prol da proteção e preservação de remanescentes naturais e culturais, mas sem também perder de vista os demais problemas que se constituem como prioritários, como a luta pela pobreza e desigualdades sociais, geração de empregos e renda etc.

Como parte do movimento social temos presente na sociedade o movimento ambientalista, que surge no Brasil por volta do ano de 1958, data de criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza com um caráter

preservacionista. No entanto, não foi dada a devida importância às ações do ambientalismo por parte da população e pelos agentes públicos, acarretando no enfraquecimento do movimento, sendo retomado somente na década de 1970 (VIOLA, 1996).

Segundo Peñafiel (2005) a emergência do movimento ambientalista no Brasil, não surge apenas como um fenômeno isolado, ele passa a fazer parte de um amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais, que modernizaram o País nos anos de 1970, em que se começa a dar a devida atenção aos problemas ambientais da época.

O movimento se torna mais ativo, com a criação de grupos ambientalistas que participavam diretamente na conservação da flora e fauna, possibilitando a restauração ambiental e interferindo em melhorias na qualidade de vida da população, a partir da implementação de projetos específicos. E essas melhorias são mais significativas ainda quando se verifica uma maior preocupação por parte da sociedade civil (PEÑAFIEL, 2005).

Conforme relata Urban (1998), em 1974 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), que atuaria no controle e fiscalização de práticas poluidoras e danos ambientais. Em 1989 mais um órgão é criado para atuar frente a fiscalização de práticas ambientais irregulares, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Urban (op cit.) ressalta ainda que no ano 2007 o IBAMA passa por uma reestruturação e subdivisão, sendo criado o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade, que tem por finalidade fiscalizar e monitorar as unidades de conservação.

Dessa forma, em Mato Grosso, especificamente em Cáceres, *locus* da nossa pesquisa, verifica-se que o movimento socioambiental é organizado por grupos de sujeitos que lutam pela preservação e seguridade da sobrevivência das distintas formas de representação cultural e ambiental existente neste município e na região. Esses grupos sociais não disputam entre si, pelo contrário, se organizam coletivamente e solidariamente desenvolvendo ações e lutas que promovem a sensibilização do uso mais consciente do ambiente pantaneiro.

Silva (2011) identificou em sua tese um número total de 80 terras indígenas localizadas em Mato Grosso, 69 comunidades quilombolas¹, povos ciganos², Grupos de Siriri, Cururu³ e Danças do Congo⁴, Povos Pantaneiros⁵, Ribeirinhos⁶, Morroquianos⁷, Fronteiriços e Beiradeiros⁸, grupos e organizações socioambientais, dentre vários outros. Em Cáceres, contamos com a existência de alguns desses grupos, sendo distribuídos entre: comunidades quilombolas, povos pantaneiros, morroquianos, e os povos ribeirinhos e organizações socioambientais, que serão melhor discutidos no V capítulo dessa dissertação.

¹ Comunidades quilombolas são terras de quilombo, uma categoria territorial que expressa um reconhecimento jurídico e social, que estão relacionados aos descendentes dos povos africanos aqui escravizados (SILVA, 2011).

² Os povos ciganos em Mato Grosso, têm fixado seus territórios, mas ainda se identificam como povos nômades (Silva 2011).

³ Grupos de Siriri e Cururu são caracterizados por expressões populares da cultura mato-grossense, típicas das comunidades rurais, pantaneiros e dos Cerrados. A viola-de-cocho é instrumentos musical fundamental para a expressão destas danças (SILVA, 2011). De acordo com o Dossiê do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2009), a sonoridade deste instrumento é *sui generis* e produzida de modo artesanal e com matérias-primas retiradas da natureza e seu processo de fabricação só é possível se for ecologicamente sustentável de forma harmônica e consciente dos artesãos com o meio ambiente.

⁴ Dança do Congo, conforme dados disponibilizados no Catálogo Patrimônio Imaterial Mato-Grossense (2011), é uma dança de origem africana, que representa a luta simbólica entre os reinados Congo e Bamba.

⁵ Povos pantaneiros são comunidades tradicionais que vivem no Pantanal mato-grossense que segundo Almeida e Silva (2012) estabeleceram nos poucos espaços a elas disponíveis, por meio de deslocamentos locais, espontâneos ou induzidos e pela transmissão oral de conhecimento tradicional estratégias de ocupação e manejo de território dominado pelas águas mantidos pela interconectividade cultural entre elas.

⁶ Os ribeirinhos são uma população que vive à beira dos rios, com maior identificação com a água do que com a terra, predominantemente, pesqueira, apoiadas pela agricultura de várzea e de terra firme (SILVA, 2011).

⁷ Morroquianos são moradores da Morraria no entorno da Estação Ecológica da Serra das Araras, próximo a Cáceres, Porto Estrela e Barra do Bugres (SILVA, 2011).

⁸ Fronteiriços e Beiradeiros são alguns assentados que vivem da economia de consumo e localizam-se próximo a fronteira com a Bolívia (SILVA, 2011).

CAPÍTULO III

3. A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO

O presente capítulo visa desenvolver uma contextualização sobre a questão agrária em Mato Grosso. Processo histórico, lutas e desafios enfrentados por aqueles que buscavam conquistar seu pedaço de chão (pequenos produtores), como também aqueles que possuíam grandes extensões de terras (latifundiários) e sempre procuravam garantir que esse modo de distribuição continuasse desigual.

Apresenta também o histórico de formação do Estado, riqueza e conflitos que marcaram aquela época, a evolução da soja em Mato Grosso, luta pela terra e os principais conflitos socioambientais evidenciados no Estado, que serão mais bem discutidos nos subitens a seguir.

3.1 Contextualizando a Questão Agrária em Mato Grosso

O acesso à terra no Brasil, durante os primeiros anos da colonização, somente foi possível por via do sistema de sesmarias. Assim como define Diniz (2005), sesmarias eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro do prazo previamente estabelecido. A doação dessas terras era motivada pela necessidade que o governo lusitano tinha de povoar muitos territórios.

Esse sistema teve seu término oficial a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, que estabeleceu a compra, com única forma de aquisição (SIQUEIRA, 2002). Essa forma de concessão tornou o acesso a terra somente para aqueles que por ela poderiam pagar, dificultando ainda mais sua aquisição pelos pequenos produtores.

Moreno (2007) esclarece que em Mato Grosso, no período de colonização do Estado, eram constantes os incentivos à posse de terras, isso por via de privilégios e isenções concedidos pela Coroa Portuguesa, ligado à política colonialista de conquista e segurança do território.

Siqueira (2002) ressalta que a Lei de Terras de 1850 estabeleceu a legalização da posse, o que antes eram feitas por meio das Cartas de Sesmarias, passou feitas por contrato de compra e venda em Cartório, interrompendo definitivamente as concessões dadas em sesmarias e as posses livres de terras, para que assim fosse reconhecida a legalidade da posse da terra.

O Art. 64 da Constituição Federal (CF) de 1891 estabelece que com a implantação do sistema federativo, os estados membros passaram a ter o domínio das terras devolutas “situadas em seus respectivos territórios, cabendo ainda a responsabilidade federativa das terras circunscritas ao seu território”. Senso assim, as terras devolutas passaram do domínio da União para o domínio dos Estados, sendo-lhe instituído o direito de proceder o reordenamento jurídico da propriedade.

A Lei de Terra de 1850 dispunha sobre o processo de revitalização das sesmarias, legitimando as posses e vendas das terras devolutas (MORENO, 2007). Esta Lei possibilitava a regularização aos grandes detentores de terras em situação irregular de assegurar o direito a posse efetiva, ressaltando ainda, que as áreas eram de grandes fazendas de criação de gado, de usinas de cana-de-açúcar e extrativistas. A autora enfatiza que o Governo concedeu direito de compra das terras devolutas aos que detinham a posse da terra, excluindo assim os pequenos posseiros, por não terem condições financeiras para aquisição legal da terra.

Siqueira (*op. cit.*) assinala que de acordo com a legislação, as posses não poderiam exceder a 900 hectares, quando destinados à agricultura, e a 3.600 hectares, para a pecuária. Nem mesmo com a legislação foi possível impedir que grandes áreas de terras permanecessem improdutivos e tampouco cessou a especulação de terras no Estado.

Enquanto áreas gigantescas eram vendidas e legalizadas, as concessões gratuitas eram de pequenos lotes com medição de 50 hectares, para um território de grandes extensões de terras e com uma baixa densidade populacional que se registrava no período (MORENO, 2007).

Siqueira (*op. cit.*) aponta ainda que além das terras legalizadas, o governo de Mato Grosso implementou um vigoroso processo de terras devolutas a partir de 1893, data em que foram encontradas um grande volume de solicitações de compra. Tornando-se evidente que muito compradores eram pessoas de posse, e que a maioria ou já eram proprietários ou apostavam na aquisição de mais terras para garantia de investimento.

Em mensagens enviadas à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, vários foram os governos que justificavam a necessidade de se incentivar a imigração de estrangeiros ou até mesmo nacionais, como forma de trazer “gente laborosa” capaz de promover o povoamento e o desenvolvimento do Estado, por meio da concessão gratuita de terras (MORENO, 2007). Havia a ideia de que os

camponeses eram preguiçosos, fazendo com que a posse das terras fosse mais facilmente entregue aos imigrantes.

Essas artimanhas de concessão gratuita de terras dadas pelo então Governador Manuel Joaquim Murtinho, foram maneiras de chamar imigrantes para ocupar os espaços “vazios” do Estado, no entanto os imigrantes caíam em um grande cilada, pois decorrendo o prazo legal de moradia contínua e a cultura efetiva no lote os ocupante tinha a obrigação de medir e de adquirir o título definitivo, que em grande maioria eram necessários empregar todas suas economias para conseguir a posse definitiva do lote (MORENO, 2007).

Um novo código de terras entre em vigor em 1927, com o objetivo de coibir os constantes abusos feitos na regulamentação fundiária do Estado. A partir de então quem atuava como medidores e demarcadores eram pessoas nomeadas pelos organismos oficiais. Estes profissionais acabaram adquirindo forças que lhes permitiam manipular e burlar a legislação de acordo com seus interesses e dos proprietários de terras (SIQUEIRA, 2002). A lei possibilita uma melhor regulamentação das terras devolutas, públicas e as propriedades particulares, ficando estabelecido da seguinte forma:

- 1º-As terras devolutas poderiam ser adquiridas a título definitivo e oneroso, através de contrato de compra e venda; a título provisório, através do aforamento; e gratuidade, por doação;
- 2º-As terras públicas, portanto já arrendadas, medidas e demarcadas, poderiam ser utilizadas na forma de arrendamento;
- 3º-As propriedades particulares sob terras devolutas seriam reconhecidas quando obtidas por usucapião, dados em sentença, e legitimadas quando as posse mansas e pacificadas tivessem registros, efetivamente ocupadas e cultivadas (MORENO, 1993 p. 65)

As reformulações feitas no Código de Terras do Estado favorecem apenas as pessoas que podiam pagar pelos seus próprios interesses. Empregava-se o discurso de ocupação dos chamados “vazios populacionais” revelando a não preocupação com as populações indígenas que habitavam o estado, mesmo fato ocorrido no País com a chegada dos europeus, conhecido como “descoberta do Brasil”. Bem como esclarece Silva (2004) p. 31.

Espaços vazios? Este legado civilizatório eurocêntrico do colonialismo se consagrou na retórica nacionalista brasileira da dominação, da exploração e da ocupação dos “espaços vazios”; é isto, a modernidade

intitulou o desconhecido como “vazio”, e assim, esta pseudoneutralidade possibilitava qualificar o vazio, conforme ideologia, olhar político, crença ou verdade dos grupos dominadores. Os processos de ocupação dos ditos “espaços vazios”, no Brasil e em Mato Grosso são heranças da modernidade em sua noção desenvolvimentista, com a mínima ou nenhuma preocupação socioambiental.

Todo o estímulo para que os imigrantes ocupassem o Estado não foram suficientes, e a política de povoamento gerava um certo prejuízo ao Estado, os governantes buscavam constantemente uma maneira de atrair imigrantes de forma espontânea. Conforme Moreno (2007, p. 119):

As facilidades de concessões de terras faziam parte dum entrelaçado jogo de interesses, e se negociavam uma mercadoria, que à época supostamente, não tinha valor, pela sua abundância e pelo desconhecimento que se tinha do potencial do Estado. Assim justificava-se este tipo de campanha para forçar o povoamento do território e promover seu desenvolvimento.

No período 1930 a 1947, o Estado viveu uma forte intervenção federal no comando de Vargas, nesse período o Governo Federal e Estadual concentra esforços no desenvolvimento industrial e na diversificação da agricultura. Para isso o Governo buscou incentivar a expansão da pequena propriedade, sob o lema “Trabalho e colonização”. Dando início a chamada “Marcha para o Oeste”, projeto assentado numa política de distribuição de terras a trabalhadores nacionais sem-terra e estrangeiros com experiência agrícola. Coube a eles a tarefa de promover a conquista do interior do País (MORENO, 2007).

A “Marcha para o Oeste” foi o primeiro movimento promovido pelo Governo Federal com o objetivo de ocupar e colonizar as terras mato-grossenses, movimento patrocinado pelo governo de Getúlio Vargas e implementado a partir de 1937. O maior interesse era fazer com que as fronteiras econômicas e políticas convergissem e, para isso, era necessário que a nação se constituísse territorialmente num bloco homogêneo. Tornava-se, portanto essencial povoar os espaços “vazios” e promover sua integração política (SIQUEIRA, 2002).

Segundo Siqueira (2002), os critérios maiores para a aquisição da terra era a vinda de imigrantes que realmente tivessem interesse em produzir e que poderiam custear sua produção, isso tornou possível a vinda principalmente de pessoas da

região Sul do País por terem um poder aquisitivo melhor, que ocuparam as áreas do norte de Mato Grosso.

Conforme Siqueira (2002), em 1953, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), órgão que contribuiu para aumentar o interesse pelas terras mato-grossenses, tendo como objetivo desse plano a apropriação dos recursos naturais da Amazônia Legal, minerais e vegetais. Possibilitando a inserção de tecnologias modernas.

Outro órgão oficial foi criado em Mato Grosso como forma de legitimar a posse de terras, a Companhia de Desenvolvimento em Mato Grosso (CODEMAT), sendo instituída como órgão regulamentar do Governo do Estado por meio do decreto nº 1.138, de 30 de abril de 1970. Em 1972, o Governo do Estado cria a Comissão Especial de Terras, que tinha como finalidade organizar e sistematizar os documentos relativos às propriedades de terras e às terras da União (SIQUEIRA 2002).

O Governo Federal lança em 1970 o Plano de Integração Nacional (PIN), objetivando tornar a ocupação efetiva da Amazônia Legal, partindo de intensos fluxos migratórios que margeavam uma faixa de 10 km das rodovias criadas naquela época, sendo elas a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, coordenado pelo INCRA. Um novo programa é criado em 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria (PROTERRA).

Siqueira (2002) ressalta que o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) criado em 1971 e o PIN II, proporcionaram o aumento do número de rodovias no Estado. Neste período também ocorre um grande estímulo à entrada de capital, investimentos na produção rural, o que manteve grandes empreendimentos nas áreas da agricultura e pecuária.

O governo cria também o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) e o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEFAN), criou-se também o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR), para assim incentivar a extração do látex e replantio das seringueiras. A criação desses programas, objetivavam estimular e assegurar a permanência de habitantes nos espaços abertos à colonização, estimulando o desenvolvimento do Estado (SIQUEIRA, 2002).

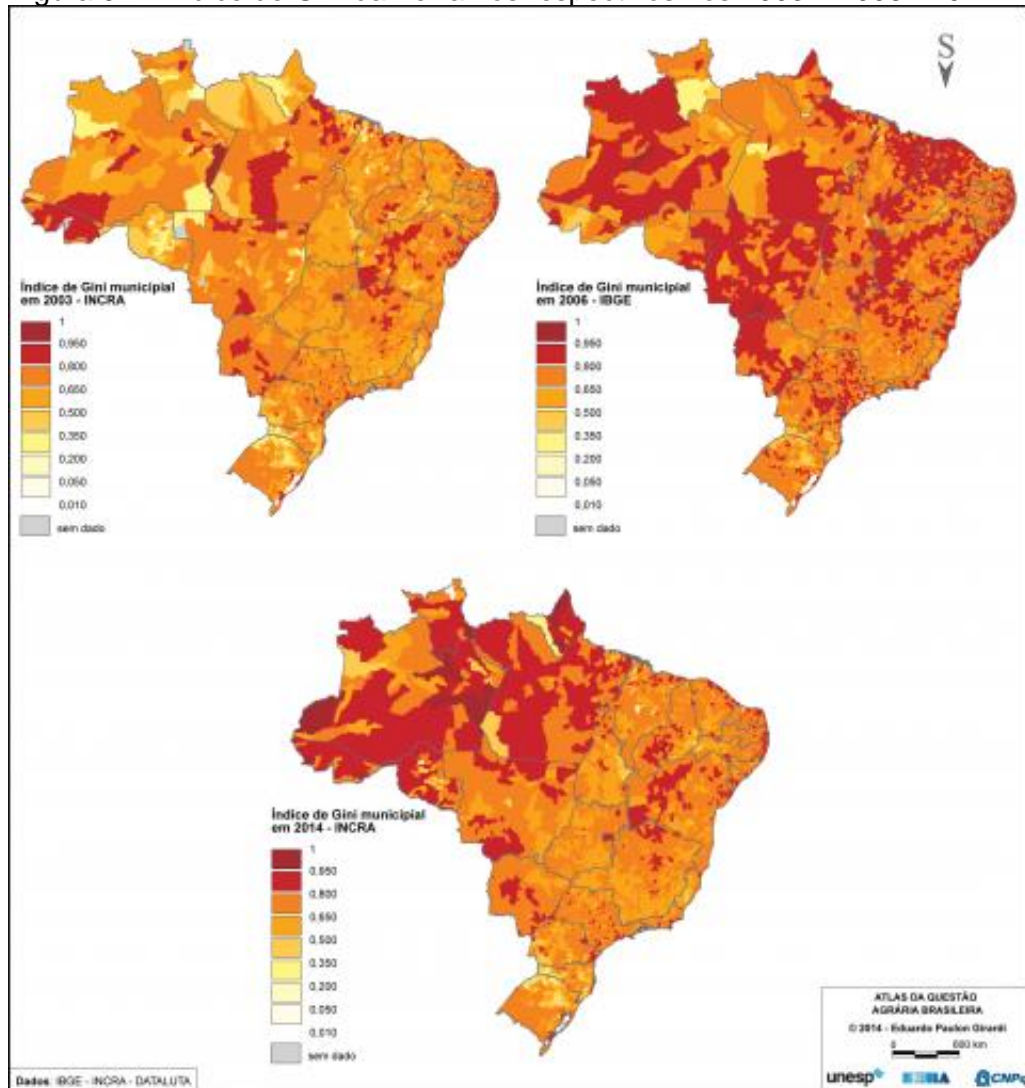
O Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) é criado em 1975, visando substituir o Departamento de Geografia e Geologia. A criação de todos os programas acima citados foram incentivados e financiados por órgãos oficiais da época, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a POLONOROESTE, e a criação desses programas contribuiu significativamente com a vinda de muitos imigrantes para esta região na época.

É possível constatar que Mato Grosso tem marcado em seu processo histórico de desenvolvimento, intensas e muitas vezes fraudulentas apropriações de terras, os beneficiários em sua grande maioria eram os grandes latifundiários, deixando sempre o pequeno produtor à margem do processo de aquisição da terra. Na atualidade a concentração de terra no Estado ainda é alta e os níveis de desigualdades ainda são alarmantes.

Esses níveis de desigualdades podem ser medidos pelo índice de Gini⁹. Para Girardi (2008), os dados sobre o índice de Gini, tem por finalidade apresentar os níveis de desigualdades de distribuição de terras entre os estados brasileiros. Esses dados são bem expressos em referência a grande concentração fundiária existente no País. Segundo o autor, em 2003 existiam 924 (16,6%) dos 5565 municípios com baixo/médio índice de Gini, com até 0,500, sendo, a região Sul e o estado de Rondônia concentram grande número desses municípios. O índice de Gini de maior predomínio no território nacional estavam entre 0,501 e 0,800, existentes em 4.283 municípios somando 76,9% do território. Restando então 359 municípios que detinham 10,8% do total de área dos imóveis rurais. A partir do mapeamento do índice de Gini, é possível constatar altos e médios graus de concentração fundiária presentes no Brasil (Figura 01). O autor ressalta também que no primeiro mapa da Figura 01, o índice de Gini municipal em 2003, a região do Cerrado mato-grossense possuía os menores índices de concentração de terra no Estado. Dessa forma, observa-se a crescente concentração de terra em 2006 e significativa diminuição no ano de 2014, isso em comparação os outros dois biomas do Estado (Pantanal e Amazônico). No entanto ainda é alta a concentração de terra no Cerrado.

⁹ Índice de Gini: definido por ser uma forma de medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (Wolffebüttel, 2004). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso dia 12 de fev. 2018.

Figura 01 – Índice de Gini da Terra nos respectivos nos 2003 – 2006 - 2014



Fonte: GIRARD, 2016.

O autor ressalta que conforme o censo agropecuário de 2006, que tem por finalidade considerar os estabelecimentos agropecuários, Mato Grosso possui o segundo maior índice de concentração de terra do Brasil, ficando atrás somente de Alagoas. Quando chama a atenção para:

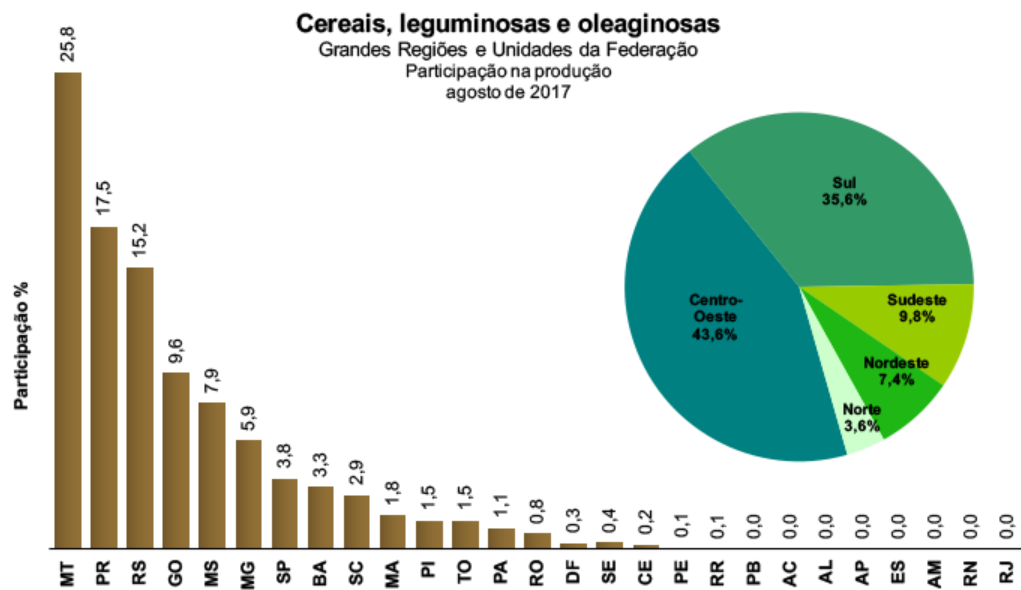
O Índice de Gini da estrutura fundiária de Mato Grosso era de 0,909 em 1985, passou para 0,870 em 1996 e chegou a 0,865 em 2006, ano em que o índice para o Brasil era de 0,856. Em 2006, 78 dos 141 municípios mato-grossenses apresentaram Índice de Gini superior a 0,800, grau de concentração da terra considerado alto (GIRARD, 2016, p. 2).

Girard (2016) deixa claro a real necessidade de um ordenamento fundiário brasileiro, tornando fundamental que fosse utilizado um sistema nacional de cadastro

de imóveis integrado aos cartórios de registros de imóveis e à Receita Federal. Faz-se necessário também a extinção de informações e declaratória que causassem dúvidas sobre seu litígio. No entanto, como bem expressa o autor é uma tarefa bem complexa para um País com um histórico fundiário que exclui o pequeno produtor do meio agrário e viabiliza a posse de grandes extensões de terras somente para os que podem pagar.

Mato Grosso na atualidade possui um território com elevada produção de soja, milho e algodão, ocupando primeira posição na produção nacional de grãos. Na região Norte do Estado é onde se concentra parte da área pertencente à Amazônia Legal e com alto grau de intervenção humana com áreas de formação de pastagens. Um Estado marcado por uma larga proporção de mão-de-obra assalariada em estabelecimentos agropecuários, dados esse que podem ser visualizados com base Figura 02.

Figura 02 - Participação dos Estados brasileiros na produção Agosto/2017



Fonte: IBGE - Agências Notícias, 2017.

A figura 02 evidencia a espacialização do agronegócio no Estado com grande produtividade de grãos destinados ao abastecimento do mercado externo.

3.2 Formação de Mato Grosso

O estado de Mato Grosso compreende, aproximadamente, 10% do território nacional, possui uma população que de acordo com o IBGE (2010), é de 3.035.122 habitantes com estimativa para 2016 de 3.305.531 hab. distribuídos em seus 141 municípios. Possui área territorial de 903.198,091 km², densidade demográfica de 3,36 hab/km²,

O processo de formação do Estado hoje conhecido como Mato Grosso, ocorre a partir da chegada dos bandeirantes em busca de aprisionar índios para escravizá-los. Esses bandeirantes descobrem ouro nas minas dos rios Coxipó e Cuiabá em 1719, deslocando populações para o estado, surgindo, os primeiros povoados. Em 1748, por meios da carta Régia, em que até então o atual Estado era subordinado a capitania de São Paulo, tratou-se logo de desvincular Mato Grosso de São Paulo, criando a capitania, por medidas de segurança e protecionismo aos recursos minerais aqui encontrados, assim como ressalta Silva (2011).

Registra-se que nos anos de 1700 os bandeirantes chegaram em busca de mão-de-obra escrava para comercializar nos principais centros mercantis da colônia. Neste período, a ocupação deste território foi impulsionada pela descoberta das minas de ouro nos rios Coxipó e Cuiabá pelos bandeirantes (SILVA, 2011 p. 33).

Conforme Lobato et. al. (2010) a economia de Mato Grosso no período colonial era denominada agroexportadora, com predomínio da pecuária extensiva paralela à atividade mineradora. A pecuária é aliada a economia de consumo da cana-de-açúcar e erva mate, devido a decadência na mineração.

Na época o acesso à região era feito por rotas fluviais e posteriormente foram abertas rotas terrestres para chegar a Cuiabá. Em 1752 é fundada Vila Bela da Santíssima Trindade a primeira capital do Estado, tendo como objetivo de sua fundação a defesa e posse da terra do Vale do Guaporé, protegendo os limites da Amazônia. Siqueira (2002) destaca que:

O sistema monçoeiro¹⁰, nascido no Período Colonial e que estabeleceu a ligação de Mato Grosso a São Paulo e a Belém, foi

¹⁰ Essas expedições, compostas principalmente por moradores da Capitania de São Paulo, devassaram esse espaço geográfico em busca do indígena ou do caminho para as minas do Peru. Este movimento, também conhecido como monções do Sul decorreu das descobertas auríferas do rio Cuiabá, na primeira década do século XVIII pelo sertanista Pascoal Moreira Cabral no ano de 1719 (AMORIM, 2014).

parcialmente desativado logo após a decadência mineira. As comunicações se faziam através de precários caminhos por terra que interligavam Mato Grosso a Goiás; de lá, ao triângulo mineiro e deste a São Paulo. Por esse caminho terrestre, chegavam, através do sistema de tropas e tropeiros, as mercadorias de que necessitavam a população mato-grossense (SIQUEIRA, 2002 p. 94).

Segundo Abatakka (2006), a riqueza principal encontrada em Mato Grosso (ouro), que até o final do XVIII começa a dar sinais de esgotamento, fato esse que contribuiu para o esvaziamento dos principais núcleos populacionais ligados à mineração. A partir de então, iniciou-se a instalação dos primeiros sítios e fazendas no território, a desenvolver atividades ligadas à criação de gado e agricultura, expandindo-se com plantações de cana-de-açúcar para a produção do açúcar e aguardente.

Abatakka (*op.cit*), enfatiza ainda que Portugal passa a fundar pontos estratégicos de fortificações para proteger e expandir seu domínio neste território. Surge então o Forte Coimbra, no rio Paraguai; Forte Príncipe da Beira, no rio Guaporé; Vila Maria de Paraguai (Cáceres); Vila de São Pedro Del Rei (Poconé).

Siqueira (2002) considera como um dos principais problemas enfrentados pela província de Mato Grosso a dificuldade de comunicação com as demais províncias, surgindo então uma saída pelo Cone Sul, atingido pela navegação do rio Paraguai, rio da Prata e de lá chegava-se a São Paulo e Rio de Janeiro através do oceano Atlântico, no entanto o problema maior estava no fato da região limitar-se com a República do Paraguai, que não permitiam até então a navegação por seus rios.

Sendo assim, várias foram as tentativas de possíveis acordo diplomáticos com os paraguaios sem conseguirem respostas positivas para o almejado projeto. Somente no ano de 1856, foi assinado o Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradução entre Brasil e Paraguai, selando finalmente um acordo de navegabilidade pelas águas do rio Paraguai.

A figura 03 possibilita observar o trajeto feito pelas embarcações seguindo o caminho pelo Cone Sul para chegar no oceano. Tendo os rios Paraguai e Paraná como principais hidrovias com saída para o mar, facilitando e diminuindo distâncias

Figura 03 - Trajeto dos navegantes pelo Cone Sul



Fonte: SIQUEIRA, 2002. Adaptado por LOIOLA, 2018.

No entanto como relata Siqueira (op.cit.), para Mato Grosso, essa abertura representava uma redefinição de sua economia, ressaltando ainda a importância da hidrovia para o fortalecimento da economia regional, sendo o principal canal de escoamento da produção e importação de produtos não produzidos no Estado.

A partir de divergências entre os dois países (Brasil e Paraguai), eclode a guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, ou mais propriamente a Guerra contra o Paraguai, que marca indelevelmente a História contemporânea da América Latina. Foi a maior guerra da História da América do Sul (MOTA, 1995). O autor ainda destaca que:

Para o Paraguai (e contra o Paraguai), a guerra articulou as forças do Império brasileiro, da Argentina e do Uruguai. Um acordo secreto entre o Brasil e a Argentina previa a distribuição de territórios em litígio que correspondiam a mais da metade do Paraguai. O surpreendente foi a reação heroica da população paraguaia. Em cinco anos de guerra, perdeu-se quase todo seu contingente masculino [...]. A Argentina e o

Brasil vinculavam-se intensamente à Europa, em particular à Inglaterra. O Paraguai, por seu lado, manteve-se isolado (MOTA, 1995 p. 246).

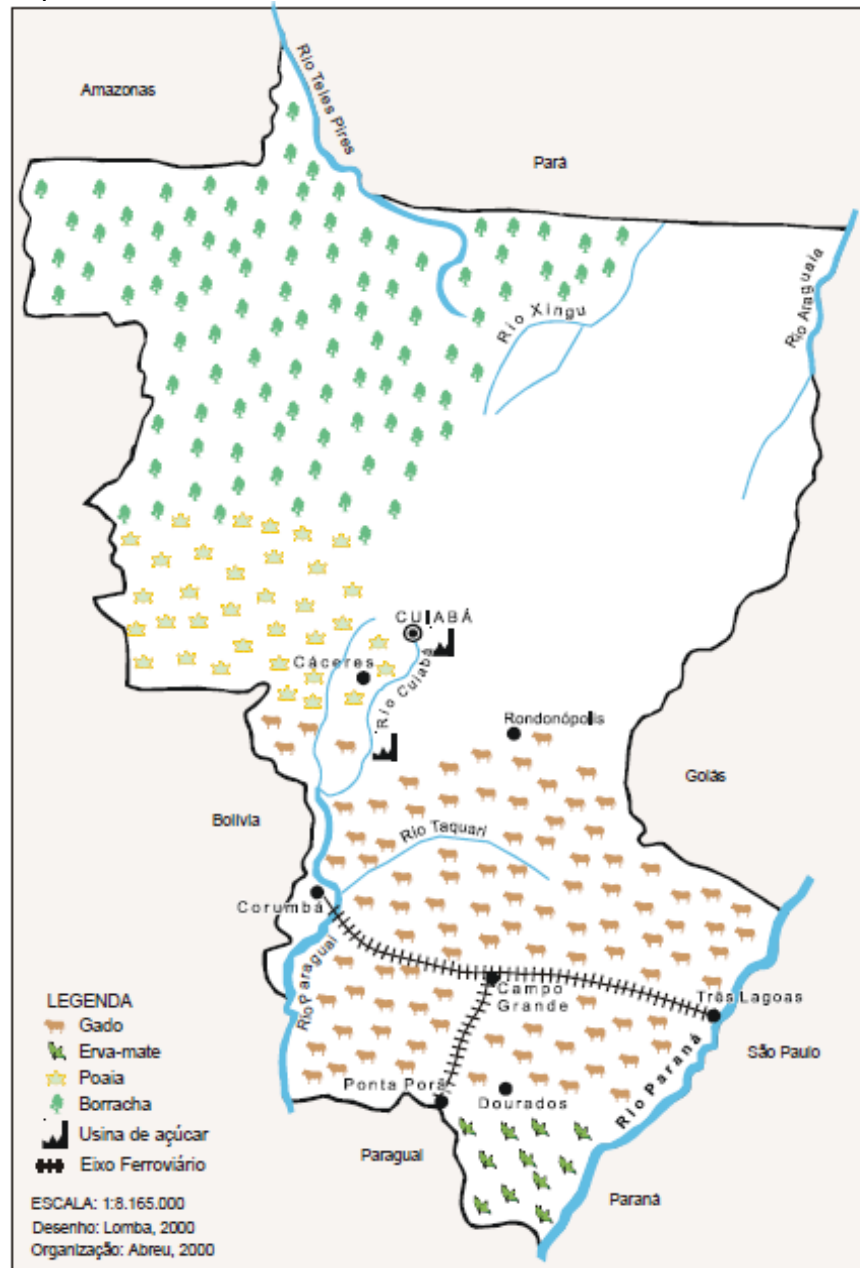
Mota (op cit.), assinala que esta guerra, marca um período da história que perdurou de novembro de 1864 a 1870, o Paraguai termina com uma economia devastada e um déficit enorme da população masculina. E ainda tendo que lidar com a subnutrição e epidemias que assolavam naquela época, tornando assim, o Paraguai um País de sobreviventes.

No entanto, os prejuízos não ficaram somente para o Paraguai, o Brasil sente os efeitos devastadores dessa guerra, que acarreta altos índices de inflação, elevação do custo de vida e um grande descontentamento da população devido a essa custosa luta entre países (MOTA, 1995).

Para Lobato et. al. (2010) no período pós-guerra, a economia da província de Mato Grosso fica bastante prejudicada, logo em seguida é abolida a escravatura, ocorrendo uma grande crise, com base apenas na lavoura e criação de gado, utilizando mão de obra escrava que a região produzia para subsistência. Dá-se início assim, a busca por outras fontes econômicas para estruturar as cidades, essas atividades giravam em torno da produção de borracha e erva mate. Os autores contextualizam que no período republicano as principais atividades desenvolvidas no novo Estado de Mato Grosso, eram usinas de açúcar localizadas mais na parte central, a produção de gado e erva mate na parte Sul do Estado, bem como pode ser evidenciada a partir da Figura 04.

Com o término da Guerra do Paraguai e após a liberação da navegação pelo rio Paraguai, o Estado integrou seu comércio ao restante do mundo, as mercadorias vinham principalmente da Europa importadas pelas casas comerciais mato-grossense com grande diversidade de produtos, desde chapéus, tecidos, adornos pessoais, dentre outros produtos. Mato Grosso integra-se com o exterior como sendo exportador de matérias-primas (LOBATO et al., 2010).

Figura 04 - Principais atividades econômicas de Mato Grosso no período Republicano



Fonte Lobato et. al. 2010.

Ainda como ressalta Lobato (op. cit), o tamanho territorial do Estado de Mato Grosso contribuiu para a formação de um processo de divisão do Estado, com argumento que a extensão do estado dificultava o desenvolvimento de forma igualitária. Cabe ressaltar o forte interesse político por parte desse processo. Em 1977 o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31 dividindo Mato Grosso e criando o Mato Grosso do Sul, levando em consideração os fatores socioeconômicos, políticos e culturais existentes na região.

Até o ano de 1977 Mato Grosso possui 93 municípios com uma área territorial de 1.231.549 km², com a divisão o Estado passa a ter 38 municípios e área de 901.420 km² (SIQUEIRA, 2002).

Como bem considera Lobato et. al (op. cit.) a região Centro-Oeste ainda não era considerada como uma região consolidada do ponto de vista capitalista nacional, era uma região de transição entre o desenvolvimento capitalista consolidado no Sudeste e a emergente fronteira de recursos da Amazônia. Lobato et. al (2010) faz uma contextualiza sobre as políticas de colonização, ocupação e desenvolvimento do Estado como sendo:

Planos de desenvolvimento proposto pelo Governo Federal, dentre esses grandes projetos pode-se destacar a implantação e pavimentação da BR-163, implantação dos distritos industriais em Cuiabá, modernização da agricultura, ocupação do cerrado pela monocultura da soja, que se torna um dos principais produtos exportados pelo Estado. (LOBATO et. al. 2010, p. 8-9).

Para garantir o escoamento da produção regional, cria-se o projeto para criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), em Cáceres. A partir de um decreto Federal de nº 99.043 foi autorizado a implantação da proposta em 6 de março de 1990. O discurso que essa Zona de Processamento carrega é de que isso irá dinamizar o corredor exportador de Mato Grosso para os mercados internacionais. (SIQUEIRA, 2002). Esse projeto até os dias atuais não saiu do papel e sabe-se do forte embate que se tem pela implantação da ZPE em Cáceres, uma proposta carregada pelo discurso político em que ambientalistas e pesquisadores se opõem fortemente contra esse projeto de “desenvolvimento”.

3.3 A Evolução da Soja em Mato Grosso

Conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2000), a soja é originária da Manchúria, região da China. É uma das culturas mais antigas, plantada pelo menos há cinco mil anos, espalhou-se pelo mundo por intermédio dos viajantes ingleses e por imigrantes japoneses e chineses.

A soja teve sua primeira oficialização estatística em 1941 no Rio Grande do Sul. A partir de 1964, ancorado na demanda de farelos proteicos para alimentação animal pelos países europeus e no crédito fiscal, o avanço da fronteira agrícola da

soja para outras regiões foi extraordinário, assim como o aumento da quantidade produzida (EMBRAPA, 2000).

Aparece no Brasil no início do século XX, com um maior impulso em meados dos anos 1970, em consequência da crise na safra sofrida na Rússia e a falta no cumprimento na demanda mundial (CUNHA, 2008).

A disponibilidade de terras a baixo custo foi o que atraiu a produção de soja para Mato Grosso, todavia exigiu a utilização de um grande aporte de tecnologias para assim tornar possível o cultivo em grandes extensões de terras. Segundo Cunha (2008), a soja em Mato Grosso é iniciada de forma experimental em 1977. O autor relata que desde o início de sua implantação no Cerrado, a soja sempre contou com o apoio do Governo, a partir da concessão de créditos, pesquisas e programas de desenvolvimento agropecuário.

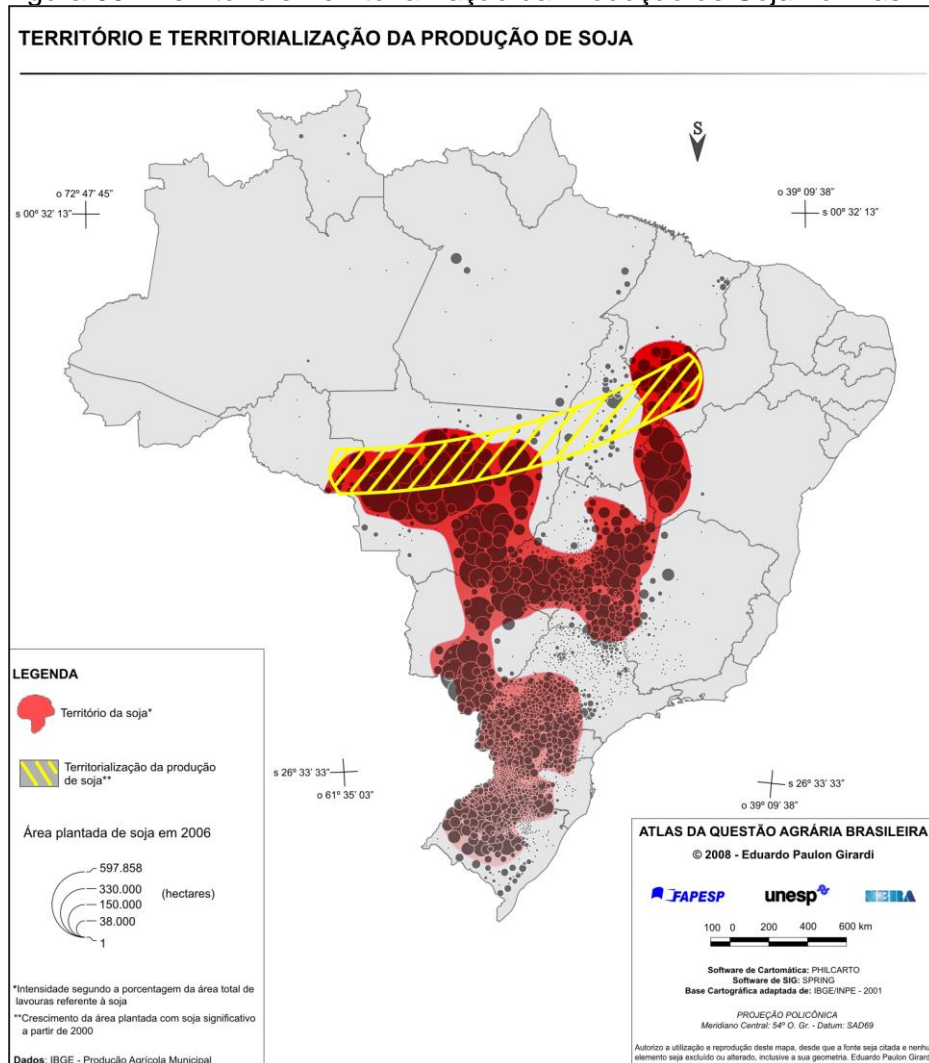
Nos últimos 20 anos a soja tem sido a cultura que mais apresentou progresso dentro do contexto nacional, principalmente devido as condições favoráveis dos elementos naturais, melhorias e investimentos no setor de logística e de transporte do País. Mas, em contrapartida, vem sendo constatados grandes impactos ambientais provocados por essa atividade, sendo eles: o aumento do desmatamento, principalmente no bioma Cerrado, degradação do solo e agravamento do quadro crítico da disponibilidade de recursos hídricos, decorrente da irrigação (BARRETO, 2004).

Pela Figura 05 é possível ter uma noção da dimensão do território ocupado pela produção da soja, na região Centro-Oeste, tornando evidente o forte apoio financeiro e tecnológico empregado na produção desta monocultura.

Na Figura 05 constata-se a área compreendida como território da soja, estabelecido no norte do Mato Grosso, dando ao Estado o título de maior produtor e exportador da soja.

Vale lembrar que todo esse processo de territorialização da monocultura gera exclusão no campo. Os pequenos produtores excluindo desse modo de produção e lutam pela conquista de terra e de dignidade para sobreviverem em meio ao avanço cada vez mais implacável da nova fronteira agrícola.

Figura 05 - Território e Territorialização da Produção de Soja no Brasil



Fonte: GIRARD, 2008.

Outros impactos visíveis são as erosões dos solos, o assoreamento de rios, a eutrofização dos rios, o nível de cobertura e perda gradual da fertilidade dos solos, fogo disseminado pelos minitornados que assolam a região ou pelos próprios equipamentos usados na colheita” (PASQUIS e VARGAS, 2009, p.11).

A mecanização e empreendimentos que chega junto com a soja tem causado, também, impactos socioeconômicos, principalmente, para os pequenos produtores, que pouco a pouco estão sendo expulsos de suas propriedades, para dar lugar aos grandes latifundiários.

Schwenk (2013) salienta que com a introdução de inovações tecnológicas, grande parte das forças produtivas são substituídas, gerando uma onda de desemprego na região, famílias inteiras de trabalhadores sem espaço para cultivar,

vão para as cidades em busca de empregos, causando sérios transtornos devido aos trabalhadores não terem qualificação profissional.

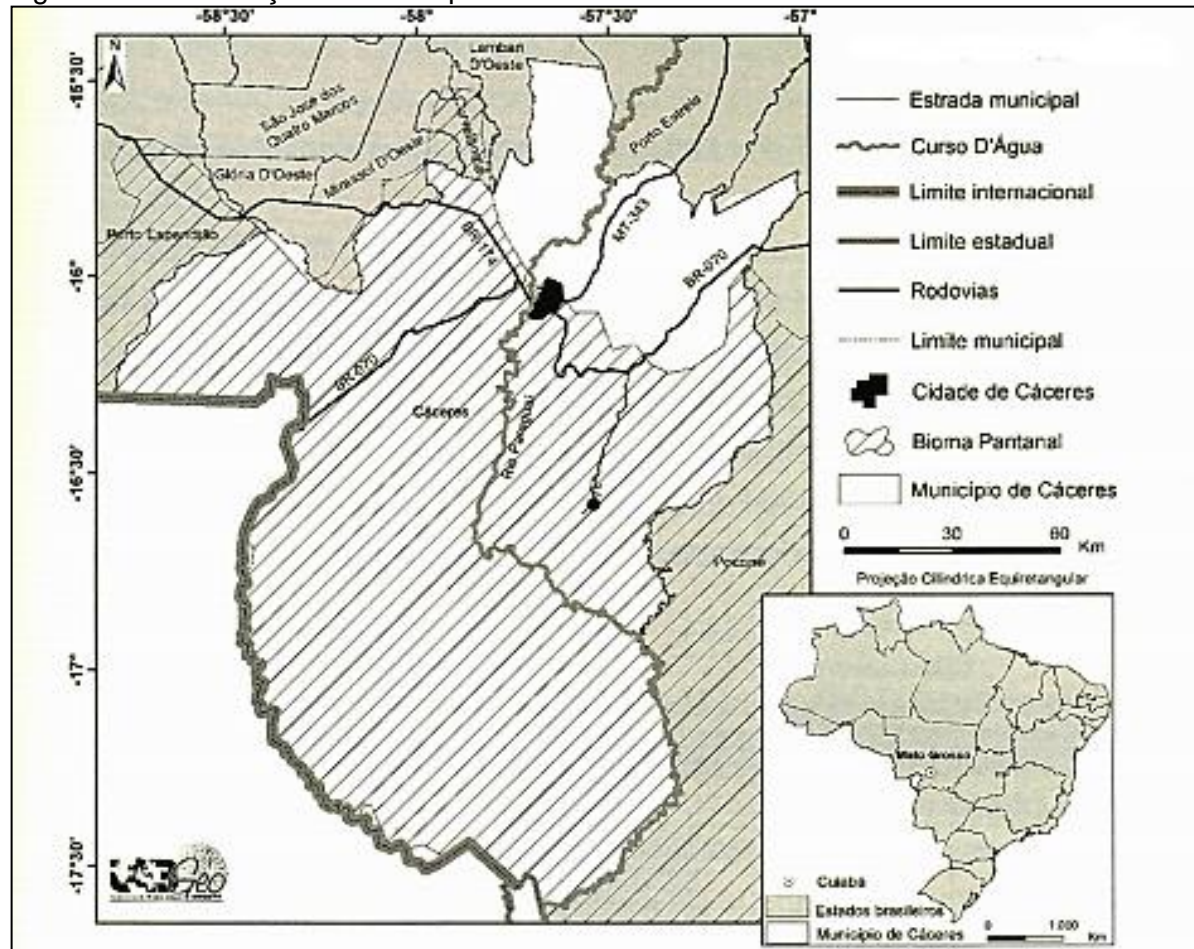
Segundo Fernandes (2008 b), “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento [...]”. Toda essa situação de concentração fundiária e expansão do agronegócio tem sido o grande responsável também pelo aumento dos conflitos no campo brasileiro, pois esse modo de produção capitalista não só promove a destruição da natureza, ameaçando com o rompimento dos processos ecológicos regeneradores, como também acarreta situações de conflitos e miséria. Dessa forma, Gomes (1997) destaca que:

[...] a exclusão da população local do novo sistema produtivo por força ou por não obter mão-de-obra especializada, nem conhecimento ou capital para aplicar na alta tecnologia, ou por não conseguir comercializar nem competir seus produtos e preços ou sua tecnologia com aquela de ponta de seus oponentes, indo para a periferia das cidades, beira de estradas e passando até por trabalhos escravizados; aumento da oferta de empregos e do padrão e qualidade de vida em detrimento de grande consumo de matéria-prima e de impactos ambientais complexos; pressões exercidas dentro e em torno das reservas indígenas e invasões em unidades de conservação; desmatamento do cerrado e florestas nas áreas indígenas, quilombolas e camponesas para o plantio de soja tecnificada, proporcionando desigualdades culturais e sociais entre os mesmos, assim como manifestações de alcoolismo, prostituição e de doenças como a AIDS e sífilis, entre outras (GOMES, 1997, p. 06-08).

Em Mato Grosso o espaço passa a ser organizado para atender a demanda nacional e internacional, substituindo a quantidade de trabalho por tecnologias, informações e inovações. Com um sistema capitalista concentrado e excludente de pequenos agricultores que antes retiravam da terra seu sustendo, onde o processo de apropriação do espaço acontece de forma desigual e injusta, situação que denuncia as falácias da noção hoje dominante de desenvolvimento sustentável.

Cáceres integra a mesorregião Centro Sul do estado de Mato Grosso, na microrregião do Alto Paraguai. Conforme dados do IBGE, o município conta com uma população de 87.942 pessoas, (IBGE, 2010). Dados esses que deixa Cáceres em uma posição de 5º lugar entre os 141 municípios na estimativa populacional. Sua densidade demográfica é de 3,61 habitantes por Km², caindo então para a posição 47º lugar entre os 141 municípios do Estado (IBGE, 2006. (Figura 06).

Figura 06 - Localização do município de Cáceres



Fonte: NEVES, et al. (2017)

O município que detém um dos maiores rebanhos bovino do Estado e, embora o plantio da soja seja mais recente, o IBGE passou a indicar uma área significativa do plantio no município. As maiores áreas estão localizadas na comunidade da Gleba São Luiz, região da Morraria, na fazenda Morada do Sol, próxima à fronteira com a Bolívia, fazenda Bom Tempo e mais recentemente a partir de 2015 na fazenda Ressaca. Nessas propriedades se encontra boa parte da área cultivada. O cultivo, em geral, ocupou áreas anteriormente destinadas à pecuária bovina ou que fazem a integração lavoura/pecuária, como é o caso da fazenda Ressaca.

O plantio, no entanto, vem crescendo nos últimos anos, contribuindo com isso o baixo valor da terra na região em comparação ao norte do Estado, que possui um valor agregado a terra bem superior. Uma das razões para isto é o valor da terra em Cáceres, comparado aos de regiões de maior concentração da soja no Estado, bem como pode ser evidenciado a partir do Quadro 01 que expõe o valor mínimo, médio e máximo do valor da terra em Mato Grosso. (INCRA, 2015).

Quadro 01: Valor da terra nua em Mato Grosso/ha

Município	Mínimo	Médio	Máximo
Lucas do Rio Verde	3.920,00	9.450,00	22.400,00
Sorriso	4.508,00	10.800,00	22.400,00
Sinop	1.764,00	10.800,00	22.400,00
Campo Novo	1.960,00	7.470,00	27.120,00
Primavera do Leste	1.666,00	10.890,00	29.360,00
Cáceres	980,00	5.400,00	11.600,00

Fonte: INCRA, 2015. Organizado por LOIOLA, 2018.

Assim sendo, além do valor da terra em Cáceres ser mais barato que em outras cidades de Mato Grosso, existe ainda uma proposta em curso sobre a construção do porto de Morrinhos, localizado nas proximidades de Cáceres, no rio Paraguai. Empreendimento esse que visa facilitar o escoamento da produção da soja da região, possibilitando a saída de grandes comboios para o Sul, em direção à Bacia do Prata.

Para o trecho entre Corumbá e Cáceres, estão previstas obras para permitir a navegação de grandes embarcações, tais como: dragagens, regularização do leito do rio, retirada de rochas e modificação no canal natural do rio (EVTEA, 2017). Intervenções essas que podem causar sérios impactos no bioma Pantanal. Sobre isso, a representante do grupo GAIA/MT (2016) afirma:

Olha, isso da hidrovia aqui é uma farsa, falar que você vai ter ganho na economia do transporte é tudo mentira. Um fiasco. E que conseguíamos ter vários aliados, e que foi feito um levantamento em que foi comprovado o interesse em quase todos os projetos em pegar dinheiro e então tinha muito mais a ver com isso do que com a economia no transporte. Nós conseguimos convencer parte da população de Cáceres e fizemos uma aliança com o setor de turismo que ajudou a fechar a ponte. Tinha ali as pessoas ligadas ao setor de turismo que conseguiram enxergar isso: “Você destrói o Pantanal para transportar uma soja que nem é sua”, então a soja já jogou todo o veneno que tinha que jogar até chegar aqui, aí os “caras” que precisam transportar vem aqui e constrói um porto em Cáceres e destrói o Pantanal. Quando você constrói um porto é a degradação social e cultural. Um porto é praticamente prostituição um comércio que fica ali no entorno, a mão de obra do porto é mão de obra especializada trazida de fora e você traz mais gente migrando para cá atrás de melhorar sua condição. Então migra pessoas para cá para um lugar que as pessoas já estão precisando, assim nós conseguimos demonstrar a inviabilidade da hidrovia em Cáceres ¹¹.

¹¹ Entrevista feita com a representante do grupo Gaia, realizada no dia 30 de março de 2017 por Valéria Loiola. Nomes dos entrevistados não serão citados no decorrer dessa dissertação por garantia de sigilo aos entrevistados.

Como nos revela Calheiros (2016¹²), em entrevista feita pela revista “Vaidapé”, as obras previstas para os próximos 10 anos vão impactar o trecho Cáceres-Corumbá, que servirá principalmente para o escoamento da soja. Esse trecho abrange uma região muito sensível, com áreas bem estreitas, regiões com áreas bastante desmatadas e de solo frágil e arenoso, conseqüentemente aumentando o seu potencial erosivo devido ao seu mal-uso. Destacando ainda que:

A bacia do Alto Paraguai “já oferece 70% de sua capacidade de produção de hidroeletricidade ao país”, o que implica em problemas ambientais e sociais. Fornecer os demais 30% de seu potencial hidroelétrico, pontua, “seria colocar todo o sistema BAP/Pantanal em risco, pois barrando-se cada rio se altera a vazão, o pulso de cheias e secas (pulso de inundação) de cada rio e, gradativamente, dos demais rios de uma sub-bacia, como já ocorre na sub-bacia do rio Cuiabá (o principal afluente da BAP que já tem todos os seus principais rios barrados: Rios Manso, Casca, Itiquira, Correntes, São Lourenço) e nas dos rios Jauru e Sepotuba (todos em MT, sendo o norte da bacia responsável por cerca de 70% da água de todo o Pantanal)”. (CALHEIROS, 2014).

Ainda, segundo Calheiros (2014), atualmente, existe 44 hidrelétricas em funcionamento na bacia do Alto Paraguai, sendo que se encontra para análise a construção de mais 110 hidrelétricas totalizando, 154 barragens ao longo do rio e que muitas comunidades que dependem do rio para sobreviver já sobrem com os prejuízos dessas transformações.

Dessa forma, além do conflito estabelecido em relação ao uso da água, o Estado também é marcado por conflitos no campo, em que muitos pequenos produtores lutam para conquistar e continuar no meio rural.

3.4 A Luta pela/na terra no Brasil e em Mato Grosso

A luta pela conquista e permanência na terra não são fatos recentes. Isso data desde os tempos do Brasil Colonial, intensificam-se frente às lutas contra a alta concentração de terra já existentes no País e contra a exploração dos trabalhadores. Conforme Fernandes (2000) esse processo é histórico e iniciado na formação do

¹² Documentário “Morte e Vida Pantaneira”, produzido pela revista Vaidapé, publicado em 05 de dez. 2016. Disponível em:< <http://vaidape.com.br/2016/12/paraguai-cinco-gritos-de-um-rio-que-morre/>>. Acesso em 25 de agos. De 2016. Transcrito por Valéria Loiola.

Brasil com a invasão dos territórios indígenas, pela escravização do trabalho e produção do território capitalista, ressaltando que:

Nesse processo de formação do nosso País, a luta de resistência começou com a chegada dos colonizadores europeus, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram as lutas contra o cativo, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores, desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas (FERNANDES, 2000, p. 22).

Sendo assim, evidencia-se que a luta pela terra é um fato histórico, desde o surgimento do Brasil. Os povos indígenas já habitavam o país “descoberto”/colonizado, sendo expulsos, expropriados e explorados como trabalhadores escravizados. Sem contar o duro massacre, tanto em questão às mortes, quanto em perda de suas culturas devido à forte influência da cultura europeia que sofreram ao longo de toda a história deste País.

Os povos indígenas e os escravos trazidos da África para o Brasil para trabalhar, por muitos séculos marcaram esse período, uma luta constante sinônimo de resistência por terra, território e cultura.

Os quilombos também são marcas em nossa história como forma de luta e resistência. Zumbi dos Palmares foi o quilombo mais conhecido em toda história do Brasil. Constituiu forte resistência contra o cativo, foram povos que por séculos sofreram duramente com todas as formas opressora por seus senhores. Foram vários os quilombos criados e espalhados pelo Brasil, os escravos fugiam das fazendas e encontravam nos quilombos condições de vida (FERNANDES, 2000).

Temos também, outro fato marcante da história da formação do movimento camponês a resistência de Canudos, cujo o líder foi Antônio Conselheiro. Esse movimento religioso foi marcado por intensos conflitos de camponeses como o modo de aquisição de terras no País. Canudos foi umas das maiores formas de resistência dos camponeses que lutaram intensamente pelos interesses de uma classe excluída da posse da terra (FERNANDES, 2000).

Após Canudos no final do século XIX, surge o movimento de Contestado, um movimento de cunho político-religioso, liderado pelo monge José Maria. O governo concedeu uma enorme extensão de terras à empresa norte-americana Brazil Railway

Company. As terras foram exploradas e desflorestadas por empresas que comercializavam a madeira do Brasil e no exterior. (MORISSAWA, 2001).

Ainda para Morissawa, os camponeses após sofrerem com vários ataques passaram a se organizar melhor e, em setembro de 1914, acusaram o Governo de assassinar os trabalhadores e entregar as terras para empresas estrangeiras. Foram movimentos com finalidade de busca por igualdade e pela permanência em suas terras, alvos de disputas e interesses.

No fim da ditadura do governo Vargas, em 1945, surge a Liga Camponesa, como sendo uma forma de organização dos camponeses para lutarem contra as formas opressoras postas pelo Governo. Fernandes (2000) ressalta a atuação das ligas que surgiram em diferentes estados do País na luta pela reforma agrária radical, para assim conseguirem acabar com o monopólio de classes sobre a terra.

As ações desenvolvidas pela Liga dos camponeses resistiam na terra passando a realizar ocupações. O Golpe Militar de 1964 reprime violentamente os trabalhadores, massacrando o movimento camponês já consolidado na época, diversos trabalhadores foram mortos, torturados e humilhados ou até mesmo exilados. O Golpe, foi considerado um retrocesso para o País (FERNANDES, 2000).

Fernandes (op. cit.) narra que outro sinônimo de luta foi o surgimento do Movimentos dos Trabalhadores sem Terra (MST), marcado pela resistência camponesa. Em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, inaugurando o surgimento do MST, sendo considerado fruto de uma resistência histórica do campesinato no Brasil. Na atualidade, vale ressaltar que além do MST surgiram também os Movimentos Terra Livre, o Movimento de Luta pela Terra (MLT) dentre outros.

Essa é uma luta histórica que vem ocorrendo a mais de dois séculos e meio, tendo como características principais a conquista, ocupação e disputa do território. Torna-se visível a partir de um complexo jogo de forças políticas, a legislação fundiária e a forma de sua aplicação ocorreram sempre pelas mãos das elites dominantes que estão à frente desse processo (MORENO, 2007).

Atualmente a luta pela terra no Brasil ainda é complexa e desigual, como bem ressalta Morissawa (2001), destacando que a terra possui uma função social que de acordo com o estabelecido na Constituição Federal do Brasil de 1988 tem o dever de: Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais. Para

garantir o exercício desses direitos, a Constituição assegura, entre outras coisas que a propriedade atenderá à função social. Essa é uma realidade que é válida apenas em forma de lei, mas que em grande maioria dos latifúndios isso não se cumpre.

Silva (2014) aponta que por este processo torna-se evidente a cruel realidade vivenciada pelos pequenos produtores rurais no Brasil em que o campesinato se forma na contradição da expansão capitalista. Está, sob liderança dos grandes latifundiários por meio de instrumentos legais e ilegais, apropria-se de extensas áreas, bloqueando o acesso à terra ao campesinato.

A luta pela terra no Estado de Mato Grosso pode ser verificada desde as primeiras investidas dos bandeirantes em busca de ouro e indígenas para o trabalho escravo, e permaneceu desde então na luta dos indígenas contra a expulsão de suas terras e na luta dos camponeses contra a expropriação violenta de suas pequenas posses pelos grileiros (DATA LUTA, 2013).

A abundância de terras no estado não possibilitou um acesso democrático a todos. Moreno (2007) enfatiza que o Governo estimulou a migração com o discurso de necessidade de povoamento e desenvolvimento do território. A Lei nº 20/1892, proibia também ocupação em terras devolutas, colocando o posseiro na condição de invasor sujeito a despejo.

Em meados de 1994, a luta pela terra em Mato Grosso intensifica-se com a realização da primeira ocupação de terra organizado pelo MST, no município de Pedra Preta, até então as lutas eram feitas em pequenos grupos ou até mesmo de individuais que pretendiam conseguir um lote para trabalhar e viver (DATA LUTA, 2013). Conforme dados da mesma fonte, em Mato Grosso foram realizadas 149 ocupações de terras entre os anos 1998 e 2011, com a participação de 38.822 famílias.

Toda essa apropriação desigual e injusta do território concentrou grandes extensões de terras nas mãos de apenas uma pequena parcela da população, os latifundiários/empresários rurais detentores de terra e renda.

Na atualidade o Brasil apresenta assentamentos de Reforma Agrária, conquistas essas alcançadas com lutas e pressões dos movimentos sociais que lutam pela terra. O Governo tem os assentamentos como medida paliativa para assim, ser possível minimizar os problemas no campo e adiar a tão almejada Reforma Agrária pelos camponeses. Os assentados geralmente são agricultores familiares que constroem suas significações e identidades, muitas vezes por meio da economia

solidária; eles vivem da agricultura para o autoconsumo e se denominam do MST na luta identitária (SILVA, 2011).

Os assentamentos são sinônimo de constantes lutas, e uma das maiores demandas dos dias atuais é por políticas públicas que dê suporte aos pequenos produtores, que visem novas alternativas de renda e por melhores formas de produção, por uma estrutura fundiária menos excludente e injusta que possibilite a vida digna nos assentamentos.

De acordo com os dados do Nera (2008), é possível constatar que Mato Grosso possui o maior número de assentamentos do Brasil. Contando com 583 localizados em várias regiões e municípios do Estado, assentando em média de 95 mil famílias. Dados esses que contrastam com o agronegócio tão imponente no Brasil.

Mas como a agricultura camponesa é uma constante luta, após conseguir seu "pedaço de chão", outras lutas se iniciam que é pela permanência das famílias na terra, luta por créditos e por uma infraestrutura que viabiliza a vida na terra (FERNANDES, 2000).

Cabe lembrar que atualmente no Brasil o que existe é uma política de assentamento e não de Reforma Agrária enquanto projeto nacional. Para que a Reforma Agrária se efetive no território nacional é necessário, além do acesso à terra, a conquista de vários outros direitos, sendo eles: acesso a saúde, educação, créditos, produção, transporte, comercialização, infraestrutura, dentre outros. Sendo assim, não é apenas a conquista da terra, mas que se tenha políticas públicas que torne possível uma vida digna aos trabalhadores. Conforme salienta Oliveira (2007).

A reforma agrária constitui-se em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos e reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

No município de Cáceres a luta pela terra e o combate ao latifúndio na região teve início em 1996, com a chegada do MST na região, organizando e instalando em acampamentos, e a primeira ocupação efetiva foi na fazenda Santa Amélia, assim como o primeiro assentamento no município (VIEIRA, 2005).

[...]. Então posso dizer que a ocupação dessa região aqui toda, daqui de Cáceres à Comodoro, foi muito conflituosa. Com muitas mortes de agricultores, como no caso do período do governo de Júlio Campos que ele botava toda a polícia e ainda clamava o exército para tirar os agricultores das áreas. Então eles chegavam nas casas assim e já chegavam atirando. Eu tinha uns 10 anos de idade e me lembro bem que onde eu morava (Jauru) a polícia já chegava atirando em todos as pessoas na cidade e as pessoas ficavam em pânico. Durante o dia mesmo, dando tiro. Então essas terras aqui foram conquistadas mesmo, onde tem esses assentamentos.¹³

Com isso, várias ocupações aconteceram, aumentando consideravelmente o número de assentamentos. Conforme dados do INCRA/MT, até o ano de 2011 foram regularizados 21 projetos de assentamentos no município, com cerca de 2.000 famílias. Conquistas alcançadas a partir de lutas, apoiados e coordenados pelo MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por intermédio do INCRA (SILVA, 2014).

Ressalta-se que o processo de implantação dos assentamentos ocasiona transformações na configuração sócioespacial do município, tornando-o um espaço de vida e de geração de renda e produção de alimentos, ao que antes eram apenas grandes espaços destinados ao latifúndio.

Em Cáceres, a luta pela terra ganha maior intensidade e visibilidade, tendo como principal fator o intenso trabalho de organizações de apoio aos trabalhadores sem-terra como a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Observa-se que com a implantação dos assentamentos a região apresenta uma dinâmica socioterritorial específica e que difere do restante do Estado.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são a pecuária extensiva de corte e leiteira, a agricultura camponesa, que responde pela produção alimentar interna no município e a agricultura baseada na monocultura. Dessa forma, essas distintas formas de apropriação do território e modos de economia e de vida acabam por desencadear uma série de insatisfação e conflitos entre grupos que percebem o território de formas divergentes.

¹³ Entrevista feita com a representante da FASE/MT, realizada no dia 13 de outubro de 2016, por Valéria Loiola. Nomes dos entrevistados não serão citados no decorrer dessa dissertação por garantia de sigilo aos entrevistados.

3.5 Conflitos Socioambientais

O atual modelo de desenvolvimento adotado, favorece a expansão econômica em detrimento das questões ambientais, e provoca cada vez mais situações de conflitos. Simultâneo ao crescimento da economia, vivenciamos o progresso da destruição dos biomas, das injustiças ambientais, da concentração de renda, da violência no campo, da desigualdade social etc. Tornando-se assim, o conflito socioambiental uma pauta importante e incessante nas questões relacionadas ao meio ambiente.

De acordo com Acserald (2004) um conflito ambiental é gerado por diferentes grupos sociais, com modo diferenciado de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis.

Esta definição é bastante complexa no sentido de que insere no campo de disputa, de um lado, aqueles que de alguma forma são os causadores dos problemas que geram os conflitos e, de outro, os que por se sentirem prejudicados partem para o enfrentamento.

Little (2001) propõe uma definição de conflito ambiental com base nos princípios da ecologia política caracterizando-o como um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico. De acordo com este autor, os conflitos podem ter várias dimensões e características, podendo ser provocados pelo controle sobre determinados bens naturais. Em outros casos, podem emergir em função dos impactos socioambientais gerados pela ação humana, tais como desmatamento, queimadas, contaminação dos rios e do ar ou construção de grandes empreendimentos. Podem ocorrer também em torno de valores e alterações de modos de vida, indo além dos embates políticos e econômicos incorporando elementos éticos e identitários.

Para Martinez-Alier (2007), os conflitos nascem da contradição entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. Neste sentido, os conflitos ambientais existem e chocam-se paulatinamente no cotidiano das populações economicamente desfavorecidas. Acirradas pela era das incertezas, as forças antagônicas sobrepujam as lutas, dilacerando as identidades e os territórios pelo poder do capital.

Ribeiro (1995) assegura que os conflitos envolvendo os recursos naturais englobam peculiaridades como a existência de impactos diretos e indiretos de determinadas atividades socioeconômicas, como consequências dessas ações surgem características negativas ao meio ambiente. Como degradação e desequilíbrio, ameaça à sustentabilidade de áreas físicas de bens coletivos e de recursos naturais escassos, além da extinção de espécies nativas. O autor revela que o ambiente natural é algo de uso coletivo, e quando não é o que acontece isso acarretará disputas e conflitos para alcançarem seus objetivos.

Na análise de Carvalho e Scotto (1995), o conflito socioambiental se apresenta como um conflito social que expressa uma luta entre interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. O conflito social é o acesso aos recursos naturais e seu principal objeto de disputa, e mais, trata-se da luta pelo direito ao espaço ambiental tradicionalmente ocupado, uma luta pela apropriação material e simbólica da natureza, pela definição e reconhecimento dos significados atribuídos ao território.

Fato esse visível a partir dessa inserção do setor da sojicultura no estado de Mato Grosso, tendo um rápido avanço do agronegócio pelas terras do Cerrado, causando assim, como já foi acima citado, vários problemas de ordem ambiental e social.

Segundo Acselrad (2004), os conflitos surgem em função das relações de poder existentes em dois espaços sociais. O primeiro espaço é a distribuição e capacidade dos indivíduos de terem acesso aos bens naturais, como água, solo e recursos minerais; e isso se configura ao acesso ao “capital material”. O segundo espaço é aquele onde se confrontam representações, modo de distribuição de poder verificado no primeiro espaço, sendo neste segundo espaço o lugar onde acontecem as disputas mediante afirmações de diferentes significações.

O autor revela que os conflitos devem ser analisados sob a ótica desses dois espaços. Ressalta, ainda que, é no primeiro espaço que se desenvolve as lutas sociais, econômicas e políticas, através da apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. E o segundo espaço, onde se desenvolvem as lutas simbólicas para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital. (ACSELRAD, 2004).

As relações de poder existentes entre esses dois espaços, surgem os conflitos em torno do desenvolvimento das lavouras de soja no Estado. E que neste conflito o que está em curso são as diferentes construções sociais, como: os valores, crenças e saberes que influenciam as estratégias de legitimação utilizadas pelos atores envolvidos nesses conflitos.

A soja em Mato Grosso tem causado uma crescente transformação no processo de urbanização de algumas cidades, sendo recriadas para atender a demanda do agronegócio, gerando mudanças ambientais e socioeconômicas, causando impactos não somente no campo com o grande êxodo rural, mas também nas cidades que não estão preparadas para receber a população camponesa expulsa de suas terras, que acaba se inserindo em subempregos e no mercado informal, fortalecendo assim a esfera inferior da economia.

Situação vivenciada na atualidade no município de Cáceres-MT, uma vez que em função da implantação e do aumento da plataforma de produção da monocultura da soja no município os grupos e organizações socioambientais se aparelharam em prol da defesa do ambiente pantaneiro, tais ações envolvem reuniões com os órgãos governamentais; participação nas audiências públicas e de consulta popular sobre os grandes empreendimentos capitalistas a serem implantados no município; informação, formação e capacitação para população cacerense; desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa sobre os impactos socioambientais decorrentes da implantação desta monocultura no município e região; ações práticas como o desenvolvimento do Dia do Rio Paraguai, como forma conscientização da população, entre outras.

Tais ações/atividades desenvolvidas pelos grupos e organizações socioambientais de Cáceres e região buscam contestar o modelo de “desenvolvimento” propagado pelos empresários capitalistas/latifundiários/sojicultores, propondo uma transição agroecológica eficiente em termos de proteção ambiental, segurança alimentar, manutenção e permanência, com qualidade de vida, para as famílias camponesas e, conseqüentemente, para o ambiente pantaneiro.

Portanto, pode-se afirmar que os conflitos socioambientais envolvendo produção e uso do território mato-grossense e, conseqüentemente, em Cáceres-MT, *lôcus* de nossa pesquisa, são vivenciados cotidianamente pela comunidade

cacerense, que por meio dos grupos e organizações socioambientais se organizam e lutam pela manutenção e permanência no “território vivido” (HAESBAERT, 2006).

CAPÍTULO IV

4. DINÂMICA TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT: CONFLITOS NA PRODUÇÃO E USO DO TERRITÓRIO

A dinâmica territorial é entendida como as tramas sociais que se condensam no território, revelando sua natureza histórica. Bomtempo (2012) salienta que a discussão geográfica leva em consideração tanto as dinâmicas da natureza, como as do território.

É no território que acontece a relação de uma sociedade com seu espaço, em um intercâmbio contínuo, tornando determinado espaço humanizado. Construções e desconstruções são feitas para atender necessidades dos seres humanos. Território está ligado a ideia de poder, o poder público, o privado ou estatal e o poder simbólico.

Moraes (2000) refere-se ao território como sendo um espaço social, que a sociedade passa a qualificar-lo e, logo inexistente como realidade puramente natural. Ele é construído a partir da apropriação e transformação da natureza.

Dessa forma, território, definido pelo uso social, expressa a vida humana em suas várias manifestações relacionais e que lhe dá coerência como movimento da história, que buscamos focar na análise da dinâmica territorial de Cáceres-MT, a qual tem vivenciado constantes transformações espaciais ao longo de sua história.

Este capítulo, visa discutir dados e fontes sobre a dinâmica territorial de Cáceres. Fazendo um breve histórico de sua fundação, principais atividades econômicas, processo de emancipações de várias cidades que integravam e atualmente constituem-se como municípios independentes.

Abordamos também sobre a estrutura fundiária do município, que não se difere das outras partes do Estado, marcada por uma estrutura fundiária concentrada. Contrapondo com a existência de vários assentamentos localizados nesta região, que desempenha um forte papel na luta pela terra.

E por fim, contextualizar a importância da fazenda Ressaca no passado, fazendo parte do processo histórico deste município e atividades desenvolvidas na atualidade.

4.1 O Município de Cáceres - MT

Na atualidade, verifica-se que o espaço rural de Mato Grosso se caracteriza pela estrutura fundiária altamente concentrada, dividida em grandes latifúndios, ou

seja, 91,24% das terras do território mato-grossense estão concentradas em poucas e privilegiadas mãos. Contudo, a dinâmica territorial vivenciada no campo mato-grossense tem possibilitado o “desenvolvimento de duas lógicas distintas na agropecuária: de um lado a produção capitalista da agricultura (agronegócio), de outro, a agricultura camponesa” (SILVA, ALMEIDA, KUDLAVICZ, 2012).

Isso significa dizer que, em Mato Grosso, a territorialização do capital não tem sido uma via de mão única, pois tem encontrado resistências dos agricultores familiares camponeses¹⁴ que lutam para manter seu modo de vida e para permanecerem em seus territórios, os assentamentos rurais.

A cidade de Cáceres-MT foi fundada no dia 06 de outubro de 1778, pelo Tenente Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho por ordens do Capitão-General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, português que governou Mato Grosso por 12 anos, tendo como denominação Villa Maria do Paraguay (MENDES, 1998). Dan (2010) destaca que:

Sua fundação surge motivada para se ter maior proteção da fronteira sudoeste de Mato Grosso, sendo ponto estratégico entre as cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, navegável pelo Rio Paraguai até São Paulo. Deste modo, implanta-se um posto fiscal, visando o controle da evasão de impostos dos condutores de ouro e o próprio contrabando de ouro extraído do Vale do Guaporé (DAN, 2010, p. 24).

Cáceres teve seu desenvolvimento econômico ligado ao extrativismo, pecuária, e o comércio instalado no centro urbano do município, tendo como principais produtos comercializáveis a borracha, a madeira, plantas medicinais, e o gado. A sua organização socioespacial se deu a partir de vários ciclos econômicos interpondo períodos de altos índices econômicos e de estagnação ao longo de sua história.

Cáceres, como já citado anteriormente, se beneficiou dos programas de desenvolvimento do Governo Federal criado em 1970, tais como Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO); o Programa de integração e desenvolvimento do Noroeste (POLONOROESTE), que construiu e pavimentou várias estradas interligando Cuiabá-Porto Velho, melhorou a infraestrutura, assistência técnica e demarcou terras indígenas e regulamentação fundiária; e o Programa de Redistribuição de Terras e

¹⁴ “[...] entendidos como aqueles em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 02).

Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) que estimulou o acesso às terras devolutas e públicas (DAN, 2010).

No período pós-fundação, a economia de Cáceres pautava-se na criação de gado extensivo e agricultura de subsistência. Tendo até os dias atuais a pecuária como atividade econômica predominante, praticada há mais de dois séculos na região pantaneira, de início de forma tradicional extensiva. A maioria dos criadores de gado desta região fazem uso de pastagens nativas, e que atualmente detêm de técnicas modernas no manejo da bovinocultura, tornando assim essa produção mais competitiva, modificando e reordenando as dinâmicas socioeconômicas da região.

Segundo Mendes (1998), a Ata de Fundação feita pelo Tenente com a presença de algumas famílias ilustres na época foi lavrada com o seguinte texto:

Cáceres foi erigida na margem oriental do rio Paraguai, sete léguas ao norte da foz do rio Jauru e na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal, a povoação contou, inicialmente, com um total de 161 moradores de ambos os sexos, em que entrea em parte índios [...]. Mas tarde foi descoberto ouro nas proximidades do rio Cabaçal o que tornou Villa Maria mais próspera (MENDES, 1998, p. 34).

Pela Lei Provincial, de 28 de junho de 1850, Vila Maria do Paraguay passou a ser denominada de Vila de São Luiz do Paraguai. Em 05 de maio de 1874, a Vila de São Luiz do Paraguai foi elevada à categoria de cidade com a denominação de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao seu fundador e santo padroeiro. (Álbum Gráfico de MT, 1914). O Decreto nº. 208, de 26 de outubro de 1938, por decisão da Câmara Municipal, passou a ser denominada apenas de Cáceres (MENDES, 1998).

Ainda segundo Mendes, a organização socioespacial do município aconteceu por meio de vários ciclos econômicos interpondo períodos de altos índices econômicos e de estagnação ao longo de sua história. A intensificação comercial entre Cáceres e Corumbá feita por navegação fluvial pelo rio Paraguai, torna possível o advento de importantes estabelecimentos industriais, tais como: a Fazenda Ressaca (usina de açúcar), Barranco Vermelho e Descalvados (produção de charque, caldos, extratos e conservas de carnes) os produtos ali fabricados eram destinados à exportação. Essas fazendas muito contribuíram com a economia da cidade no século XIX e início do século XX.

A extração poaia (*ipecacuanha brasilienses*) nas matas do Alto Paraguai, de onde se extraíam riquezas da época e também a extração da borracha, peles de

animais, madeira e a pecuária extensiva nas fazendas agropastoris, se constituíram em fatores fundamentais para o reavivamento parcial do escasso povoamento da região de Cáceres, que perdurou até meados do século XX, período de um Brasil estritamente agroexportador e de poder político proveniente da propriedade rural (MENDES, 1998).

Durante o governo militar, nas décadas de 1960 a 1980, a região, estimulada pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo Federal, inicia um grande crescimento econômico e populacional, impulsionado pelas políticas de expansão da fronteira agrícola (MEDEIROS, 1999). A expansão agrícola no Estado proporciona o aumento expressivo da população vinda de outras regiões tomando posse das terras devolutas e terras públicas. Em Cáceres diversas transformações ocorrem para uma melhor estruturação: instalação de linhas de telégrafos, abertura da rodovia BR-070, a ponte de concreto Marechal Rondon, interligando o Leste ao Oeste do Estado, facilitando assim a instalação de vários núcleos populacionais no território (MENDES, 1998).

Cáceres por vários anos foi considerado como polo colonizador devido ao grande fluxo migratório em busca de terras de preços baixos. Contudo, o município passou por diversas transformações em sua configuração territorial, com desmembramentos que deram origem à vários municípios. Nesse contexto, surgem 15 novos municípios emancipados de Cáceres. A última emancipação foi de Curvelândia em 1998.

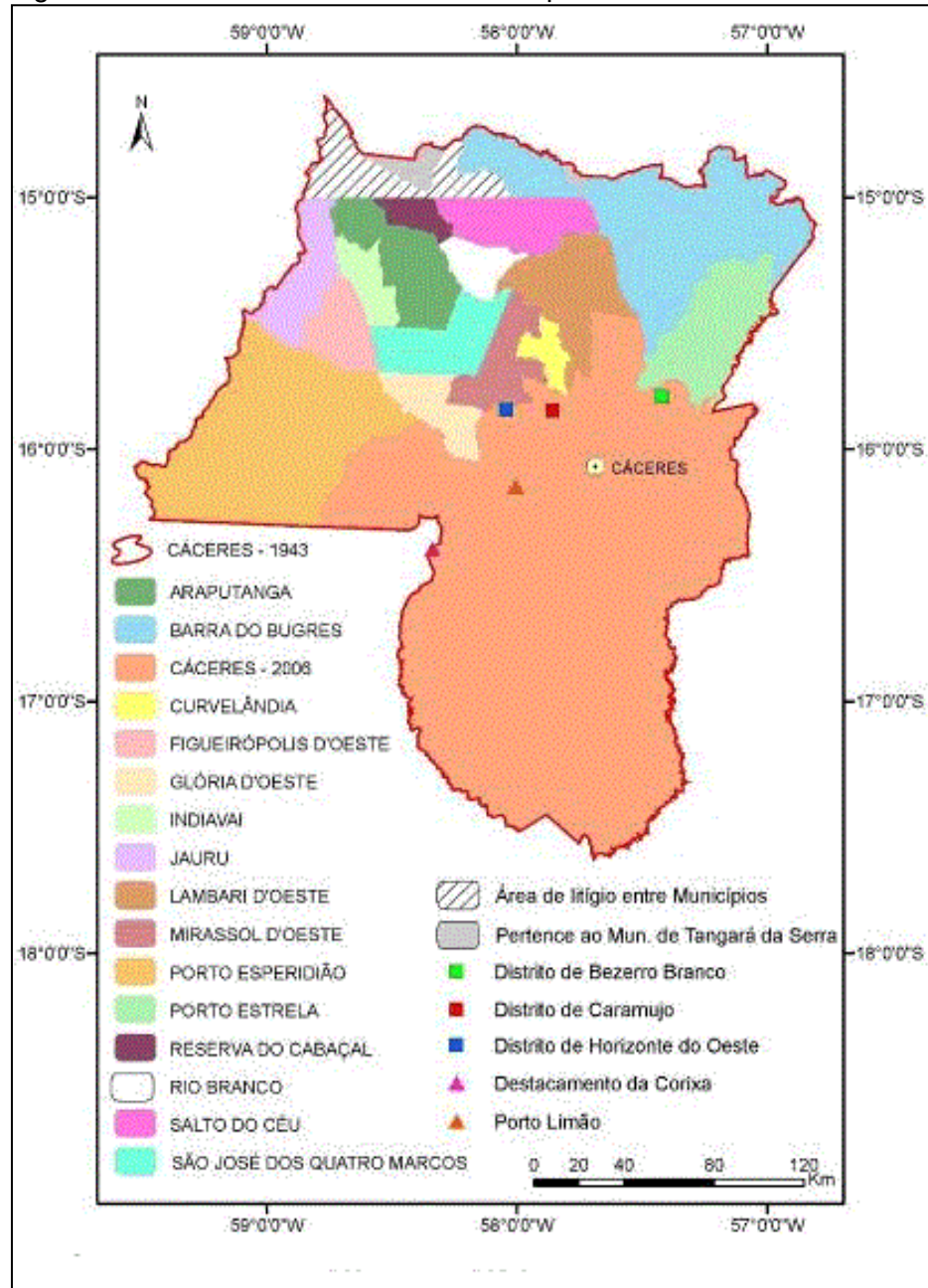
Conforme as informações contidas na Figura 07, esse processo de emancipação afeta a economia local, devido à perda significativa de parte do território, áreas destinadas a atividade agropecuária. Na atualidade, Cáceres conta com alguns distritos, sendo eles: Caramujo, Bezerro Branco e Horizonte do Oeste, Vila Aparecida, Vila Nova Cáceres e Sadia, além de outros núcleos, como o Porto Limão e Corixa (NEVES, 2008).

Cáceres é considerado o segundo município com o maior número de estabelecimentos agropecuários do Estado de Mato Grosso, com 1.085 em 2006, representando 32% das 6.515 propriedades rurais do Pantanal Norte (IBGE, 2006)¹⁵. Contando com o rebanho dos municípios da região de Cáceres, são de 1.113.134 de cabeças de gado (IBGE, 2016). A região possui excelência em produção de couro,

¹⁵ Último censo oficial do IBGE, que em 2010 foram feitas somente algumas atualizações.

pois há pouca incidência de parasitas que danificam a couro do animal (SANTOS, 2009).

Figura 07 - Desmembramentos do Município de Cáceres-MT



Fonte: NEVES, 2008.

A Tannery do Brasil S/A, indústria do ramo do couro, de qualidade internacional, localizada em Cáceres, atende a segmentos de moveis, calçados, automotivos e outros artigos de couro bovino (TANNERY DO BRASIL S/A, 2018).

Ainda para Santos (2006) o potencial pecuarista de Cáceres foi devido melhorias iniciadas desde a década de 1990, em pastagens, no rebanho, melhor

adequação da alimentação bovina, o cuidado com a saúde dos animais, e melhoramentos genéticos. E, mais, a atividade de pecuária requer baixa disponibilidade de mão-de-obra, necessitando apenas de técnicos especializados, veterinários, e alguns funcionários de confiança do fazendeiro ligados aos cuidados com os animais.

Cáceres conta com uma característica bem marcante que é de cria/recria e fazendas de engorda, pois devido as cheias do Pantanal, torna-se impossível completar o ciclo de engorda na mesma fazenda, as poucas que conseguem completar esse ciclo são aquelas fazendas situadas em áreas mais altas. Outra atividade desenvolvida também é a pecuária leiteira, destinada ao abastecimento de laticínios em Rondonópolis e em Araputanga (SANTOS, 2009).

Ressalta-se que, na atualidade, assistimos também no município a expansão territorial do monocultivo da soja, voltada para o mercado exportador, liderada, desde 2015, pelos plantios da empresa Grendene, em áreas próximas aos territórios camponeses. Situação essa que cada vez mais tem acarretado conflitos entre pequenos agricultores e os grandes capitalistas sojicultores, principalmente em torno da posse da terra e da atividade nela exercida.

Pode-se afirmar que Cáceres e região passaram por muitas transformações ao longo do tempo e, a partir de 1980, novas mudanças ocorrem na paisagem da região e do município, com a implantação de 21 assentamentos rurais (INCRA, 2014).

Na atualidade, segundo o IBGE (2006), as principais atividades econômicas desenvolvidas no município são a pecuária extensiva, o comércio, o turismo e a prestação de serviços. A pecuária continua sendo uma de suas principais atividades econômicas do município e nas últimas décadas o município teve um forte incremento na área do turismo.

Ressalta-se, que segundo dados da EMBRAPA (2000), no estado de Mato Grosso, 42.212.500 hectares são cobertos pelo Cerrado, abrangendo 83 municípios, e, somente no Norte do Estado, existem cerca de 5.000.000 hectares cultiváveis, com capacidade para produzir 15.000.000 t de grãos, tendo a soja como principal produto, desde a década de 1990.

Atualmente, conforme dados publicados no IBGE (2017), no município de Cáceres a área plantada da soja em 2017 foi de 3.000 mil hectares e colhendo o mesmo percentual plantado, com uma quantidade produzida de 7.500 toneladas. Contudo, a medida que a fronteira agrícola avança, expande a produção da soja para

regiões de agropecuária tradicional e agricultura camponesa, como no município de Cáceres, ocorrem uma série de implicações, pois:

Trata-se de um processo de insustentabilidade ambiental: na primeira etapa se desmata/destrói o cerrado e/ou a floresta; numa segunda fase se implanta um sistema agropecuário dependente de alta tecnologia, de equipamentos e de sementes híbridas ou transgênicas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos para se desenvolverem; como consequência, a terceira etapa deste processo provoca danos imediatos (agudos) e/ ou tardios (crônicos) à saúde humana e ambiental ou cria situações de riscos para além dos locais das plantações agrícolas, ampliando os agravos, com impacto negativo social, sanitário e ambiental (PIGNATTI, et al, 2007, p.107).

Lemos (2001) também destaca os impactos ambientais afirmando que o modelo de expansão do agronegócio vem provocando consequências irreparáveis para os ecossistemas onde ele se instala. Causadas, principalmente devido a retirada da cobertura vegetal original (desmatamento) e pela adoção de uma única cultura (soja), vale destacar a fragilidade do solo do Cerrado. Dessa forma temos uma situação de tendência à elevação dos custos de produção pelo uso intensivo de insumos, tais como a utilização maciça de agrotóxicos, que agem diretamente, impactando na remanescente fauna e flora. Bem como, destaca o representante do grupo Fé e Vida (2016):

Até seu “Jão”¹⁶ já tá plantando soja lá nas terras dele que fica ali perto de Vila Bela da Santíssima Trindade, aqui na Gleba São Luís que fica ali perto do Facão sem contar a Grendene que fica às margens do rio Paraguai. A Paiol também tem um grande número de soja, e o pessoal já tá arrendando pra plantação de soja. Então, isso é assim, é muito gritante essa questão da soja né? E o pessoal acha, a sociedade acha que isso é expansão, que isso é bom, que vai trazer desenvolvimento né? Mas até quando esse desenvolvimento que está matando a própria sociedade? ¹⁷

Já em relação aos impactos sociais, Mesquita (2008) destaca que mesmo a grande expansão do agronegócio, ou mesmo da economia como um todo, não traz garantias de melhorias nas condições de vida da população. Comentando que:

¹⁶ Pequeno produtor que vive da produção familiar e vende seus produtos nas feiras do município.

¹⁷ Entrevista feita com o representante do grupo Fé e Vida realizada no dia 19 de agosto de 2016 por Valéria Loiola.

[...] o modelo econômico vigente tem sido padrasto da maioria da população, especialmente a rural, e dentre desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc.” (MESQUITA, 2008, p. 15-16).

Portanto, é necessária uma análise crítica do processo de expansão da soja no município de Cáceres-MT e região. Apesar da mesma vir com o rótulo de promotora do “desenvolvimento”, na verdade, traz benefício somente a um grupo restrito de capitalistas.

Promove a concentração da renda e da riqueza e gera poucos postos de trabalho para os cacerenses, dada pela reduzida capacidade de fixação de mão de obra em decorrência do tipo de agricultura intensiva que é o agronegócio, que se assenta no uso de capital, sobretudo na forma de máquinas e equipamentos mecânicos.

4.2 Cáceres - MT: Estrutura Fundiária, Luta pela Terra e Agronegócio

Cáceres está situada à margem direita do rio Paraguai, conhecida como “Portal do Pantanal”. O Pantanal desde 2000 é considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade (MORENO e HIGA, 2005). Este bioma é constituído por um mosaico formado pela convergência dos domínios: floresta Amazônica, Cerrados e o Pantanal.

O município de Cáceres, como o estado de Mato Grosso, possui estrutura fundiária caracterizada pela posse da grande propriedade rural, assim como consta no Plano Diretor do Município de Cáceres (2010).

A estrutura fundiária de Cáceres, não difere muito da estadual. As grandes propriedades ocupam mais de 70% do total da área dos imóveis cadastrados pelo INCRA em Cáceres e, no MT são 73,6%. O tamanho médio da grande propriedade e Cáceres é de 4.973 ha, maior do que no MT, que é de 4.472 ha. Na categoria minifúndio, os mesmos ocupam 2,3% da área total de imóveis em Cáceres e no MT apenas 2,0%. Os minifúndios em Cáceres têm um tamanho médio de 35,2 ha e no estado é de 38 ha (PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, 2010).

A grande propriedade foi e ainda é o traço predominante da estrutura fundiária do município, sendo que em vários casos evidencia-se a apropriação de terras de forma ilegal. Fato esse, destacado pela representante do grupo Raíces, (2017).

O grande problema da terra que ela tá na mão do latifúndio, mas ela não é de propriedade totalmente do latifúndio, é muito terra pública e

terras devolutas e que os fazendeiros se apossaram delas, e por isso eles tem tanto medo da luta do MST, porque na verdade nenhuma fazenda aqui é totalmente legalizada¹⁸

A questão da terra é também relatada na entrevista feita com o representante do Comitê Popular do rio Paraguai que nos explica como muitas fazendas fazem para adquirir áreas que não são parte de suas propriedades, fato esse, narrado na seguinte fala:

A questão da terra hoje ainda continua grande, por exemplo o caso de várias fazendas daqui um pedaço tem documento e outros não tem. O Governo mesmo não deu terra pra ninguém, todos os assentamentos da região foram conquistados a partir de lutas tendo bons resultados. Hoje temos vários assentamentos na região a partir da luta mesmo. Por exemplo a Grendene, eles falam que eles têm 35.000 hectares aqui, mas eles têm documentos de 15.000 ha apenas, mais da metade eles não tem documentos. A luta do MST não tem tanta força porque quase todos os juízes e políticos serem comprados pelos grandes fazendeiros e das empresas e não deixam eles tomarem decisões em favor dos sem-terra. Mas por exemplo, se o sem-terra ganhasse os 20 mil ha que por exemplo que o fazendeiro apossou já estaria se cumprindo o trabalho social da terra. Mas aí a luta, a morte que a própria polícia vai junto com o fazendeiro para tirar o sem-terra e que na verdade é tão dono como a Grendene, aí então.¹⁹

O município de Cáceres, como já mencionado em discussões anteriores, possui significativa expressividades em produção agropecuária e agricultura de pequeno porte, produzida a partir da agricultura camponesa. Bem como é evidenciado pelo depoimento do representante do grupo Fé e Vida.

O conflito que é da minha leitura são os conflitos de interesses, há o interesse de alguns e que pensa a economia, por exemplo, Cáceres é visto como um município de pecuária. Então eu chamo atenção, por que não é bem isso. Nós temos em Cáceres, não são números oficiais, mas nós temos em torno de quase 3.000 famílias assentadas da reforma agrária e temos mais umas 2.500 de pequenos agricultores familiares, então são de 5.000 a 6.000 mil famílias que nós temos em Cáceres que também trabalha com pecuária leiteira, mas que é agricultura camponesa e que o potencial nós a vocação e que eu chamo atenção dos nossos dirigentes políticos. Eles não olham para a vocação do município na leitura que nós fazemos enquanto movimentos sociais. Ele tem uma vocação agrícola por excelência e nessa agricultura camponesa tá junto dela essa pecuária leiteira que

¹⁸ Entrevista feita com a representante do Comitê Popular do rio Paraguai realizada no dia 01 de junho de 2017 por Valéria Loiola. Nomes dos entrevistados não serão citados no decorrer dessa dissertação por garantia de sigilo aos entrevistados.

¹⁹ Entrevista feita com o representante do Comitê Popular do rio Paraguai realizada no dia 08 de abril de 2017 por Valéria Loiola. Nomes dos entrevistados não serão citados no decorrer dessa dissertação por garantia de sigilo aos entrevistados.

é pra manutenção da família, na produção do leite e fazer os derivados do leite na produção artesanal. E é num foco no turismo e principalmente no turismo rural. Mas qual é o interesse dos grandes? É quanto mais longe o olhar da administração se voltar pra esse foco, porque eles têm interesse na terra.²⁰

Fica claro com a fala do entrevistado a pouca visibilidade dada aos agricultores familiares que garante boa parte da produção para o abastecimento do município. Produtores que em grande maioria comercializam seus produtos nas várias feiras que funcionam semanalmente, nos mercados, e escolas públicas do município.

Para compreender a proporção da estrutura fundiária do município de Cáceres, o município encontra-se em 4º (quarto) lugar no ranking estadual de áreas dos estabelecimentos agropecuários, ficando atrás apenas dos municípios de Paranatinga, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cocalinhos, conforme dados do Quadro 02.

Quadro 02: Área dos grandes estabelecimentos agropecuários

Município	Hectare (ha)
1º Paranatinga	1.473.177
2º Vila Bela da Santíssima Trindade	1.241.735
3º Cocalinho	1.199.505
4º Cáceres	1.191.839

Fonte: IBGE 2006. Org. LOIOLA, 2017.

Diante disso, fica evidente que na estrutura fundiária do município prevalece ainda a grande propriedade, classificada como sendo as de tamanho superior a 1000 ha. Nesse contexto, Silva (2014), ressalta que o município conta com 148 estabelecimentos agropecuários que dominam uma área de 996.043 ha, e as pequenas propriedades (menores que 10 a menos de 200 ha), representam 2.133 estabelecimentos, mas estão restritos a uma pequena parcela de somente 79.719 ha. Conforme Ondei (2015), o proprietário da fazenda Ressaca, em entrevista dada a revista Dinheiro Rural destaca em sua fala que:

²⁰ Entrevista feita com o representante do grupo Fé e Vida realizada no dia 19 de agosto de 2016 por Valéria Loiola.

É hora de aproveitar, porque um hectare de terra em Cáceres ainda está custando em torno de 100 sacas de soja, enquanto que nos principais polos agrícolas do Estado, como Lucas do Rio Verde e Sorriso são necessárias mil sacas para comprar um hectare ²¹.

O município de Cáceres possui forte expressividade quanto a luta pela terra. Silva (2010), esclarece que o movimento de luta pela democratização do acesso à terra e o combate ao latifúndio teve início antes mesmo da vinda do MST para a região. Dessa forma, a vinda do MST possibilitou uma melhor organização das famílias inseridas na luta.

A vinda do MST para Cáceres proporciona melhorias frente as lutas e conquistas, com a implantação de vários assentamentos naquela época (GRUPO FÉ E VIDA, 2017). Mas é importante constatar que outros atores contribuíram fortemente com a luta dos trabalhadores rurais como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais juntamente com integrantes da Paróquia Cristo Trabalhador e o Centro de Direitos Humanos. Assim como diz o representante Comitê Popular do rio Paraguai (2016):

Em 94/95 fomos pedir ajuda ao MST e assim eles vieram para cá e começamos a fazer trabalhos juntos e a primeira ocupação que fizemos junto com MST foi a ocupação da fazenda Santa Amélia com cerca de 2000 pessoas e ocupamos a fazenda.

Desse modo, torna-se evidente o grande protagonismo de alguns grupos frente à luta pela terra em Cáceres. O resultado foi a conquista dos primeiros assentamentos na região, sendo eles: o Roseli Nunes, Margarida Alves, Antônio Conselheiro. A representante do grupo Raízes destaca que:

Hoje os assentados estão completando 20 anos, a maioria deles. Eles estão fazendo festa de 20 anos de assentados, mas se acomodaram, até mesmo a nível de Governo Federal para surgimento de novos assentamentos. Mas também é interessante lembrar nessa história da luta pela terra, na época tanto os Direitos Humanos como a Paróquia Cristo Trabalhador, o Salomão era o pároco da paróquia e ele tinha uma visibilidade muito grande e queira ou não o Salomão ele era visto na sociedade cacerense e ele era muito forte nessa questão da organização da terra e com o pessoal da terra e por isso ele sofreu muitas ameaças e tinha época que ele tinha que dormir cada dia em uma casa por conta das ameaças. Essa luta pela terra foi muito interessante porque agora a gente vê os frutos de tudo isso. Então

²¹ ONDEI, V. Casamento de conveniência. Dinheiro Rural. Cáceres, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.dinheiorural.com.br/secao/capa/casamento-de-conveniencia>>. Acesso em 24 de jun. de 2017. Transcrito por Valéria Loiola, 2017.

tinha época que a gente ia em torno de 1.000 a 1.500 pessoas, todas organizados para entrar nas terras e hoje a gente vê o sucesso que são esses assentamentos.²²

No entanto, atualmente essa luta vem cada vez mais enfraquecendo²³. O motivo citado por alguns dos entrevistados acontece devido a certo comodismo por parte dos trabalhadores rurais. Estes já conseguiram sua terra e assim não dão continuidade a luta pela conquista da terra para os demais integrantes do movimento que acaba por ocasionar o enfraquecimento da luta. O representante do Comitê do rio Paraguai afirma em sua fala que:

A luta pela terra já teve mais movimentado, já foi mais forte, hoje ela está mais fraca justamente por isso, o pessoal que tá hoje nos acampamentos, não é um pessoal que tem força, uma estrutura familiar, eles são um pessoal mais empregados, que trabalham. Aqueles primeiros eram o pessoal que tinham vindo da roça e voltaram pra roça. Esses já são empregados, ganham um salarinho de fome e sobrevive lá no acampamento, vai trabalhar e depois volta pra dormir no acampamento e aí fica nessa “lutazinha” aí, e não está na luta direto, fica lá quase que como um meio de não pagar aluguel. Antes o Governo ajudava muito, o INCRA, tinha a cesta básica, se faziam um acampamento, o INCRA mantinha eles, com cesta básica, lonas pra fazer as barracas, hoje não tem mais nada, isso porque o INCRA é um instituto de reforma agrária, mas que de reforma agrária não tem nada, tem de repressão ao trabalhador rural. A luta continua.²⁴

Contudo, acredita-se que o enfraquecimento da luta e a desmobilização vai além da questão da não união entre os trabalhadores, é preciso analisar o contexto histórico e político vivenciado pelos grupos ambientalistas e movimentos sociais no país nos diferentes governos. O momento político não só os criminalizou, como também colocou a sociedade, via mídia sensacionalista, contra as ações dos movimentos.

Na atualidade, o município de Cáceres conta com 21 projetos de assentamento, de acordo com dados do INCRA/MT, todos resultantes da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados pelo MST e os demais grupos sociais. O processo de criação dos assentamentos data-se de um período mais recente, o primeiro a ser

²² Entrevista feita com a representante do grupo Raízes realizada no dia 05 de março de 2016 por Valéria Loiola.

²³ Destaca-se que este enfraquecimento é perceptível quanto a luta nos acampamentos, os demais grupos sociais e organizações a luta continua forte.

²⁴ Entrevista feita com o representante do Comitê Popular do rio Paraguai realizada no dia 08 de abril de 2017 por Valéria Loiola.

implantado foi o São Luiz, com 29 famílias em 1995, e o último foi o Recompensa II em 2012 assentando 20 famílias (SILVA, 2014). Dessa forma, para melhor compreensão, podemos analisar todos o PA na Quadro 03 que expõe os dados detalhados.

Quadro 03 - Projeto de Assentamento implantado pelo INCRA em Cáceres/MT

	Projeto de Assentamento	Número de famílias	Área	Data de criação
1	São Luiz	26	4.033,74	14/12/1995
2	Laranjeira I	126	10.944,00	24/02/1997
3	Laranjeira II	33	1.210,00	03/03/1997
4	Paiol	229	16.067,41	24/04/1997
5	Nova Esperança	49	1.695,286	15/12/1997
6	Jatobá	27	906	24/10/1997
7	Rancho da Saudade	45	2.407,46	19/12/1997
8	Barraqueira	71	2.326,05	20/01/1999
9	Ipê Roxo	26	1.247,00	31/12/1998
10	Corixinha	70	3.413,18	05/04/2001
11	Sapicuá	39	1.249,77	30/08/1999
12	Limoeiro	159	8.649,39	02/02/2000
13	Facão	80	1.639,96	21/11/2001
14	Bom Sucesso	13	433,2607	18/12/2002
15	Flechas	7	309	18/12/2002
16	Sadia Vale Verde	419	13.666,91	24/04/2003
17	Katira	46	1.886,37	27/09/2003
18	Flor da Mata	22	1.187,07	02/08/2004
19	Fação/Bom Jardim	196	4.782,47	27/03/2006
20	Arraial Santana	0	15.720,00	24/11/2015
21	Recompensa II	20	1.225,43	19/03/2012
	Total	1.706	526.826,496	_____

Fonte: INCRA, 2017

Após a criação do último assentamento, nenhum foi efetivado pelo INCRA no município, mesmo o município tendo vários grupos de acampados vivendo próximo ao perímetro urbano; como exemplo temos o acampamento Cássio Ramos, onde as famílias lutam a mais de sete (07) anos pela conquista da terra, como bem explicita o representante do Centro de Direitos Humanos do município:

Então os conflitos hoje, se você vai ali no Caranguejão você se depara com uma situação clara de pessoas querendo a terra, acampados, na luta pra pode conseguir um pedaço de terra, né? Então a justiça, nesse caso específico do Cássio Ramos que é o Caranguejão ali, a justiça protelou, protelou, tomou uma decisão no final, equivocada, buscando né atender os interesses do “proprietário da área” e na verdade foi pra deixá a coisa por mais tempo. Uma área que é improdutivo, mas resolveu ficar protelando pra tentá não sei o que; só sei que hoje aquela área está em litígio, não resolvida ainda, tá em Brasília, e o MST que é uma das entidades organizada que luta pela Reforma Agrária tá tentando conquistá essa área ali, que é uma área que resolveria em grande parte o problema de Cáceres, que é uma área grande, dentro da cidade e ela pode ser utilizada pra resolução da fome e da miséria de muita gente. Então isso não se resolve, a concentração de terra nunca é resolvida.²⁵

Esse grupo de acampados ocupa uma área próxima à entrada da cidade, um portal de atendimento ao turismo que nunca foi efetivamente utilizado. Podemos dizer que foi dinheiro público gasto com uma obra que não foi utilizada pelo município. Essas famílias que ocupam a área do Portal estão à espera de serem assentadas pelo INCRA, mas que até o momento nada foi feito e o grupo continua sua luta.

Vou lá no Limoeiro, lá no Pantanal, cê vai numa estrada que é feia, maltratada e lá tem uma escola e é possível fazer uma produção [...], esses territórios nos oferecem muitas oportunidades, além da agricultura, turismo, porque você está em um território que você tem a terra pra produzir e do outro lado você tem o Pantanal, uma visão extraordinária, só que nós não temos nenhum projeto econômico do município pensado coletivamente pra esse direcionamento.²⁶

Em função do descaso governamental para com a população e o ambiente pantaneiro, o município de Cáceres tem sido palco de vários conflitos socioambientais. Cada representante dos grupos e organizações socioambientais elenca aqueles que

²⁵ Entrevista feita com o representante do Centro de Direitos Humanos realizada no dia 11 de janeiro de 2016 por Valéria Loiola.

²⁶ Entrevista feita com o representante do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO realizada no dia 05 de setembro de 2016 por Valéria Loiola.

são mais alarmantes e preocupantes e que afetam diretamente a população. Os grupos e organizações socioambientais do município são: Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida, Grupo Raízes, Centro de Referência em Direitos Humanos, FASE/MT, Grupo GAIA/MT, Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e representante do assentamento Ipê Roxo.

O representante do grupo UNEMAT- UNITRABALHO (2016) cita que o município tem como conflito uma história marcada pela divergência entre dois projetos em curso, sendo o do agronegócio que cada vez mais avança sobre as terras das comunidades quilombolas, terras indígenas, camponesas, dentre outros territórios que precisam ser preservados e respeitados; e de outro lado está a construção de um projeto alternativo, com a agricultura camponesa embasada na agroecologia²⁷. Esse dualismo de projetos acarreta situações conflituosas marcadas no território pantaneiro.

A representante do grupo GAIA também aponta a luta entre os dois projetos econômicos (latifundiário/capitalista e de outro lado a agricultura camponesa) que predominam no município como uma das situações conflituosas mais visíveis no município:

Hoje o município de Cáceres tem muitos assentamentos e tem uma grande quantidade de pequenos produtores, mas o que predomina localmente e o que a população acredita é que são os latifundiários, e os pecuaristas que dominam localmente [...] é esse pensamento, esse pensamento do capitalista que prevalece, de Cáceres como sendo o polo da pecuária e que os latifundiários comandam a região e trazem o progresso; mas o que trazem né? É o inverso. Então se não tivesse esse conflito que é um conflito estabelecido, que já mataram muita gente aqui, já ameaçaram muita gente aqui, né. [...] o conflito ele existe, ele sempre vai tá assim nos bastidores. A luta pela terra em Cáceres ela é o tempo inteiro acontecendo, [...] esse pessoal da terra, da luta pela terra, é o pessoal com mais condições hoje de contribuir com uma sociedade sustentável, com mais condições, com mais qualidade de vida. E é claro que a gente consegue enxergar isso e as pessoas que estão no contraponto da sociedade é claro que consegue enxergar isso também, mas não fazem nada para fortalecer isso, pelo contrário [...]²⁸

²⁷Altieri (1999, p. 87) afirma ainda que, no âmbito da agricultura sustentável a agroecologia é uma forma de agricultura que “procura fornecer a longo prazo um rendimento contínuo, utilizando tecnologias de manejo ecológico. A produção não é orientada para a busca de altos rendimentos de um produto em particular, mas sim para otimizar o sistema como um todo”.

²⁸ Entrevista feita com a representante do grupo GAIA realizada no dia 30 de março de 2017 por Valéria Loiola.

Corroborando com a mesma ideia, o representante do grupo Fé e Vida constata também essa divergência de projetos no município. E o mesmo ressalta ainda que para os grandes empresários e os gestores municipais e estaduais a vocação econômica do município é a pecuária. Refletindo na atualidade, com um investimento maciço na produção da monocultura da soja. Situação essa que dificulta o desenvolvimento das famílias camponesas, pois as mesmas são negligenciadas quanto ao desenvolvimento de políticas públicas que auxiliem a produção, comercialização e manutenção da agricultura camponesa. Como destaca a representante do grupo GAIA em sua fala:

Eu vejo que a única forma que tentamos desfazer esse conflito é nesse cotidiano também de tentar mudar a realidade da cidade; eu vejo o trabalho dos colegas que é pessoas que trouxe a economia solidária pra região [...] que trouxe a Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL), que eles promovem aqui e a gente vai tentando fazer trabalho que fortalecem essa base pra reverter esse conflito que não é esclarecido, mas que de fato existe; as pessoas quando passam ali pelo “Caranguejão” eles fecham o olho para fazer de conta que não veem o conflito, mas tá ali estabelecido, e as famílias acampadas não ficam a todo o momento indo a imprensa falar [...] aí eles ficam invisíveis, faz de conta que não tá ali e a gente continua aqui com a nossa propaganda do que é bom, de que em Cáceres tá tudo perfeito, então esse conflito vai nessa linha né, ele existe, mas não é reconhecido [...] ²⁹

Os relatos evidenciam o conflito de interesses no município; isso porque o foco é dar visibilidade aos grandes produtores de gado e de soja, com o desafio de transformar a imagem de Cáceres na perspectiva do agronegócio, como prega o discurso capitalista de que a cidade precisa ser desenvolvida e rica os município do norte do Estado, grandes produtoras de grãos. Esse discurso é repassado para a população que, por não estar totalmente esclarecida, acaba por defender este modelo de desenvolvimento vigente, na ilusão de que esse “desenvolvimento” chegará e beneficiará a todos.

O sinônimo de “progresso”, com oportunidades de melhor qualidade de vida e emprego aos menos favorecidos que a soja carrega faz com as pessoas acreditem que todos poderão usufruir das riquezas adquiridas com esta produção. Entretanto, observa-se no cenário nacional e estadual que o “desenvolvimento” e o “progresso”

²⁹ Entrevista feita com a representante do grupo GAIA realizada no dia 30 de março de 2017 por LOIOLA, V (2017).

provenientes da agricultura capitalista, dos grandes capitalistas; a população e/ou os menos favorecidos são excluídos do chamado “desenvolvimento”, restando a ela todo o ônus ambiental, social e econômico dele resultante. Dessa forma, a representante do grupo GAIA relata sobre esse fato presente em grande parte da população do município.

Então a soja faz parte desse mesmo processo de “desenvolvimento” que está encucado na cabeça da sociedade, pelo poder político e poder econômico; eles que encuca na população que quem traz o progresso para Cáceres são os pecuaristas, e aí veio junto com a pecuária a ideia da soja, da Hidrovia, [...] da ZPE; [...] eu vejo essa questão da soja da mesma forma, é uma forma de manter a dominação de todo o espaço, né? O povo não terá acesso a esse “progresso”, mas sofrerá os prejuízos [...] ³⁰

Desta forma, é premente a necessidade de se apresentar os reais motivos desse discurso de “desenvolvimento econômico”, de se analisar os impactos que a produção monocultura da soja em Cáceres poderá acarretar. Porque é certo que em curto ou longo prazo, esse modelo de produção que visa a produtividade e o lucro imediato, causará prejuízos irreversíveis ao ambiente pantaneiro e a população cacerense. Nesse contexto de produção a fazenda Ressaca vem ganhado expressivo destaque não somente em produção bovina como também, mais recentemente no cultivo da monocultura da soja, utilizando a integração da lavoura com a pecuária.

4.3 Fazenda Ressaca no Contexto de Cáceres

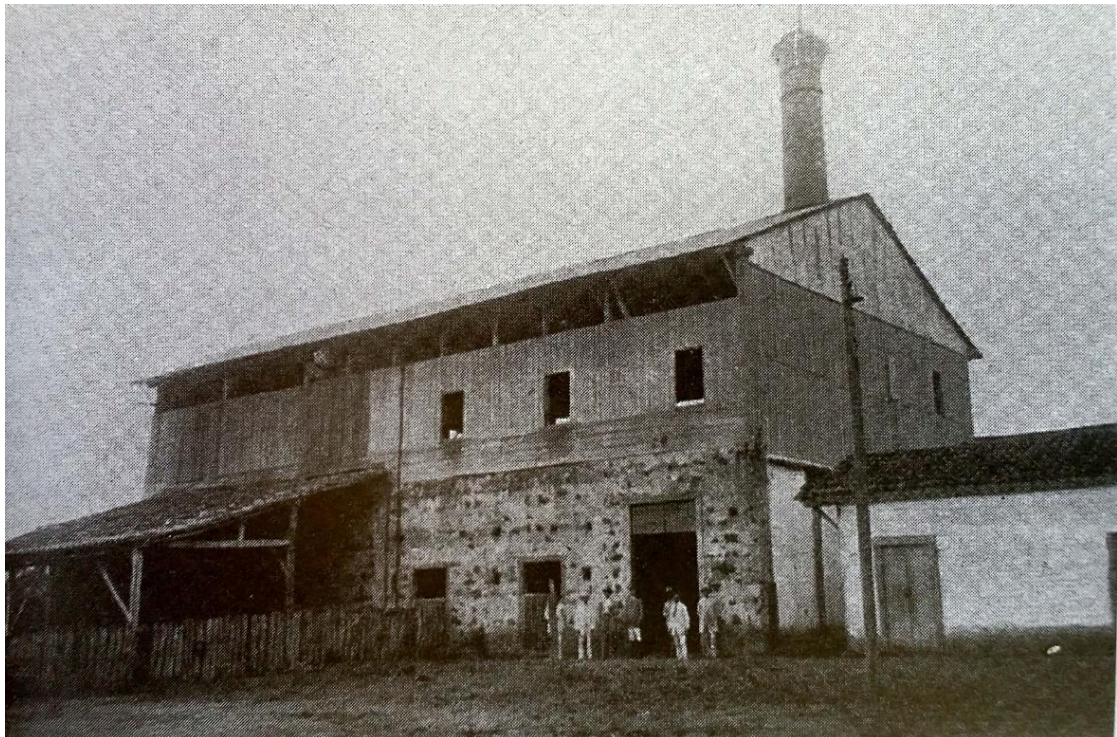
A fazenda Ressaca, localizada no vale do rio Paraguai, foi fundada por Francisco Villanova, de nacionalidade espanhola, a maior parte do maquinário da fazenda foi importada da Alemanha e sua primeira safra de açúcar e aguardente sob os moldes industriais ocorreu em 1902 (SIQUEIRA, 2002). Póvoas destaca também que:

Para implantar a indústria, adquiriu ele uma posse que havia sido titulada em 1872, na confluência dos córregos Fação e Barreiro, cujas águas formam, nesse ponto, ao se juntarem, uma turbulência, de onde adveio o nome ao local: *Ressaca*. Já existia, ali, uma engenhoca de barro que fabricava rapadura e açúcar, o que evidenciava que o lugar era propício à cultura da cana (PÓVOAS, 2000. p. 38 – 39).

³⁰ Entrevista feita com a representante do grupo GAIA realizada no dia 30 de março de 2017 por LOIOLA, V (2017).

Siqueira (2002) afirma que após a morte de Villanova e de sua esposa, a propriedade passou para seus filhos que, de início, a transformaram na firma Villanova Torres & Silva e em 1923 foi reestruturada e denominada de Villanova Torres & Cia. A Figura 08, de caráter histórico, mostra como era a fachada da usina da fazenda Ressaca em que é possível constatar que até os dias atuais, conforme a figura 09 está bem preservada e guardando as características iniciais.

Figura 08 - Usina Ressaca em 1923 – O engenho



Fonte: SIQUEIRA, 2002.

Na atualidade a fazenda bicentenária pertence à empresa gaúcha Grendene S/A que, mesmo conservando as edificações históricas da antiga usina, utiliza o patrimônio para fins agropecuários. Em entrevista feita com o diretor de agropecuária da Ressaca, ele comenta sobre o processo histórico da fazenda.

Nós temos um registro de 1870, que a família Villanova, que era proprietária da fazenda e que posteriormente fizeram uma sociedade com a família José Dulce e foi quando começaram a produzir açúcar, aguardente, farinha. Temos registro de exportação dos produtos produzidos na fazenda, sendo enviados para a comercialização na Segunda Guerra Mundial. E em 1922 foi a inauguração do casarão

onde era produzida os produtos. Os produtos chegavam à Europa pela bacia do Prata (via rio Paraguai – bacia do Prata).³¹

Conforme dados publicados no site oficial da fazenda, a Ressaca tem uma área de 37.000 hectares, com um rebanho comercial de 25.000 cabeças conforme o ano, e 16.000 são vacas parideiras. A principal atividade da fazenda é o melhoramento genético da raça Nelore que começou nos anos de 1980 (DIRETOR AGROPECUÁRIA FAZENDA RESSACA, 2017).

Figura 09 - Fachada atual do engenho da fazenda Ressaca



Foto: LOIOLA, V. 2017.

Desde que passou a ser administrada pelo grupo Grendene a fazenda destaca-se, em nível nacional e internacional, quanto a pecuária, com finalidade de abastecer o mercado interno e externo. No entanto, em contraste com a produção econômica estabelecida no município de Cáceres (a pecuária), o grupo Grendene, em 2015, dá início a uma nova forma de produção, a integração da lavoura juntamente com a pecuária (ILP), na busca pelo aumento da produtividade e do lucro.

A matéria publicada na revista online Dinheiro Rural por Onde (2015, p. 01), traz como manchete “Casamento de conveniência: a integração da lavoura com a pecuária pode transformar a região do Pantanal na nova fronteira do agronegócio, em Mato Grosso”. A referida reportagem destaca o lucro expressivo ganho pelos

³¹ Entrevista publicada no site oficial do Grupo Nelore Grendene feita com o diretor de agropecuária da fazenda Ressaca (propriedade atual do grupo Grendene) publicada, na data de 18 de julho de 2017. Entrevista transcrita por LOIOLA, V. (2017).

proprietários após o início da integração. Destaca também o evento realizado na fazenda, “O dia no campo”, que tem por finalidade trazer a população para conhecer a fazenda e a produção agropecuária. A reportagem destaca ainda que:

O evento marcou a adesão definitiva da propriedade ao chamado sistema de Integração Lavoura-Pecuária (ILP), com um desafio que raras fazendas têm nos dias atuais: produzir soja em uma região que ainda está fora do mapa nacional da oleaginosa. Todo empreendimento agrícola precisa se modernizar, caso contrário não sobrevive, disse Grendene à Dinheiro Rural. Comecei a fazer integração lavoura/pecuária porque é o que existe de mais avançado no agronegócio, ao valorizar a terra e rentabilizar a fazenda.³²

O primeiro ano da ILP foi em 2015, dando início à primeira colheita, cultivando uma safra de 1.000 hectares de soja, com uma produtividade de em média 56 a 73 sacas por hectares. A média atual em Mato Grosso é de uma área plantada e colhida de 20.365 ha, produzindo 32.202 toneladas com um rendimento médio de 1.581 kg/ha (IBGE, 2017). O proprietário da fazenda enfatiza ainda que:

Esta safra foi um teste definitivo para a nossa integração lavoura/pecuária, porque hoje há tecnologias que permitem o cultivo de soja de ciclos mais curtos e com menos riscos de perder a colheita. Não devemos ter dúvida de que a soja chegou para ficar e com ela vamos impulsionar a criação de gado³³.

Segundo dados da reportagem o aporte financeiro para iniciar o cultivo da soja foi alto, foram investidos R\$ 3 milhões para a compra de plantadeiras, implementos e alguns tratores e, a princípio, a colheita foi realizada como uma atividade terceirizada. De acordo com o proprietário da fazenda o investimento foi alto, mas a expectativa do lucro resultante da produção monocultura voltada para a exportação integrada a pecuária também era. O proprietário da fazenda, ressalta que:

A gente está plantando soja com a firme expectativa de ganhar dinheiro com o seu cultivo. Por isso, estamos planejando os gastos. Na integração lavoura/pecuária, é o que nos anima, é o que vamos ganhar dinheiro com a agricultura e, adicionalmente, sobrar para a pecuária um grande benefício em terras que chamamos de mansas, limpas e bem adubadas³⁴.

³² Id., 2015, p. 79

³³ Id., 2015, p. 79

³⁴ Id., 2015, p. 79

Ainda segundo dados da reportagem a produção da soja e a compra de maquinário especializado para garantir êxito na produção do grupo Grendene demonstra a facilidade com que os grandes produtores têm para aquisição de financiamentos no País. A facilidade na aquisição de créditos vai à contramão do que vive a agricultura camponesa no Brasil, uma vez que os recursos financeiros para esse modelo de produção são escassos e os “pequenos” agricultores encontram muitas dificuldades para conseguir acessar os financiamentos junto aos bancos para viabilizar a produção, bem como enfatiza o representante do grupo Fé e Vida.

Se esse pequeno agricultor for ao Banco do Brasil pedir um financiamento para sua plantação de arroz ele não consegue, porque matematicamente o banco sabe que os custos da produção sairão bem mais caro. Mesmo se ele fizer uma colheita excelente ele terá que pagar pra gradear, pagar um trator pra plantar e tudo é pago, o banco faz a matemática por aí. Então mesmo que ele faça uma boa colheita e se vender o produto ele não terá condições de pagar o banco. Diferente do grande produtor que tem seu próprio maquinário de última geração. Então esse é o grande impacto, o pequeno perdeu a esperança quanto ao seu projeto de vida de produzir também para comercializar.³⁵

Em Cáceres, a produção de soja não está restrita apenas aos proprietários da fazenda Ressaca, o grupo de produtores envolve também a fazenda Bom Tempo, o proprietário já era um grande produtor de soja no Estado do Paraná. Este veio para o Mato Grosso e, em Cáceres especificamente, atraído pelos baixos preços das terras e as facilidades de enriquecimento, bem visível na fala do proprietário da fazenda Bom Tempo.

Consegui uma área mais alta, a 485 metros do nível do mar e, por isso, já vim para o município sabendo o que iria fazer. Optei por Cáceres porque, assim, poderia comprar mais terras, já que elas são mais baratas que nas regiões de agricultura forte. Quando cheguei em Cáceres morava numa casinha de madeira, tinha um tratorzinho e uma colhedeira de quatro cilindros e sem capota, diz Cunha. Hoje tenho máquinas de 300 cavalos. Agora, quero aumentar a minha área de pecuária para engordar boi e, quem sabe um dia, ser também criador de gado. Cáceres se tornou a nossa casa, definitivamente ³⁶.

³⁵ Entrevista feita com a representante do grupo Fé e Vida realizada no dia 19 de agosto de 2016 por Valéria Loiola.

³⁶ Id., 2015, p. 79

Segundo Schlesinger (2014), na tentativa de atrair investidores para a região a Prefeitura de Cáceres e os grupos empresariais e latifundiários construíram todo um investimento e infraestrutura e *marketing* na divulgação das terras do município e da região enquanto espaço de grande potencial para a produção da soja, inclusive o discurso é de que a terra e o frete são baratos. Além disso, tem-se também como fator atrativo dos grandes investidores a implantação em curso da hidrovia Paraguai-Paraná no município o que facilitaria o escoamento para comercialização e exportação da soja.

Várias reportagens foram publicadas pelos meios de comunicações, internet, rádio e TV ressaltando os bons resultados que o avanço da oleaginosa pode trazer para o município de Cáceres: “Plantio de soja aumenta em Cáceres e região”, reportagem publicada no dia 11 de março de 2015 pelo Diário de Cáceres, que enfatiza os ótimos resultados que a soja vem dando aos produtores e pecuaristas donos da fazenda Ressaca (Grendene). Diário de Cuiabá também enfatiza em seu jornal que o “Centro-sul cresce 71%”, a expectativa para o ciclo atual é de que os agricultores do centro-sul colham 71% a mais que nas safras anteriores, reportagem publicada em 12 de março de 2015.

Em reportagem publicada no jornal online, Jornal Oeste ressalta que “Soja plantada na Grendene em Cáceres tem a maior produtividade do Estado”, reportagem publicada em 01 de abril de 2015, que vislumbra a alta produtividade desta monocultura no município. Essas dentre várias outras reportagens expressam a alta produtividade e rentabilidade da soja no município de Cáceres e região.

Todo esse investimento e marketing surtiram resultados, pois na safra 2015/2016, o plantio da soja ocupou mais de 1.000 ha, com um rendimento bem acima do esperado, o que gerou altos lucros para o grupo investidor, como bem expressa o diretor agropecuário da fazenda Grendene em sua fala na seguir:

Está sendo fantástico, por que em uma região que não tem tradição em lavoura, é uma região totalmente pecuária e turismo, só em talhão da fazenda hoje estamos colhendo 70 sacas de soja por ha, pra nós aqui é fantástico. Para o milho foram destinados mais ou menos em torno de 160 mil ha, sendo que parte fica para a produção de grão e outra fica para a silagem, para servir de alimento ao rebanho.³⁷

³⁷ Entrevista disponibilizada no site oficial Nelore Grendene, 2017 < <http://www.neloregrendene.com.br/>>. Acesso dia 21 de set. 2017. Transcrita por LOIOLA, V. (2017).

Tal situação evidencia o processo de transformação que o município vem passando nos últimos anos em função deste modelo de produção, o qual está inserido de forma significativa em Cáceres e região. Isso significa dizer que, pelo baixo valor agregado às terras cacerense, a região que antes sua maior expressividade produtiva se dava pela pecuária e agricultura camponesa, aos poucos vem dando espaço para a produção da soja, milho e outros tipos de monoculturas. Na Figura 10 podemos constatar como se deu o primeiro ano de produção da oleaginosa na fazenda Ressaca pelo grupo Grendene.

Atualmente, a produção monocultora da soja está em sua segunda safra, com 1.055 hectares de plantio e a colheita de 68.575 sacas de soja. Havia previsão de início de nova safra para o mês de outubro/2017, com o aumento da área de plantio de 1.5000 hectares de soja e 500 hectares destinados ao plantio de milho e sorgo na área de ILP. Segundo o diretor agropecuário da fazenda, a previsão era colher em média 60 sacas por hectares, “[...] não muito diferente dos anos anteriores” (DIRETOR AGROPECUÁRIO DA GRENDENE, 2017).

Figura 10 - Colheita da primeira safra de soja na fazenda Ressaca em 2015



Fonte: REIS, 2015.

Além da soja, a fazenda teve sempre a pecuária como carro chefe de sua economia, somando 4.000 matrizes Nelore PO e 1.000 touros PO por ano. Com esta atividade o grupo gestor passou a promover anualmente a realização de leilões para

a comercialização do gado. O primeiro leilão ocorreu em 2010, com o objetivo de disponibilizar reprodutores de 24 a 30 meses, especialmente para o pasto, e já está na sua 5ª edição (NELORE GRENDENE, 2017). O evento denominado de “1.000 Touros” tem duração de dois dias e envolve palestras aberta à comunidade sobre a integração lavoura/pecuária, as perspectivas do agronegócio e sustentabilidade; como também visitaçã o a propriedade em dia de campo e o leilão.

O termo sustentabilidade está presente em vários momentos na fala dos palestrantes e dos dirigentes da fazenda, que ressaltam a responsabilidade tanto ambiental como social da fazenda, mas percebe-se que o termo sustentabilidade é destacado em relação a criação e manutenção do touro nelore, ou seja, é preciso pensar na “sustentabilidade do boi”. A sustentabilidade ambiental é ressaltada nos cuidados com a alimentação do gado para diminuir a emissão do gás metano ao meio ambiente. Preocupação destacada na fala a seguir:

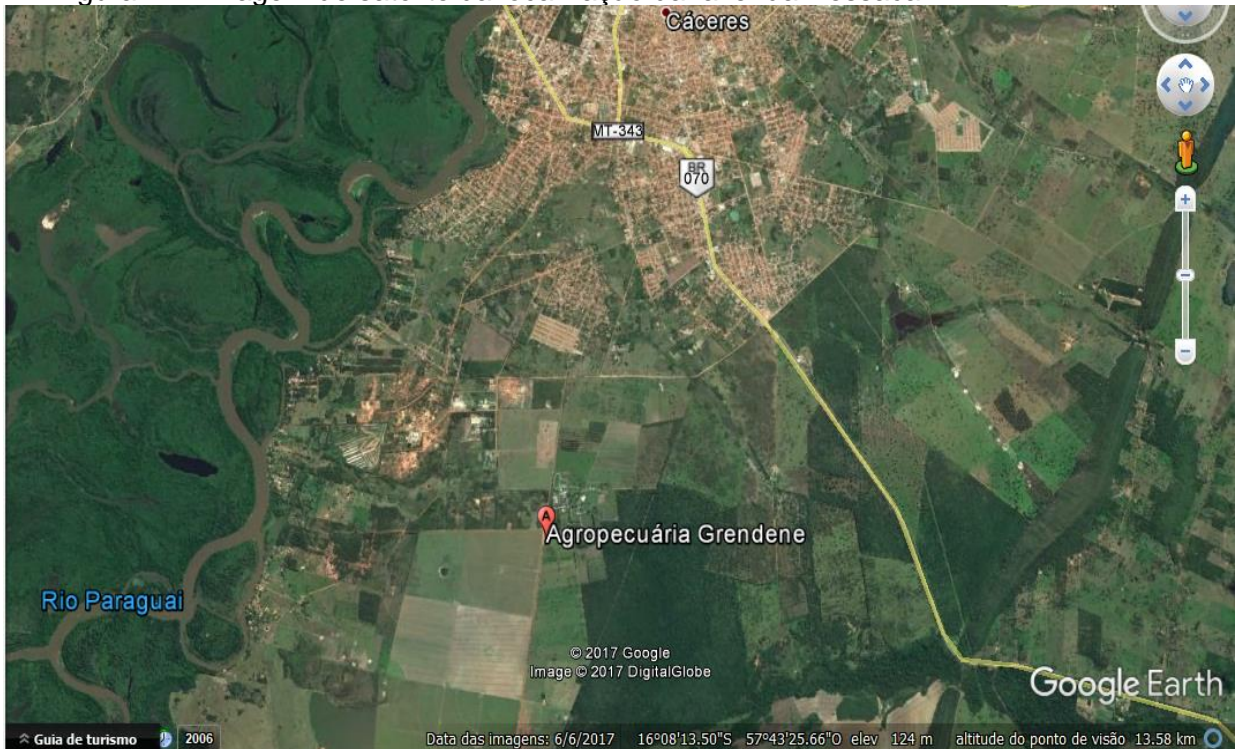
Nós temos uma preocupação muito grande, nossa preocupação é tão grande, que nós fazemos análise da água que entra e da água que sai para o rio Paraguai, é feito análise 3 vezes por ano. Nós estamos acompanhando anualmente e temos resultados fantásticos, bem aquilo que já esperávamos que não está havendo contaminação.³⁸

Contudo, é importante lembrar que a fazenda Ressaca, palco de produção da monocultura, está localizada próxima às margens do rio Paraguai, como apresentado na Figura 11, o que demanda um maior rigor no controle e na preservação da biodiversidade e dos recursos naturais de Cáceres e região.

A proximidade da lavoura da monocultura da soja com o rio Paraguai e até em relação ao núcleo urbano do município é uma das maiores preocupações dos grupos e movimentos socioambientais; pois os agrotóxicos, inseticidas e herbicidas utilizados para a produção da soja em larga escala são altamente poluentes e trazem diversos problemas tanto para a saúde humana como para o meio ambiente. Assim como ressalta o representante do grupo Fé e Vida (2016): “A nascente do rio Paraguai está descoberta e recebendo todo o agrotóxico despejado pelas fazendas produtoras de soja”. Nas figuras 11 e 12 constata a localização da fazenda Ressaca em relação ao município de Cáceres/MT.

³⁸ Entrevista publicada no site Nelore Grendene feita com o diretor agropecuário da fazenda em 2017 e transcrita por LOIOLA, V (2017).

Figura 11 - Imagem de satélite da localização da fazenda Ressaca

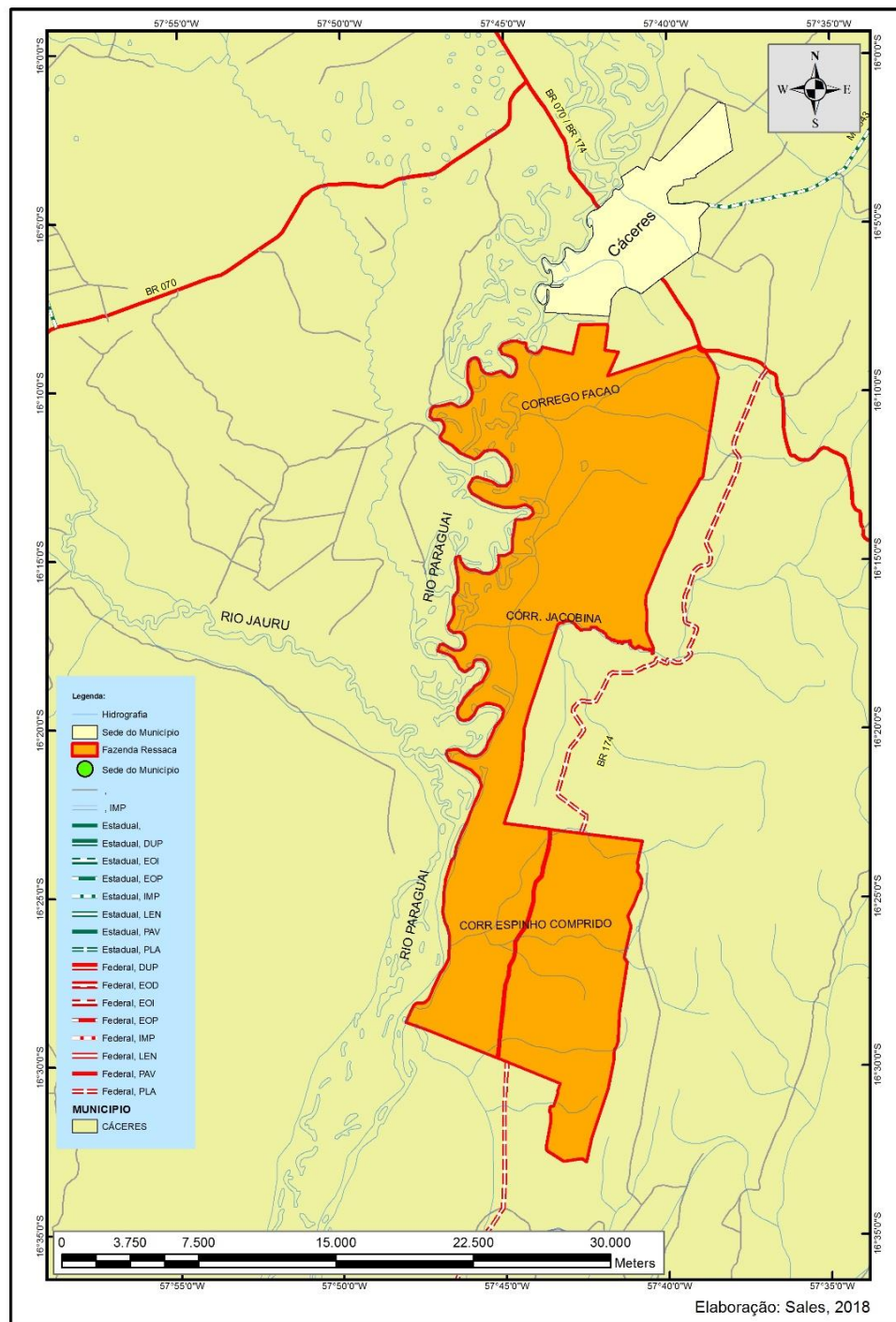


Fonte: Google Earth, 2017. Org. LOIOLA, V.

Portanto, questiona-se como podemos agregar sustentabilidade à uma produção calcada na monocultura? É possível promover desenvolvimento com base na agricultura capitalista? Qual a garantia de que a água devolvida, após ser utilizada pelo grupo Grendene, não impacta/degrada o rio Paraguai?

Com base no mapa 12 é possível ter a compreensão sobre o tamanho da fazenda em relação a Cáceres. O município dispõe de uma área da unidade territorial de 24.593, 031 km² (IBGE, 2016), como já mencionado anteriormente, enquanto a fazenda Ressaca possui área territorial de 37.000,00 Km². Com área maior que o perímetro urbano do município, tendo ainda dentro dos limites territoriais da fazenda vários córregos importantes a todos que deles dependem como fonte de água.

Figura 12 - Localização da Fazenda Ressaca



Fonte: IBGE, 2017. Dados geográficos (hidrografia, sistemas viários e outros). SIGEF: Perímetro do Imóvel, 2017. Elaborado por SALES, 2018.

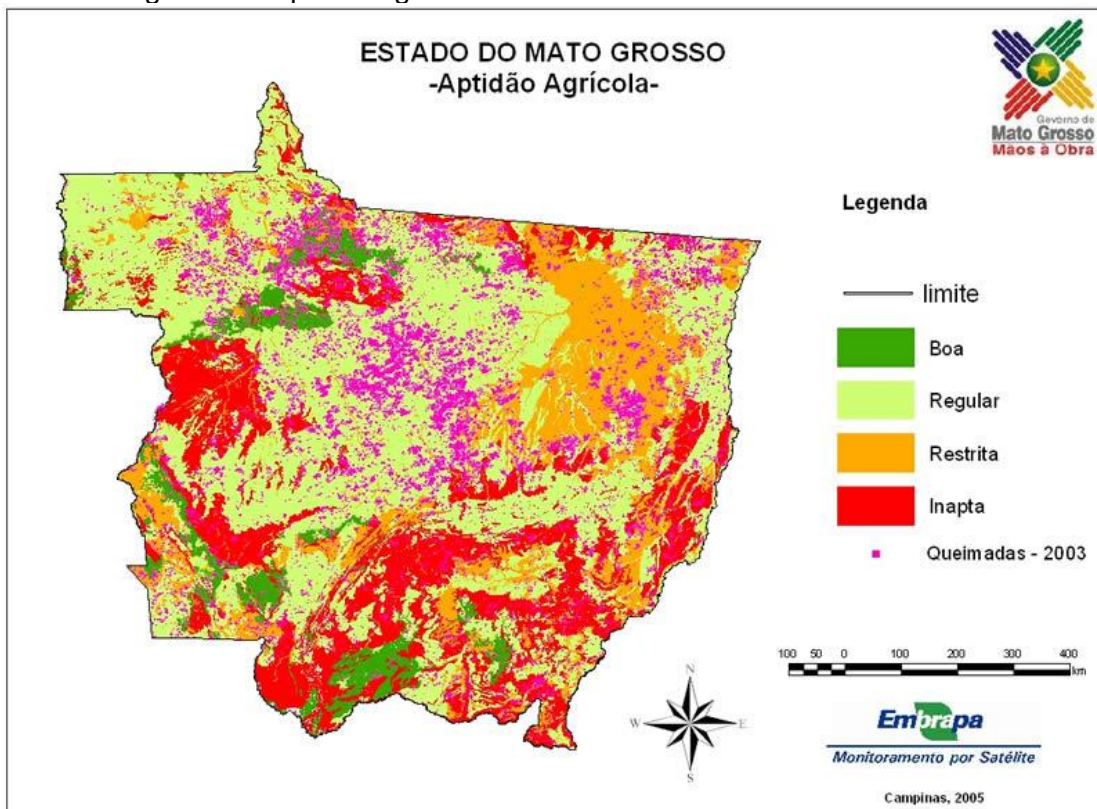
A questão sobre a poluição é importante, porque como bem ressalta Schlesinger (2013), a soja é a cultura que mais degrada o meio ambiente, isso porque consome altos índices de agrotóxicos, sendo os mais utilizados, os herbicidas,

inseticidas, fungicidas e acaricidas, expondo a população e o meio ambiente à médias altíssimas de utilização desses “venenos”. Schlesinger enfatiza que:

[...] as névoas de agrotóxicos jogados na produção da soja, além de atingir os alvos, também atingem os trabalhadores, o ar, o solo, a água, os moradores, os animais e outras plantas no entorno das lavouras (SCHLESINGER, 2013, p. 21).

E, mais, ao contrário do que é enfatizado na fala do diretor agropecuário e das reportagens publicadas, a região em que se localiza o município de Cáceres, conforme dados da Embrapa (2015) compõe o bioma Pantanal e é inapta a produção agrícola em larga escala (Figura 13). Sendo, necessária a reavaliação das formas de ocupação e uso do território cacerense, pois é “[...] preciso conter a ocupação agrícola de áreas mais sensíveis, para evitar efeitos ambientais que podem levar à destruição do Pantanal” (CARNEIRO, 2016).

Figura 13 - Aptidão agrícola em Mato Grosso



Fonte: Embrapa – Monitoramento por Satélite, 2005.

Diversos outros estudos e publicações foram e estão sendo feitas em defesa da conservação do Pantanal, alertando para os riscos socioambientais que o avanço

da soja provocará em Cáceres e região, bem como no bioma Pantanal (Figuras 14 e 15), são eles: “Sem proteção, Pantanal vê a soja como maior ameaça” publicada no dia 10 de maio de 2017 pela Revista Valor Econômico; A revista Olhar Agro publica no dia 22 de setembro de 2016 a matéria intitulada de “Plantio de soja no Pantanal causa assoreamento de rios, afirma especialistas”, “Avanço da soja é responsável pela degradação do Pantanal, dizem ambientalistas (Canal Rural, 2016), “Pantanal, em breve um imenso campo de soja? (Revista Ecoa, 2017), dentro várias outras reportagens que ressaltam os possíveis problemas ambientais que a monocultura pode causar ao Pantanal.

Figura 14 - Poluição Invisível. Contaminação dos mananciais por agrotóxicos despejados nas lavouras.



Fonte: Pacto em defesa das cabeceiras do Pantanal, 2017.

Figura 15 - Campanha de grupos ambientalistas de proteção e preservação do Pantanal



Fonte: Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal, 2017.

E, mais, como natureza e sociedade estão mutuamente interligadas e interagem entre si, torna-se necessária analisar as decisões tomadas pelos gestores e empresários capitalistas no processo de produção da monocultura da soja, pois suas decisões têm afetado diretamente as condições de vida e trabalho da população local. Elas quase sempre, são desconsideradas nas formulações e planejamentos dos grandes projetos político-econômicos elaborados em prol do “desenvolvimento” do município e da região.

Essa situação acima citada tem gerado conflitos, mas também resistência frente à expansão capitalista; resistência essa construída e desenvolvida pelos sujeitos que compõem os diversos grupos e movimentos socioambientais em Cáceres, os quais, em sua maioria, praticam e vivem da renda proveniente da agricultura camponesa, tanto nos territórios dos assentamentos rurais, nas áreas de quilombo, como também nas áreas ribeirinhas.

Na contramão da produção capitalista que investe apenas na monocultura, buscando produtividade e lucro a produção agrícola e artesanal (frutas, hortaliças, leguminosas, doces, queijos, carnes etc.) desses sujeitos (os camponeses). Ela é

destinada ao autoconsumo e uma parte tem sustentado o abastecimento da comunidade local. Assim como relata o representante do grupo Fé e Vida.

A soja se ela fosse cultivada, não pela monocultura, mas em pequenas parcelas, sem o uso de agrotóxicos ela ajudaria enriquecer e dar viabilidade pra agricultura camponesa. Agora a tecnologia não tem sido desenvolvida pra isso, é duas coisas: não tem uma colheitadeira que se adeque a essa pequena agricultura, uma mini colheitadeira, onde um grupo de associados pudesse ter. Quer dizer, a indústria não desenvolve isso, o projeto para o agricultor da pequena agricultura, quer dizer a tecnologia não tem sido adaptada pra pequena agricultura. Então se nós tivéssemos, nós teríamos uma soja de melhor qualidade alimentar, que atenderia tanto o urbano como o rural. Poderíamos ter um alimento para a criação de pequenos animais, poderia tá ajudando a ter um óleo de melhor qualidade. Isso tudo é possível na agricultura camponesa, mas é extremamente difícil na macro agricultura, que por não ter diversidade de cultura, por investir na monocultura. Ela não acontece. Então, eu vejo a soja como problema, porque quando se fala em plantar soja se pensa em não deixar nenhuma árvore em pé. Não vai ter lugar pros passarinhos fazer ninhos, coitado dos tuiuiús [...], então é um pouco isso que eu vejo da soja.³⁹

Portanto, a resistência reside em continuar a luta por um modo de produção que valorize os sujeitos e suas culturas, bem como o ambiente e sua biodiversidade; que entenda o sentido e a importância da sustentabilidade ambiental e social; que possibilite a toda a comunidade cacerense uma boa qualidade de vida e de trabalho, tanto no campo como na cidade.

³⁹ E

ntrevista feita com o representante do grupo Fé e Vida realizada no dia 19 de agosto de 2016 por Valéria Loiola.

CAPÍTULO V

5. OS GRUPOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA DEFESA DO AMBIENTE PANTANEIRO EM CÁCERES-MT: RESISTÊNCIA FRENTE A EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO CACERENSE

O capítulo V desta dissertação contextualiza a atuação dos grupos socioambientais mais atuantes em Cáceres, suas bandeiras de lutas e principais conquistas frente a resistência e permanência em seu modo de vida.

No início das discussões abordamos sobre a agricultura camponesa e seus principais desafios para existência. Faremos também uma breve abordagem sobre as comunidades quilombolas, grupos que permanecem e preservam suas raízes culturais até os dias atuais e no município. Contamos também com os povos pantaneiros, os povos morroquianos e povos ribeirinhos que serão comentados no decorrer deste capítulo.

Dessa forma, discutiremos as atuações dos grupos socioambientais do município, sendo eles: o grupo Raízes, a Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida, o Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres (FLEC), o Comitê do rio Paraguai, entidades e instituições que atuam em defesa dos grupos e do meio ambiente, o Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental (GAIA), a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional de Mato Grosso (FASE), o Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres, e o Centro de Referência em Direitos Humanos.

Apresenta também as principais ações realizadas tanto na visão dos grupos capitalistas/empresariado que defendem a implantação da hidrovia Paraguai-Paraná no rio Paraguai como forma de progresso econômico. Como também a visão dos grupos, organizações e entidades sociais que lutam pela não instalação desta hidrovia.

E por fim, discutiremos as táticas sustentáveis desenvolvidas por alguns grupos socioambientais e organizações sociais em busca de garantir a conservação do rio Paraguai e bioma Pantanal. E suas formas de atuação em defesa das comunidades vulneráveis.

5.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS PANTANEIRAS

5.1.1 Agricultura Camponesa

A agricultura camponesa desde o início da história brasileira sempre foi vista pelo estado e pelos setores dominantes da sociedade como sendo uma atividade “atrasada”, que servia apenas para fornecer suporte à exploração agropecuária.

Contudo, com o transcorrer dos anos, a agricultura camponesa passa a ser entendida como primordial para a garantia da produção de alimentos para o consumo interno do País e para a sustentabilidade do campo brasileiro. Isso porque se baseia em práticas produtivas e sociais de não exploração das pessoas e da natureza, busca uma harmonização dos agroecossistemas e contribui para uma escala produtiva local, regional e nacional, atendendo as necessidades da população do campo e da cidade (OLIVEIRA, 2003).

Oliveira ainda ressalta que Mato Grosso se encontra inserido no cenário mundial em função de sua grande produção monocultura e, conseqüentemente, da ideia de modernidade no campo advinda deste modelo de produção, o agronegócio. Ele é símbolo de modernidade e de atraso, porque ao mesmo tempo em que promove o avanço tecnológico no campo, gera expropriação e exploração intensa dos trabalhadores do campo e graves danos ambientais. Neste sentido, Oliveira (2003) afirma que:

O agronegócio é contradição, barbárie e modernidade, isso significa que esse modelo agrário-agrícola, com uma roupagem moderna de “alta produtividade”, tecnologia avançada, produtor de divisas, etc. Por outro lado, esconde ideologicamente suas raízes do período colonial nacional de *plantations*, e, logo, a sua exclusão social e degradação ambiental. (OLIVEIRA, 2003).

No Estado, tem-se também muitos agricultores camponeses que resistem ao modelo produtivo e econômico do agronegócio. Nesse sentido, em Cáceres, esses sujeitos estão distribuídos em pequenas propriedades e nos vários assentamentos que foram conquistados a partir de lutas e pressões dos movimentos sociais, com apoio de organizações não governamentais, tais como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), entre outros, que tem por objetivo apoiar a reprodução da agricultura camponesa num território dominado pelo agronegócio.

A implantação dos assentamentos rurais em Cáceres ocasionara transformações na configuração socioespacial do município, tornando-o um espaço de vida e de geração de renda, ao que antes eram apenas grandes espaços destinados ao latifúndio. A atividade econômica predominante nos assentamentos é a agricultura para autoconsumo e a pecuária leiteira, com comercialização do excedente em feiras na própria cidade e nos programas governamentais, ambos direcionados à merenda escolar do município.

Apesar do avanço do agronegócio no Estado e no município, a agricultura camponesa permanece firme em sua luta constante para manter uma cultura que é símbolo de preservação e cuidado socioambiental.

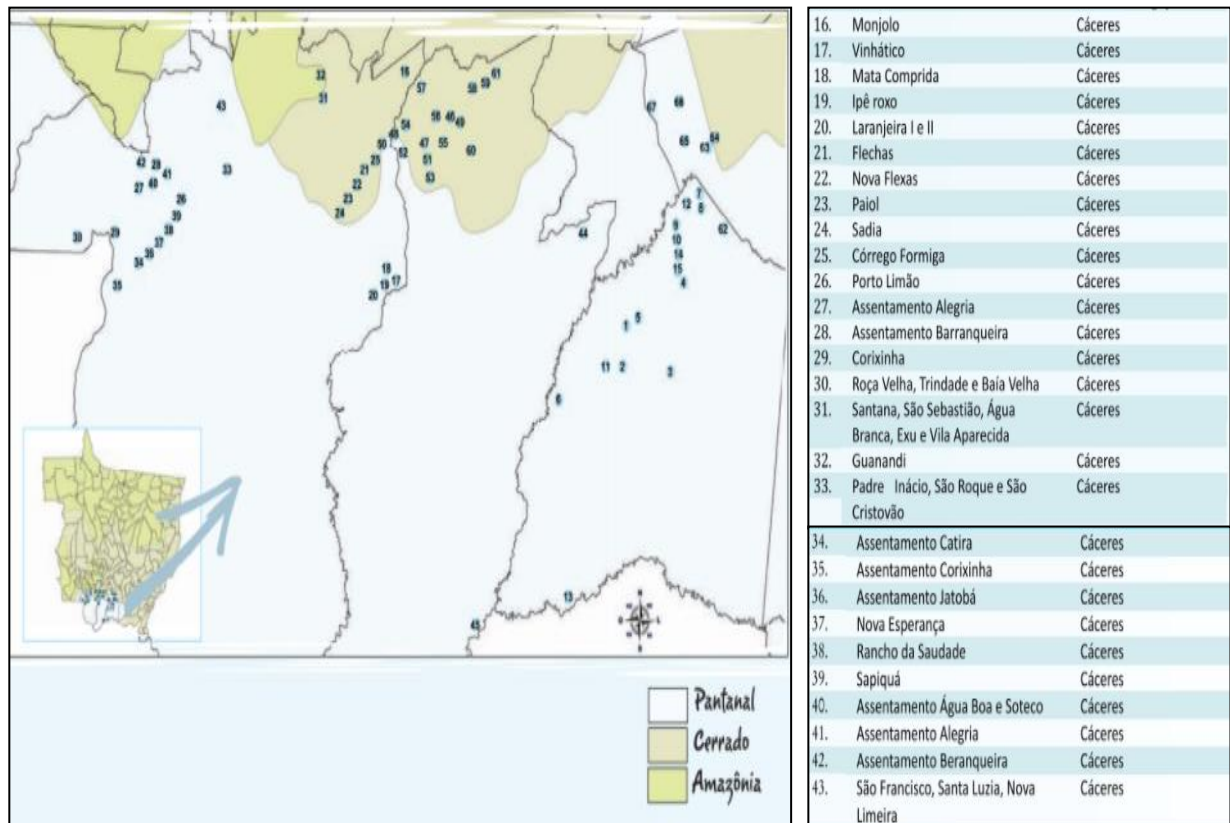
5.1.2 Povos Pantaneiros

São povos que vivem de forma harmônica com a natureza desenvolvendo atividades que não prejudicam a integridade do Pantanal. O Pantaneiro nasce e permanece vivendo de forma simples e tem como meio de transporte principal o cavalo pantaneiro, que resiste ao trabalho dentro da água (ACADEMIA PANTANEIRA, 2017). A cultura pantaneira é marcada pela forte miscigenação dos povos do Brasil, Bolívia e Paraguai.

Segundo Silva (2011), as comunidades pantaneiras de Cáceres são: Comunidade das Onças, Senhora dos Milagres, Monjolo, Córrego, Formiga, Vila Aparecida, Paiol, Vinhático, Sadia, Mata Comprida, Ipê Roxo, Laranjinha, Porto Limão, Cerradão, Corixinha, São Cristóvão, Roça Velha, Trindade, Catira, São Francisco, Santa Luzia, Limoeiro, Barranqueira, Flor da Mata, Água Boa, Soteco, Santana, São Sebastião, Água Branca, Guanandy, e Exu (Figura 16). A autora enaltece ainda a forte e importante atuação do Fórum de Luta das Entidades de Cáceres (FLEC) como articulador na defesa do ambiente pantaneiro.

Silva (op cit) ressalta ainda que a gestão ambiental dos territórios pantaneiros deve compreender a complexidade que envolve este ecossistema, reconhecendo também a ligação das áreas de planície com o planalto, ambos se inter-relacionando e garantindo a manutenção deste ciclo natural de vida. E que corre sérios riscos de serem afetados devido ao avanço do desmatamento para produção da monocultura da soja, impactando diretamente o bem-estar do Pantanal e de todas as populações que vivem na região.

Figura 16 – Comunidades Pantaneiras de Cáceres/MT



Fonte: SILVA, 2011. Adaptado por LOIOLA, 2018.

5.1.3 Comunidades Quilombolas

De acordo com o INCRA (2017), comunidades quilombolas são grupos étnicos constituídos predominantemente por populações negras, podem habitar tanto na cidade como no campo, e se auto definem com práticas culturais próprias, pois “[...] é a própria comunidade que se auto reconhece remanescente de quilombo”.

As comunidades quilombolas lutam pela preservação de sua cultura e tradições, reconhecimento de seus territórios e suas formas de cuidado com a natureza, conquistando, a partir de muitas lutas reconhecimento e regulamentação por lei sobre a posse de suas terras (INCRA, 2017).

O INCRA, a partir do decreto de nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, pode proporcionar a devida regulamentação e assim garantir a demarcação e conservação das comunidades remanescentes de quilombolas em seus territórios. Este decreto estabelece que:

Regulamente para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das

comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (INCRA, 2017, p. 01).

Em Cáceres e região existem cinco comunidades remanescentes de quilombolas: Chapadinha, Exu, Ponta do Morro, Santana e São Gonçalo. Figura 17 Esses sujeitos lutam em prol do seu território e pela manutenção do seu modo de vida e de trabalho (SILVA, 2011).

5.1.4 Povos Morroquianos

Segundo Silva (2011), os Morroquianos são moradores da Morraria no entorno da Estação Ecológica da Serra das Araras, próximo à Cáceres, Porto Esperidião e Barra do Bugres. Os povos Morroquianos localizados em Cáceres são:

As comunidades de Taquaral, Água Branca, Santana, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião, Guanandi, Exu, Vila Aparecida estão localizadas entre os vários morros, serras, bocainas, córregos (afluentes do rio Paraguai), chapadinha e vales que fazem parte da Província Serrana (SILVA 2011, p.103).

A referida autora, de acordo com relatos caracteriza os morroquianos como sendo agricultores que praticam agricultura camponesa, podendo ser também extrativistas e pequenos produtores de doce, de rapadura e de farinha. Cultivam em algumas comunidades algodão utilizado na fiação artesanal de redes. Esses povos, ao desenvolverem suas atividades agrícolas buscam conservar o modo de vida da comunidade. (Figura 17).

5.1.5 Povos Ribeirinhos

Populações que vivem nas margens dos rios e fazem da pesca uma das principais fontes de renda, conciliando a produção de consumo, cultivando diversos tipos de alimentos que garantem a alimentação da família. A identidade desses povos está ligada ao rio e a terra.

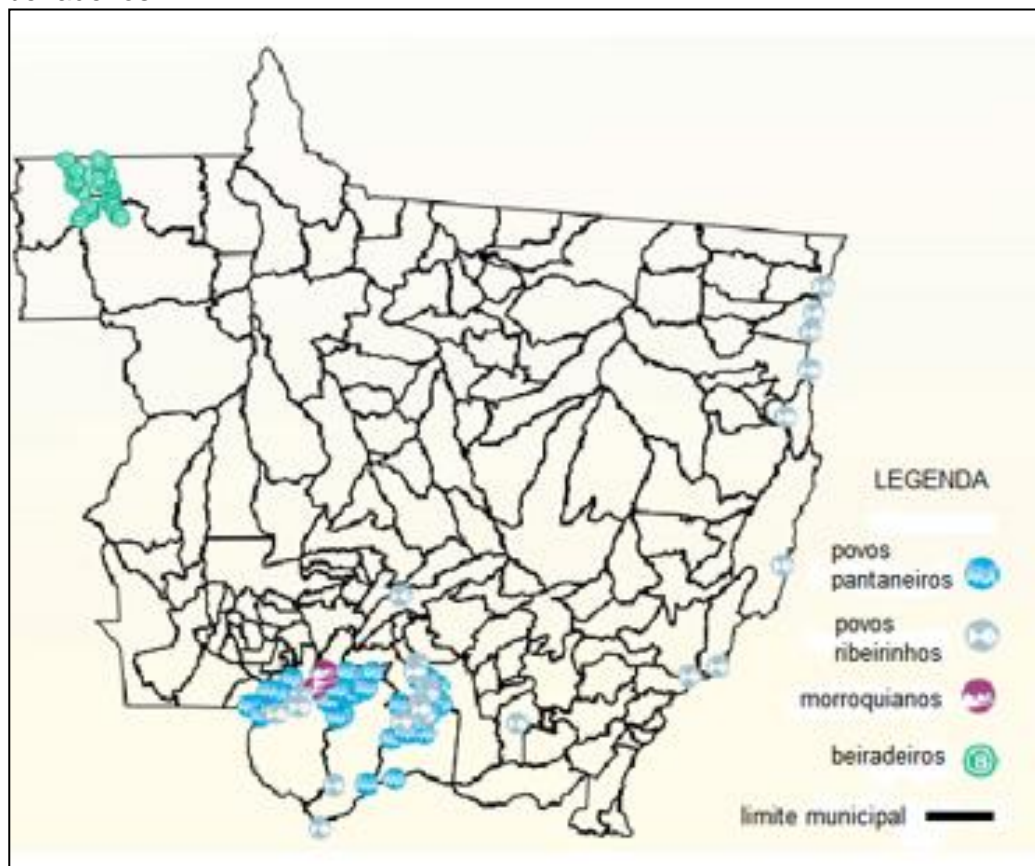
Um dos representantes do grupo Fé e Vida relata sobre os impactos já visíveis às margens dos rios não só da região, mas em diversas partes do País, ocasionando desaparecimento dos ribeirinhos:

Onde foram parar nossos ribeirinhos que moravam na beira do rio? Ali eles tinham uma pequena cultura sustentável para alimentar sua

família, mantendo assim uma alimentação rica e natural. Eles produzia nas partes mais altas do rio uma agricultura bem diversificada, com mandioca, milho, arroz, feijão, fava e tinda e comercializava o excedente. Onde foi parar esse ribeirinho com esse perfil? Esse projeto macroeconômico expulsou os povos ribeirinhos da beira do rio, sendo bem mais difícil encontrar um ribeirinho que ainda viva nos modos tradicionais, deixando praticamente de existir, fato esse que vem ocorrendo não apenas a nível local, em que toda terra que possui produção passa a ser alvo do agronegócio, onde ele vai expulsando todos e ainda vai dizer que “roça não dá, isso é só prejuízo (RELATO DO REPRESENTANTE DO GRUPO FÉ E VIDA, 2016).

Silva (2011) identifica os principais conflitos socioambientais enfrentados por esses povos, a invasão de pescadores profissionais que impedem que os ribeirinhos tenham acesso ao seu meio de sobrevivência que é o rio. Tal fato ressalta que grandes projetos econômicos não contemplam toda a população, em muitos casos presentes em Cáceres. A comercialização das margens do rio que acabam se transformando em áreas particulares de lazer, impedindo assim, demais pessoas de usufruir de um bem comum, o rio. (Figura 17).

Figura 17 – Localização das comunidades pantaneiras, ribeirinhas, morroquianos e beiradeiros



Fonte: Silva, 2011.

A cultura ribeirinha e todas as demais formas de manifestações socioambientais necessitam ser conservadas para que não se perca e fique apenas como uma lembrança nas memórias de um modo de vida simples e sustentável.

5.2 GRUPOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

5.2.1 Grupo Raízes

De acordo com a Academia Pantaneira (2017), o Grupo Raízes fundado em 1992, preocupa-se com interferências diretas que possam modificar a cultura pantaneira, sendo assim, o grupo busca resgatar a cultura local pantaneira, com apresentações de danças e músicas que retratam a vida dos povos desta região.

O grupo Raízes promove a educação ambiental nas comunidades ribeirinhas, para as pessoas que vivem nas áreas rurais e nas áreas urbanas, em escolas e eventos populares, apresentando-se até mesmo em países que fazem fronteira com o Brasil.

O grupo articula-se em prol da defesa e resgate da cultura local, das músicas típicas como o Siriri e Cururu e danças indígenas, da linguagem pantaneira que com o passar dos tempos podem ficar esquecidas. É um grupo de luta pela preservação da identidade e cultura dos povos que habitam as regiões pantaneiras. Bem como relata a representante do grupo em sua fala:

Os movimentos sociais em Cáceres sempre sofreram fortes represálias por parte dos latifundiários que o município possui, quando chegava de alguma reunião que tínhamos com o MST podia esperar que o telefone ia tocar e que seria algum tipo de ameaça contra nós. Então passamos a nos expressar muito pela música. (RELATO DO REPRESENTANTE DO GRUPO RAÍZES, 2017).

Ressalta-se que o primeiro CD lançado pelo grupo Raízes foi “Cantando o Pantanal”, lançado no ano 2000, ano de luta pela não implantação da hidrovía Paraguai-Paraná; o segundo CD foi “Rei Paraguai” lançado no ano 2001. O grupo declara seu amor às águas do rio Paraguai (ACADEMIA PANTANEIRA, 2017).

Este grupo é bastante articulado e atuante, juntamente com os demais grupos citados ao longo desta dissertação desenvolvem várias ações e atividades em prol da defesa da conservação da cultura local e do meio ambiente.

5.2.2 Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida

A Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida é uma organização popular que trabalha cultura e ambiente, ligando a fé à prática cotidiana. Conforme entrevista realizada com o representante da Associação o mesmo relata de forma clara e sucinta sobre a atuação do grupo:

De associados nós temos um Grupo em torno de 100 pessoas, agora ativos temos uns 40, que são lideranças que tá mais envolvidas e a gente tem um tempo forte que tá chegando agora o mês de novembro que conquistamos um dia específico pra gente trabalhar o dia 14 de novembro, o Dia do rio Paraguai, temos a consciência que o Pantanal é um bacia alagável, mas a água que está aí ela não nasceu ali, ela veio das “cabeceiras”, então é necessário cuidado com as “cabeceiras” e isso a gente tem atuado muito nos comitês de bacias, Jauru, Cabaçal. Cada ano a gente tem uma especificidade, a gente junta com outras organizações pra fazer a limpeza do rio, essa é uma atitude começada por outra organização e a gente incorporou, tem essa coisa de juntar as forças e o nosso trabalho em específico é levar conhecimento, então a gente procura envolver a comunidade como um todo. Nós temos o rio que é internacional agente tem envolvido “num debate”, países vizinhos, Bolívia, Paraguai, Argentina, com seminários conjuntos e estudos conjuntos, pra gente debater um pouco essa questão e a sua função, a preocupação com a Hidrovia e damos o porquê que a gente tem essa preocupação”. (RELATO DO REPRESENTANTE DO GRUPO FÉ E VIDA, 2016).

A Associação Fé e Vida juntamente com o Comitê Popular do rio Paraguai, o Comitê de Bacias do Pantanal e outros grupos socioambientais atuam fortemente em defesa da integridade das águas do rio Paraguai. A articulação dos grupos a partir de encontros para estudos e ações gerou um documento intitulado “Pantanal por Inteiro e Não Pela Metade”, em que o grupo propõe a criação de uma Unidade de Conservação para os rios pantaneiros.

Este documento de posicionamento elaborado pelos grupos sociais juntamente com a sociedade civil, foi entregue em todos os órgãos públicos para ciência e intervenções por parte do poder público, mas como bem ressaltam, nada foi feito até o momento.

O grupo Fé e Vida e o Comitê Popular do Rio Paraguai elencam no documento os principais conflitos socioambientais vivenciados em Cáceres e região. Eles foram intitulados de “cinco gritos de um rio que morre”, por serem os principais responsáveis pela degradação do bioma Pantanal, sendo eles: da monocultura da soja, da cana-

de-açúcar, do eucalipto e da teca⁴⁰, todas inseridas no Pantanal em diferentes períodos, a Hidrovia Paraguai-Paraná, o uso de agrotóxicos, a mineração e hidrelétricas e PCHs. Assim destaca o representante do grupo Fé e Vida:

Nós elencamos cinco gritos ambientais, esse trabalho foi feito durante quatro anos. Então é um trabalho muito bem pensado e tem participação de 72 entidades. É muita gente que pensou esses cinco gritos. A mais prejudicial para nossa região é a monocultura da soja, depois vem a questão da hidrovia, que tem um impacto muito grande, eles mostram os impactos que eles querem, mais não mostram os impactos para o pescador, o real mesmo eles não mostram. Depois a questão das PCHs que já é um problema, por exemplo, o peixe de hoje são mais peixe pequenos, na verdade os peixes grandes já morreram com o fechamento dos rios, com as barragens e tudo mais. Tem peixes que precisam de uma grande extensão de água para eles sobreviverem e se reproduzirem, se eles não reproduzirem mais vai acabando o peixe. Então tem a questão das PCHs, depois tem a questão da mineração que hoje tá forte, principalmente na região de Mirassol D' Oeste. Depois a questão do agrotóxico, que é muito maior do que a gente pensa o impacto do agrotóxico na nossa região, porque nós temos um lençol freático muito raso e o veneno chega muito rápido ao lençol freático, então praticamente nós já temos peixe envenenado, gente comendo peixe envenenado [...] (Comitê Popular do rio Paraguai, 2017).

Assim, os grupos socioambientais vêm cada vez mais atuando em defesa do ambiente pantaneiro, sempre agindo em defesa do bem-estar dos recursos naturais e das comunidades e povos tradicionais. Cada um desses problemas elencados afeta diretamente as comunidades mais carentes e ao meio ambiente, que não têm condições de sobreviver em outro local, devido a questão econômica e cultural.

5.2.3 Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres (Flec) e o Comitê do rio Paraguai

O Fórum de Luta das Entidades de Cáceres (FLEC) é um movimento organizado pela sociedade civil em defesa de um bem comum que é a conservação do rio Paraguai e a proteção do bioma Pantanal. O rio Paraguai faz parte da cultura cacerense e é o meio de sobrevivência das populações camponesas, em específico, as ribeirinhas e pescadores, é dele que muitas famílias obtêm seu sustento.

O FLEC, assim como outros grupos socioambientais citados, é um movimento que se organizou no ano 2000 em defesa do rio e pelo impedimento à expansão da hidrovia Paraguai-Paraná. A hidrovia tem por finalidade garantir o transporte de

⁴⁰ Espécie arbórea da família Verbenaceae que apresenta alto valor comercial. O principal produto desta espécie é a madeira, muito utilizada na carpintaria, marcenaria, na produção de peças de usos nobres e de móveis finos (TSUKAMOTO FILHO et al. 2003).

grandes cargas pelo rio Paraguai, o escoamento da produção monocultura e a construção do Porto de Morrinhos. Conforme ressalta Jaber (2012), outra bandeira de luta do FLEC é contra a instalação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), isso porque existem atualmente várias instaladas ao longo do rio Paraguai, os empreendimentos já somam em torno de 60 em funcionamento e eles impactam diretamente o curso do rio e as famílias ribeirinhas de áreas inundadas pelo reservatório.

O FLEC atua também na fiscalização do mal uso do rio, denunciando assoreamento das margens provocada pela monocultura da soja e pelo uso excessivo e indiscriminado de agrotóxicos que com a água das chuvas acabam sendo depositados no rio. Outra preocupação também é a falta de saneamento básico nas cidades localizadas as margens do rio, o que degrada o ambiente.

Quando questionados sobre a história e atuação do FLEC, o representante do FLEC ressalta que:

O FLEC teve um momento de atuação muito forte, atualmente ele tá meio que travado, os conflitos internos com os vários grupos acabam gerando uma desarticulação; mas apesar disso e de cada organização social ter um objetivo específico, nós também temos muita coisa que é comum; então a gente, as organizações teve assim esse amadurecimento de ideias, então a gente sabia que tinha que criar um fórum que essas organizações pudessem participar juntas né, pra no momento da causa comum a gente poder ter uma boa articulação e potencializar a luta (RELATO DO REPRESENTANTES DO FLEC).

Denota-se, a partir do relato, a importância que o FLEC teve enquanto organização da sociedade civil e que tem seu auge frente as causas sociais e em defesa do meio ambiente. A representante do grupo Raízes destaca ainda que:

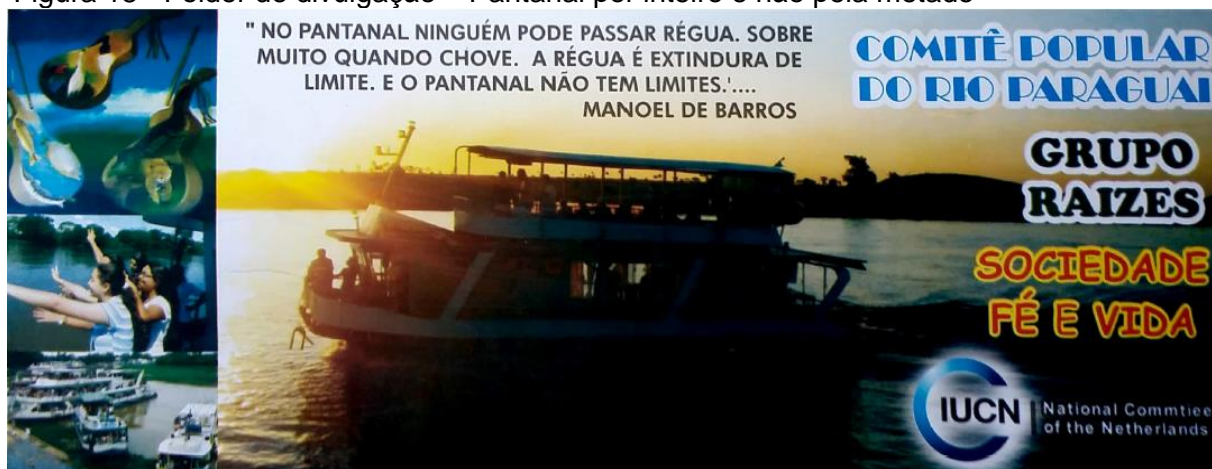
Hoje na verdade a luta do FLEC ela acontece em Fórum com o Comitê Popular do rio Paraguai. É onde a gente junta as entidades da nossa região, junta 16 municípios e aí a gente faz a luta do rio Paraguai a partir do Comitê Popular. Na verdade, é o mesmo público do FLEC mas com uma nome diferente, é uma luta ambiental. (RELATO DO REPRESENTANTE DO GRUPO RAÍZES).

Com o enfraquecimento do FLEC, acarretado principalmente devido a divergências de opiniões, surge o Comitê Popular do Rio Paraguai, outra forma de organização e articulação da sociedade civil que luta em prol dos anseios e em defesa

dos povos Pantaneiros que sobrevivem a partir de um bem comum que é o rio Paraguai. (Figura 18). Assim como destaca Kish (2013).

Comitê Popular do Rio Paraguai/Pantanal nasceu da luta articulada pelo Núcleo Missionário Cristo Trabalhador na tentativa de responder às necessidades do povo pantaneiro, especialmente dos ribeirinhos, dos indígenas e outros. De Núcleo, passou para Fórum de Luta das Entidades de Cáceres – FLEC e culminou com a Primeira Expedição da Sociedade Civil Organizada às Nascentes do Rio Paraguai, de Alto Paraguai a Cáceres, realizada nos dias 13 e 14 de novembro de 2010.

Figura 18 - Folder de divulgação – Pantanal por inteiro e não pela metade



Fonte: Comitê Popular do rio Paraguai (2016)

Para Kish (2013), o Comitê é uma forma de organização popular que não objetiva ficar atrelado a nenhuma instituição governamental, dependem apenas e exclusivamente da vontade popular e as decisões a serem tomadas são discutidas em assembleia popular.

5.2.4 Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental (Gaia)

O instituto foi formado em 1997 por profissionais de várias áreas, buscando preencher uma lacuna na região do Pantanal Mato-grossense, pois havia necessidade de uma entidade que articulasse as dimensões sócio-políticas com as socioambientais com forte embasamento em conhecimentos científicos e técnicos para atuar nos processos e projetos; para desenvolvê-los com qualidade junto às pessoas de comunidades inseridas na bacia do Alto Paraguai, nas nascentes do Pantanal mato-grossense e áreas úmidas (CASTRILON, 2017). O instituto tem por missão:

Garantir a conservação das áreas úmidas e suas conectividades bem como a valorização dos serviços gerados por esses ambientes e a promoção que habitam essas regiões. Construindo valores intrínsecos do instituto GAIA: transparência; respeito à diversidade cultural;

respeito à vida em todas as suas formas; justiça ambientais; equidade social; democracia; coerência e honestidade. (Pagina social GAIA, 2017).

Tem como projeto a “Mobilização social para conservação dos recursos hídricos do Pantanal” e a “Percepção das comunidades ribeirinhas afetadas pela proliferação de hidrelétricas no sistema bacia do alto Paraguai/Pantanal”, projetos de restauração das nascentes e fragmentação de mata ciliar do rio Paraguai, (CASTRILON, 2017).

5.2.5 Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional de Mato Grosso (Fase)

A FASE é uma entidade da sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, beneficente e de assistência social que, sem distinção de nacionalidade, credo ou raça, desenvolve atividades de educação e promove o desenvolvimento de parcelas carentes da população, podendo operar em todo território nacional (FASE, 2016). Conforme o histórico, a entidade foi fundada em 1961, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filiais em estados como Mato Grosso, Pernambuco, Espírito Santo, Pará e Bahia.

No município de Cáceres está localizada a FASE, regional de Mato Grosso, sempre realiza trabalhos relacionados ao desenvolvimento local, comunitário e associativo. Em Mato Grosso,

O trabalho da FASE é como uma ONG de apoio e de assessoria aos movimentos sociais; ela começou o trabalho aqui em Mato Grosso em 1987, exatamente na região do Vale Guaporé, Pontes e Lacerda, Vila Bela e Vale do São Domingos, que era uma região de muitos conflitos pela posse da terra. Naquela época vinha vários agricultores, das diferentes partes do Brasil, à procura de terra, na verdade expulsos das outras regiões pelos grandes fazendeiros e quando chegavam aqui, existiam muitas terras e como os donos não eram daqui contratavam capangas, pistoleiros para fazerem a desocupação dessas áreas que eram ocupadas pelos agricultores (FASE/MT, 2016).

Esta entidade tem por missão contribuir para a construção de uma sociedade democrática de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos

sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos. (FASE, 2016). Neste sentido, a FASE tem por objetivo:

Elaborar e difundir programas e plataformas para a construção de um novo projeto de sociedade, fundado num modelo sustentável de desenvolvimento; promover avanços no controle social sobre o erário público, na justiça ambiental, na economia solidária, na renda básica cidadã, nas políticas afirmativas e na equidade de gênero; elaborar e difundir metodologias para exigir o cumprimento de direitos como forma de redução das desigualdades (FASE, 2016).

Para tanto, a entidade desenvolve vários trabalhos educativos e de formação/capacitação (seminários, palestras, cursos técnicos e políticos) com agricultores, ribeirinhos, comunidades tradicionais e a população local como um todo, buscando de forma coletiva e cooperativa qualificá-los para a construção de uma sociedade sustentável. A entidade atua na construção do fortalecimento da agricultura camponesa e das populações tradicionais, para que em conjunto com a comunidade local haja maior resistência frente ao avanço do agronegócio.

5.2.6 Núcleo UNEMAT - UNITRABALHO

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO é formado por docentes, pesquisadores, servidores técnicos administrativos e discentes, interessados no desenvolvimento de projetos, pesquisas e atividades relacionados aos objetivos do Núcleo. A principal finalidade é promover o envolvimento da Instituição na busca pela melhoria de condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade (Resolução 139-2003 CONEPE).

Suas ações/atividades acontecem por meio do desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa com a comunidade acadêmica e local, ligados a temas como mundo do trabalho, economia solidária, educação popular, agroecologia, desenvolvimento socioterritorial local, entre outros (Resolução 139-2003 CONEPE).

Segundo a representante do Gaia, tais ações/atividades desenvolvidas pelo Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO tem sido extremamente importante para empoderamento dos grupos e organizações socioambientais, como também para esclarecimento e fortalecimento da população local em relação aos conflitos vivenciados cotidianamente no município de Cáceres-MT.

5.2.7 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres – MT (STTRS)

Conforme dados obtidos junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres sobre o histórico de sua criação, o Sindicato é uma entidade sem fins lucrativos que foi fundado no dia 30 de maio de 1971, por 283 trabalhadores rurais de Cáceres e região, com o propósito de representar toda a categoria de trabalhadores e trabalhadoras do campo. O Sindicato é filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso (FETAGRI-MT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sendo o primeiro desta categoria na região.

O processo de construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é ressaltado pelos representantes do Grupo GAIA:

[...] antes do seu Neuzo ser presidente do Sindicato Rural de Cáceres, o Sindicato dos trabalhadores rurais era totalmente vinculado ao poder público, o grande poder que “tava” estabelecido aqui na região, dos latifundiários que comandam a política e acham e tentam também comandar o Sindicato dos trabalhadores rurais. Então depois de todo esse novo processo de tomada de poder pelos trabalhadores temos o fortalecimento de um Sindicato hoje que é forte, dos trabalhadores rurais, mas que advém dessa sequência de luta né, de fortalecimento do movimento social [...] porque o Sindicato também hoje poderia tá na mão dos políticos e etc, e não tá né. (GAIA, 2017).

O Sindicato surge a partir da necessidade de representação dos trabalhadores e trabalhadoras e dos assalariados rurais que, em muitos casos ocorridos na região, eram submetidos a trabalhos degradantes, exaustivos e até mesmo escravos nas fazendas e terras de Cáceres e região. Esses sujeitos, que tanto resistiam e resistem ainda hoje à diversas formas de opressão e perseguição por parte dos fazendeiros e empresários capitalistas, juntamente com o Sindicato lutam por terra e na terra e pela melhoria nas condições de vida e trabalho no campo. Bem como salienta o representante do grupo Fé e Vida:

[...] o Sindicato estava nas mãos dos latifundiários e nós nos organizamos e tomamos o Sindicato deles; em 1994 entramos no Sindicato dos Trabalhadores e pedimos eleições, mas eles não deram; daí então organizamos 200 trabalhadores, entramos no Sindicato, colocamos todos pra fora e conseguimos tomar o Sindicato para os trabalhadores rurais, a partir daí os trabalhadores rurais e seus familiares estão no Sindicato (GRUPO FÉ E VIDA, 2016).

O Sindicato é uma entidade mantida pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais que contribui mensalmente para a manutenção das atividades básicas desenvolvidas e para o pagamento das despesas da entidade.

Nas últimas décadas as ações do STTRs têm sido bastante expressivas quanto sua representatividade frente aos interesses da classe trabalhadora do campo, atuando com grande afinco em diversos eixos, sendo ele: Reforma agrária, Meio Ambiente, Assalariados(as) Rurais, Agroecologia, Agroextrativismo Sustentável, Educação do Campo, Juventude Camponesa, Políticas Sociais e Políticas Agrícolas para o Campo, entre outras frentes de luta.

Essas lutas refletem diretamente num melhor desenvolvimento e fortalecimento da Agricultura camponesa, contribui para frear o êxodo rural, para superar as desigualdades sociais, de gênero, geração de renda e etnia, na valorização de mulheres, jovens e idosos no campo e no processo de valorização do homem e da vida no campo.

Analisando o histórico de ações do Sindicato torna-se evidente as grandes conquistas alcançadas ao longo de toda sua existência neste município, sendo elas: a consolidação da agricultura camponesa, participação, discussões, avaliação e planejamento e acompanhamento de políticas públicas e programas governamentais que resultou na criação de vários projetos de assentamentos, habitação rural, créditos mais acessíveis.

[...] enquanto movimento sindical, nós avançamos muito, só não avançamos mais porque nossos agricultores já estão tão desanimados com governos anteriores que eles não conseguiram acreditar que agora era diferente. Nós conseguimos políticas de abastecimento através da Conab, com o plano de compras do Governo, em que obriga os municípios e estados a comprar no mínimo 30% direto da agricultura camponesa, e a lei que dizia comprar no mínimo né. Então, a gente conseguiu avanços extraordinários pra agricultura camponesa aqui em Cáceres e na região (GRUPO FÉ E VIDA, 2016).

É importante ressaltar que todas essas conquistas somente foram alcançadas devido a participação efetiva de todos os sujeitos que compõem o Sindicato em mobilizações e negociações entre todas as esferas do poder. A representante do Grupo GAIA ressalta ainda que entre todas as conquistas obtidas a partir de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cáceres, a mais significativa é “[...] continuar

existindo como um Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais mais fortalecidos”.

O Sindicato atua juntamente com os grupos e organizações socioambientais em várias atividades e ações desenvolvidas em Cáceres e região, tais como: o Grito da Terra, a Marcha das Margaridas, o dia 08 de março, o Grito dos Excluídos, Dia do Trabalhador Rural, Festa da Agricultura camponesa e da Juventude Rural, o dia do rio Paraguai, entre outras ações/atividades que envolvem a comunidade do campo e da cidade.

5.2.8 Centro de Referência em Direitos Humanos de Cáceres - MT

De acordo com o site oficial do Centro de Referência em Direitos Humanos de Mato Grosso (SEJUD/MT), o Centro de Referência surge a partir de experiências realizadas por órgãos públicos e organizações não governamentais que proporciona o acesso da população de baixa renda a serviços essenciais, sendo eles: assistência jurídica e documentação civil básica. Portanto, esta instituição atua em defesa, garantia e acesso à justiça dos direitos individuais e coletivos que em muitos casos encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Em entrevista concedida pelo coordenador do Centro de Direitos Humanos de Cáceres o mesmo comenta sobre a vinda do CDH para este município no final da década de 1980.

[...] uma das razões da criação do Centro de Direitos Humanos foi a questão do conflito agrário que era muito forte e o Estado era um braço do setor, do latifúndio, era o braço. Então como se lida com um Estado que oprime, que ataca, a polícia era esse braço. Os fazendeiros que tinha a posse da terra sempre usavam os policiais pra pode expulsar as pessoas, amedrontar, perseguir, matar, então isso era muito comum nesse período de ditadura, e aí todos aqueles que tentavam enfrentar eram perseguidos (CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS/CÁCERES, 2017).

Verifica-se que o objetivo do Centro de Referência em Direitos Humanos é gerar conhecimento, propor políticas públicas e desenvolver ações de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de modo a efetivar o Programa Nacional de Direitos Humanos; o qual possibilita a promoção e o empoderamento da comunidade local e a garantia do exercício da cidadania da população, com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária (SEJUD/MT, 2017).

Sendo assim, compreende-se a importância das ações que o CDH desenvolve neste município buscando sempre atuar em defesa e garantia dos direitos a cidadania de todos, atuando sempre em consonância com a população mais carente e que se encontra em situações de instabilidade social.

De modo geral, pode-se afirmar que os grupos, organizações e entidades socioambientais de Cáceres e região tem por principais objetivos garantir a defesa do ambiente pantaneiro e das comunidades que ali vivem e trabalham, por meio da conservação e manutenção do meio ambiente e da cultura local. O quadro 04 sintetiza de forma mais sucinta as principais ações protagonizadas pelos grupos alvo dessa dissertação. O quadro 04 é uma síntese dos objetivos e principais ações desenvolvidas pelos grupos socioambientais, organizações e entidades.

Quadro 04 - Principais ações desenvolvidas pelos grupos socioambientais, organizações e entidades de Cáceres.

Grupos Socioambientais/Organizações e entidades	Objetivos e Principais ações
Grupo Raízes	Resgate pantaneiro das músicas e danças como Siriri e Cururu, danças indígenas, religiosidade e linguagem dos pantaneiros. O grupo faz apresentações em escolas, municípios vizinhos etc. Atuam também à frente de toda organização do dia do rio Paraguai e defesa do meio ambiente.
Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida	Defesa da integridade do rio Paraguai e de todo ambiente pantaneiro por meio de trabalho e articulação com os grupos sociais e organizações. Provendo eventos visando a educação ambiental para um melhor gerenciamento dos recursos naturais. Provendo ações como o dia do rio Paraguai, atuando fortemente em defesa da não consolidação da hidrovía Paraguai-Paraná.
Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres (FLEC)	Movimento que organizado em defesa da conservação do rio Paraguai e proteção do bioma Pantanal. Atuando na fiscalização e denuncia de problemas ambientais, além de desenvolver trabalhos de conscientização e de educação ambiental com a comunidade local.
Comitê Popular do rio Paraguai	Movimento que surge a partir do FLEC e que também atuam em defesa das causas sociais e defesa do ambiente pantaneiro.
Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental (GAIA)	Mobilização social para a conservação dos recursos hídricos do Pantanal. Desenvolvendo estudos e projetos de pesquisa para atuarem na restauração das nascentes do Pantanal, com plantio de mudas de árvores nativas e atuando em áreas para a contenção

	do avanço da erosão e assoreamento da margem do rio.
Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO	Desenvolvem projetos, pesquisas e atividades com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Realizam semanalmente no espaço da universidade a Feira de economia solidária e agroecológica - FEISOL, e atuam nos assentamentos da região desenvolvendo trabalhos de economia solidária, agroecologia, educação popular e outros.
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres	Atuam na fiscalização das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Desenvolvem trabalhos de juntamente com vários grupos e organizações socioambientais aqui já citados. Promovem eventos em prol das comunidades camponesas e assentados da região.
Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional de Mato Grosso (FASE)	Tem por objetivo a promoção da segurança alimentar e nutricional, luta por justiça ambiental, a construção da agroecologia e o fortalecimento da organização das mulheres. A Fase/MT incentiva a adoção de práticas agroecológicas e extrativistas, produção de alimentos variados, saudáveis e sem agrotóxicos. Realizam oficinas, cursos e intercâmbios de saberes e outras atividades.
Centro de Referência em Direitos Humanos	Proporciona o acesso da população de baixa renda a serviços a serviços de assistência jurídica, documentação básica, defesa e garantia ao acesso aos direitos individuais ou coletivos daqueles que se encontra em situações de vulnerabilidade.

Fonte: Organizado por LOIOLA, 2018.

5.3 AÇÕES EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DE CÁCERES E AS TÁTICAS SUSTENTÁVEIS

5.3.1 A Hidrovia Paraguai-Paraná: perspectiva capitalista

O Pantanal, localizado no Brasil entre o estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, é considerado como uma das maiores planícies de inundação do planeta, apresentando uma rica fauna e flora. É um dos mais valiosos patrimônios naturais do mundo.

Este patrimônio repleto de belezas surreais e jamais vistas em qualquer outra parte do planeta corre sérios riscos de ataques a sua integridade acarretados devido a incidência de queimadas em suas florestas, necessária à expansão agrícola

contribui para a ocorrência da erosão dos solos, conseqüentemente assoreando trechos dos rios.

A hidrovia Paraguai-Paraná surge em 1990 como um projeto capitalista de medida alternativa para viabilizar o transporte de cargas pelo rio, facilitando a integração dos países pertencentes ao MERCOSUL (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) (HUSZAR, 2011).

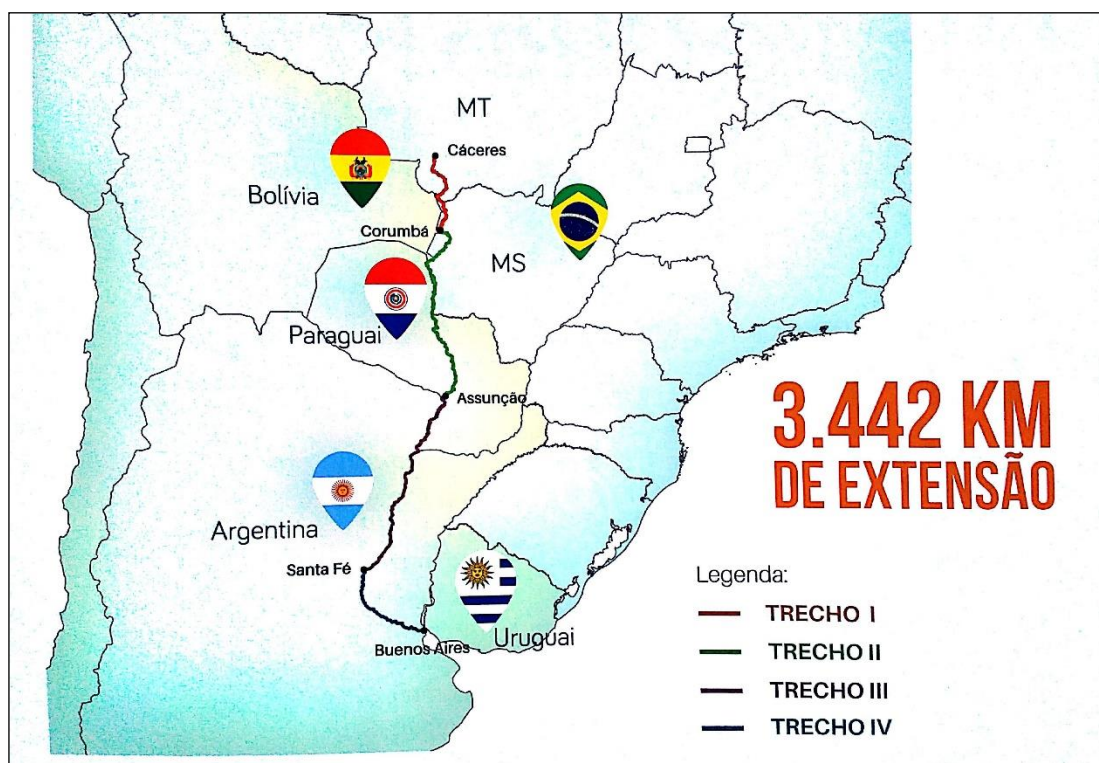
Segundo estudo feito pela WWF Brasil o objetivo inicial do Projeto da Hidrovia era tornar o sistema fluvial Paraguai-Paraná navegável o ano inteiro, de Nova Palmira, no Uruguai, até Cáceres, Brasil (Figura 16). Sendo necessário para o êxito deste projeto realizar dragagens em pontos do rio com pouca profundidade (WWF BRASIL, 2011).

Atualmente, embarcações com até 100 metros de comprimento podem navegar apenas os primeiros 1.208 quilômetros, até Corrientes, na Argentina. Desse ponto em diante devem ser utilizadas barcas menores para chegar até Assunção, no Paraguai. A partir daí a navegação rio acima se torna cada vez mais difícil devido a existência de bancos de areia e de rochas que afloram à superfície (HUSZAR, 2011, p. 54).

O Paraguai é um dos rios responsáveis pela garantia do pulso natural do Pantanal, e a quebra desse equilíbrio natural devido à ação de dragas ou a utilização de outros procedimentos semelhantes já seria por si só, motivo suficiente para tornar o desenvolvimento deste projeto questionável. (HUSZAR, 2011). A partir da Figura 19 é possível conhecer a localização da hidrovia Paraguai-Paraná.

O rio Paraguai possui sua hidrovia natural utilizada por décadas, mas o projeto oficial da implantação da hidrovia Paraguai-Paraná poderá causar danos irreversíveis ao rio comprometendo a integridade do Pantanal. Gottgens (2001) salienta que o objetivo tem por base transformar o rio sinuoso num canal aprofundado, navegável por barcas de até 2,8 metros durante os períodos de estiagem.

Figura 19 - Localização da Hidrovia Paraguai-Paraná



Fonte: EVTEA – Estudo de viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental 2017.

No dia 25 de março de 2017 ocorreu um encontro do grupo de empresários e políticos em Cáceres – MT, com o objetivo de discutir a viabilidade da implantação da hidrovia Paraguai-Paraná e Portos, em que o principal interesse foi demonstrar como serão feitos os transportes de cargas pelo rio, o quanto o projeto será importante para a diminuição de custos e de tempo no transporte. A mesa de autoridades foi composta por políticos e empresários do ramo do agronegócio em que expunham suas opiniões sobre os principais problemas detectados com o transporte via terrestre e o quanto será vantajoso a implementação da hidrovia.

Para realização de estudos técnicos e de impactos ambientais o Departamento Nacional de Infraestrutura de transporte (DNIT) fez parceria com a Universidade Federal do Paraná. Esta compõe uma equipe de pesquisadores para avaliar a viabilidade dos investimentos a serem realizados por órgãos públicos e privados para a implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná, o denominado Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA, 2017).

No evento, a UFPR, representada por duas técnicas que participaram da realização do EVTEA apresentou os estudos feitos num período de seis meses no rio Paraguai, e o que mais chamou a atenção foram as falas serem apenas sobre os

problemas encontrados para o funcionamento adequado da hidrovía, tais como: os problemas encontrados em determinadas regiões do rio em que possui grande quantidade de Camalotes (plantas aquáticas típicas do Pantanal), o que deveria ser feito para a retirada dos camalotes que impediria a passagem das embarcações, trechos do rio que necessitaria da utilização de dragas, como seria feito esse processo dividindo-o em pontos positivos e negativos, bem como pode ser melhor evidenciado a partir do quadro 05.

Quadro 05: Fatores positivos, negativos e classificação de impactos quanto ao serviço de dragagem em relação aos aspectos socioeconômicos e ao meio físico e biótico.

Fatores Positivos	Classificação do impacto	Fatores Negativos	Classificação do impacto
Aumento da receita pública	Forte	Interferência com o tráfego hidroviário	Forte
Aumento das ofertas de emprego	Forte	Aumento do risco de acidentes hidroviários	Fraco
Redução do custo de transporte	Forte	Redução temporária da pesca profissional	Fraco
Melhoria das condições de segurança e navegação	Moderado	Alteração da qualidade e características das águas	Fraco
Melhoria da capacidade hidroviária a região	Moderado	Alteração da qualidade do ar e dos níveis de ruídos	Fraco
Aumento da qualidade da mão de obra na atividade hidroviária	Fraco	Dispersão da biota aquática	Fraco
Criação de novos habitats nas áreas de disposição do material degradado	Forte	Risco de acidentes com derreamento de óleos e graxas	Fraco
		Alteração de habitat e interferências na fauna aquática	Fraco
		Risco de exposição da coluna d'água a contaminantes liberados pelos materiais degradados e sedimentos ressuspensos.	Fraco

Fonte: EVTEA 2017 adaptado por LOIOLA, 2017.

Pode-se contatar a partir dos dados do quadro 02 que os impactos negativos são sem dúvidas os mais prejudiciais ao meio natural, impactos esse que podem acarretar em grande desastre ambiental no rio Paraguai e conseqüentemente no Pantanal. Qualquer um dos impactos negativos no meio físico e no meio socioeconômico se caso aconteça pode levar a perdas imensuráveis da biodiversidade e da cultura local.

O que causa maior estranheza é a pouca importância dada quanto a melhores explicações sobre os impactos causados, deixando claro apenas a rentabilidade econômica desse projeto, o quão vantajoso é sua implantação.

Mas aí fica uma questão: Para quem esse projeto pode ser vantajoso? A população em sua grande maioria não terá benefícios com esse projeto. De modo geral, a mão de obra utilizada não será a da região, necessita-se de profissionais qualificados com total domínio no assunto. Contribuindo até mesmo para acarretar em uma decadência social, cultural e ambiental do município, como bem ressalta a Representante do GAIA – MT.

Quando você constrói um porto é a degradação social e cultural. Um porto é praticamente prostituição, um comércio que fica ali no entorno. A mão de obra do porto é mão de obra especializada que se traz de fora que você faz propaganda de um projeto desse é mais gente migrando para cá atrás de melhorar sua condição. Então migra pessoas para cá para um lugar que as pessoas já estão precisando. E aí nós conseguimos demonstrar a inviabilidade da hidrovia em Cáceres e na época o Pedro Taques era juridicamente contra ele que deu um parecer e ajudou a gente a reunir com um juiz federal. E aí nós conseguimos reunir com o Toninho Neto para barrar a hidrovia desde então, demonstrando que será uma via de transporte que terá um alto impacto sobre o Pantanal para exporta um produto que você não tem ganho nenhum. (GAIA, 2017).

A luta dos movimentos sociais e grupos ambientais pela não implantação da hidrovia Paraguai-Paraná alcançou grandes conquistas, conseguindo barrar até os dias atuais a sua implantação.

5.3.2 – As Táticas Sustentáveis para um melhor Gerenciamento do Território no Município de Cáceres - MT

A questionável forma de desenvolvimento apregoado na atualidade, vem cada vez mais tornando fundamental que tenhamos cuidados essenciais para a

preservação do ambiente natural. Steffen et al. (2004) alertam que as mudanças nas relações que ocorrem entre o meio natural e as atividades antrópicas se intensificaram nos últimos séculos, acarretando complexas e profundas mudanças globais.

Dessa forma, torna-se cada vez mais urgentes que práticas sustentáveis sejam utilizadas e aplicadas pela sociedade. Contanza (1992) define sustentabilidade como o ato de preservar o meio ambiente e ainda garantir a habilidade do sistema em manter sua organização e função com o passar do tempo.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) ressalta que é necessário que se compreenda que a biota não fornece somente benefícios diretos à humanidade, como o suprimento de alimentos e combustíveis, como também é provedora dos processos essenciais à vida no planeta. Sendo assim, compreende-se que cada espécie são seres únicos e de importância fundamental ao planeta.

A Bacia do Alto Paraguai, de acordo com o relatório técnico elaborado pela WWF (1999), possui uma área de 361.666 Km², e abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abrigando ainda a maior planície inundável do mundo, o Pantanal. Ressaltado ainda a importância do rio Paraguai como sendo o principal canal de drenagem desta bacia.

No entanto, todo esse patrimônio deixado à humanidade encontra-se em constantes ameaças. Em um diagnóstico realizado pela WWF – Brasil (2010) e publicado pela revista Eco (2017), alerta sobre o desmatamento no Pantanal que já consumiu cerca de 18% do bioma. Ressaltando ainda que entre as causas da devastação estão a expansão das commodities, principalmente para a produção extensiva de gado, carregando um preço total dessa perda de 19 milhões de reais ao ano para a sociedade. Bem como denuncia Castrillon et al. (2017).

Os impactos ambientais e socioeconômicos têm se ampliado nos últimos anos no Pantanal que, apesar da importância ecológica e econômica, seus ambientes estão em alto processo de desmatamento e inadequado uso do solo, principalmente no planalto, onde nascem os principais rios que mantêm a planície.

Segundo Castrillon (op. cit.) o desaparecimento da mata das áreas que compreende o Cerrado e Pantanal modificam intensamente as condições climáticas, influenciando diretamente no regime das chuvas que regulam a umidade do ar e a temperatura. Alertando ainda que o desmatamento para a agricultura ou a

implantação de pastagem para a pecuária retira um tipo de vegetação natural e expõe os solos aos impactos da chuva e raios solares. A autora destaca que:

O desmatamento também expulsa a fauna nativa para substituí-la por animais de criação (bovinos, porcos, ovelhas, cabritos, galinhas etc.), que impactam a superfície dos solos pelo pisoteio, a hidrografia pelo uso excessivo da água ou sua poluição e contaminação com coliformes fecais totais pelos dejetos. (CASTRILLON et al. 2017 p. 18)

Contudo, não apenas o desmatamento afeta a integridade do Pantanal e da população, como também problemas relacionados à poluição, contaminação por agrotóxicos, as PCHs e diversos outros problemas ocasionados pela ação antrópica.

Inúmeras foram as denúncias ambientais protocoladas nos órgãos oficiais como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso e Ministério Público Federal (MPF), que atuam na fiscalização do meio ambiente e disponibilizados em meio digital. Podendo ser elencadas as encontradas e de maior relevância:

- MPF/MT investiga práticas de crime ambiental no município de Cáceres. Investigando ações de degradação em área de preservação permanente às margens do rio Paraguai. O crime está previsto no artigo 48 da Lei de crimes ambientais 9.605/1998: “Impedir ou dificultar regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação”. De acordo com o relatório da SEMA, o investigado construiu um rancho na referida área integrante de mata ciliar, impedindo a vegetação de se regenerar. (MPF/MT, 2017).
- Polícia Ambiental de Cáceres apreende pescado e materiais irregulares em período de piracema⁴¹ (Polícia Militar Ambiental/MT, 2017).
- Companhia Ambiental de Cáceres flagra desmate em área de preservação permanente (APP-mata ciliar), próximo a córrego, bem como queimada do produto do desmate. (Polícia Militar Ambiental/MT, 2008).
- Polícia apreende pescado na casa de cacerense que mostrou fotos dos peixes nas redes sociais. O morador após realizar o término de uma pescaria,

⁴¹ Período em que os peixes se reproduzem na bacia, sendo proibido a prática de pesca, autorizada somente para o consumo e a pesca científica. (Polícia Ambiental, 2017)

capturou vários exemplares de peixes fora de medida e publicou em seu perfil social fotos que comprovaram o crime ambiental. (Jornal Oeste, 2018).

- Polícia Militar Ambiental apreende maquinário de desmatamento em Cáceres. Em denúncia a PM constatou desmatamento de uma área de 5 hectares de mata nativa, sem autorização do órgão competente. Foram encontrados no local da denúncia um trator de esteira, um caminhão, um contêiner e uma grade com 14 discos, utilizado no desmatamento (Polícia Militar Ambiental/MT, 2013).

Torna-se de suma importância que sejam intensificadas as fiscalizações por parte dos órgãos competentes e punição para os responsáveis por crimes ambientais. E mais, que táticas sustentáveis sejam implementadas e reproduzidas cada vez mais. Em Cáceres, as organizações socioambientais, ONGs e grupos sociais desempenha importantes ações para garantir a preservação do Pantanal.

5.3.3 O dia do Rio Paraguai: desenvolvimento na perspectiva dos grupos socioambientais

Como já foi mencionado em discussões anteriores, o dia 14 de novembro foi a data marcada para celebrar o dia do rio Paraguai com a sociedade e os grupos sociais que se empenharam fortemente para que essa data entrasse por definitivo no calendário festivo de Cáceres.

O projeto de lei que institui o Dia do Rio Paraguai, foi deferido pelo então Governador do Estado de Mato Grosso, que teve como base a Art. 42 da Constituição Estadual, e sanciona a lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito estadual o “Dia do Rio Paraguai”, a ser comemorado no dia 14 de novembro, passando a constar no calendário comemorativo oficial do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (VIANA, 2007).

Esta lei foi sancionada no dia 22 de março de 2001, justificada pelas manifestações do dia 14 de novembro de 2000, em Cáceres, sinalizando claramente a preocupação da população com o destino do rio Paraguai (VIANA, 2007).

O rio Paraguai possui sua hidrovia natural já utilizada pela população desde o surgimento de Cáceres que integram o rio, mas o projeto de construção da Hidrovia

Paraguai-Paraná vem causando vários debates com grandes empresários e políticos que são a favor da consolidação da hidrovia, munidos de um discurso que isso faz parte do progresso e isso vai trazer desenvolvimento para Cáceres. Parte da sociedade é contra essas construções no rio, vários ambientalistas e pesquisadores alertam ao grande impacto ambiental que a hidrovia Paraguai-Paraná pode trazer ao rio Paraguai.

O que está em jogo é a sobrevivência do Pantanal Mato-grossense seriamente ameaçado pelo projeto do porto de Morrinhos e pela hidrovia Paraguai-Paraná. Esta é a motivação, a paixão e a razão da luta dos ambientalistas. E quais são as motivações e razões dos empresários e dos governos, senão o favorecimento próprio (VIANA, 2007). Bem como Calheiros (2014) reitera que:

O rio Paraguai é muito estreito e cheio de curvas (meandros). No projeto de 1990, previa-se: 1) a retificação de curvas, ou seja, deixar o trecho reto; 2) derrocamentos, isto é, tirar as formações rochosas que existem no leito do rio Paraguai, que quando afloram na fase hidrológica da seca impedem a navegação. Estas rochas funcionam como "gargalos" em vários trechos do rio e são um fator importante para que o fluxo de água no Pantanal seja relativamente baixo, pois o rio fica praticamente "preso" nestes trechos de afunilamento, fluindo mais devagar, formando áreas alagadas acima, tanto no Brasil quanto no país Paraguai; 3) dragagens, porque há trechos que sempre são assoreados, prejudicando a navegação, mas com as dragagens muda-se a hidrodinâmica nestes trechos e, como ultimamente o assoreamento é maior devido ao mau uso do solo no planalto adjacente (desmatamento sem respeito às Áreas de Preservação Permanentes - APPs, em solos frágeis, predominantemente arenosos), as dragagens têm de ser mais frequentes e em maior número de trechos. Assim, todas estas intervenções promovem o aumento das vazões (fluxos) de água no rio, drenando o Pantanal de forma mais rápida do que o normal, em especial na seca, alterando, portanto, seu funcionamento hidroecológico.⁴²

Sendo assim, Viana (2007), destaca que a audiência pública do dia 14 de novembro do ano 2000 transformou-se em uma grande manifestação em que a sociedade civil conseguiu impedir que as decisões sobre a instalação do porto de Morrinhos fossem votadas. O projeto foi embargado devido a intervenção popular junto ao Ministério Público e a data torna-se símbolo da luta em defesa do rio Paraguai.

⁴² Entrevista com Debora Calheiros feita pelo Instituto Humanista Unisinos e publicada em 18 de junho de 2014. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/532441-projeto-da-hidrovia-paraguai-parana-uma-irracionalidade-entrevista-especial-com-debora-calheiros>>.

De acordo com Viana (2007) as manifestações não se limitaram somente a esse ato. Continuaram no rio Paraguai, sendo que dezenas de lanchas e barcos bloquearam o tráfego pelo rio e pela ponte Marechal Rondon, impedindo a passagem de dezenas de veículos que passam diariamente pela ponte. Os manifestantes ocuparam ainda o Centro Cultural de Cáceres, local onde estava marcado para ocorrer a audiência pública marcada pela FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente).

Todas essas ações ganharam grande repercussão pela mídia levando em discussão o ponto de vista de empresários, ambientalistas, pesquisadores da Universidade, estudantes e populares contra a construção do Porto de Morrinhos e contra a hidrovia Paraguai-Paraná, lutando contra esse projeto (VIANA, 2007).

No ano de 2001, foi realizada a I Expedição Cáceres/Corumbá, sendo constatadas impactos existentes no rio Paraguai como a destruição de barrancos e matas ciliares, devido à navegação de comboios de cargas, em quantidades maiores que o permitido, promovendo impactos devido a menor flexibilidade para manobras (SILVA et al. 2004).

Toda essa luta em defesa do bem-estar das águas do Paraguai, sendo um dos rios que alimenta as águas do Pantanal, foi imprescindível para impedir que esse projeto viesse a se consolidar.

Assim sendo, no dia 12 de novembro de 2016, comemorou-se dia do rio Paraguai, antecipando a festividades devido ao dia propício, por ser em um final de semana, para o preparo das atividades de comemoração. As atividades iniciaram no dia 12 de novembro, sendo organizado por integrantes do Grupo Raíces e Grupo Fé e Vida, grupos sociais que atuam no município de Cáceres de forma expressiva em defesa do rio Paraguai. Diversas oficinas foram desenvolvidas no dia do evento, sendo elas:

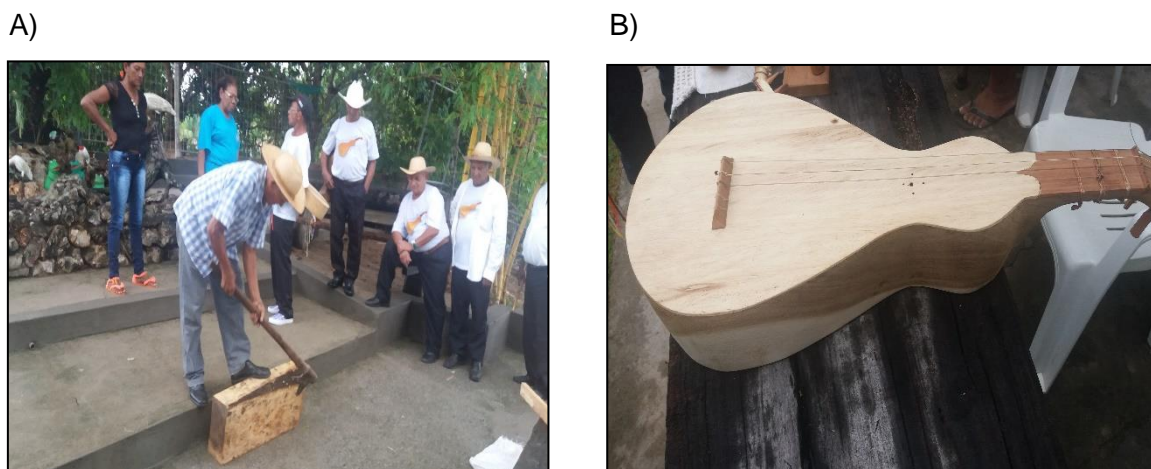
Oficinas sobre criação de peixes em viveiros escavados. Com explicações de um especialista que orientava o público interessado a desenvolver essa atividade e a viabilidade de um vantajoso e lucrativo comércio, comentava sobre quais eram os cuidados necessários, dicas sobre o tipo ideal de água para utilizar, alimentação dos peixes, escolha dos peixes e orientações sobre o mercado local, bem propício para esse tipo de comércio. Contando também com oficinas sobre a apicultura para a produção de mel (Figura 20 A e B) com a utilização de abelhas típicas da região.

Figura 20 A e B - Oficina de Apicultura



Na oficina sobre a criação de minhocas para a produção de húmus, especialistas orientavam os ouvintes as formas corretas de produção e utilização da terra depois de fertilizada pelas minhocas e oficina de confecção de Viola de Cocho, um instrumento musical tradicional típico dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (Figura 21 A e B):

Figura 21 A e B - Oficina de confecção da Viola de Cocho



Fonte: LOIOLA, 2017.

Diversas faixas com mensagens de conscientização, alerta sobre as práticas prejudiciais que diversos grupos hegemônicos vêm praticando e contribuindo para a degradação do rio e cuidados que população deve ter com o meio ambiente. (Figura 22 A e B).

Figura 22 - Faixas expostas no dia do evento na Chácara Tuiuiú

A)



B)



Fonte: LOIOLA, 2017.

No dia 13 de novembro de 2016 as atividades em comemoração continuaram logo cedo, dia marcado para fazer a limpeza do rio Paraguai, os barcos e chalanas reuniram-se na beira do cais, localizado na região central da cidade, e foi realizado a solenidade para dar início aos trabalhos de limpeza do rio (Figura 23). Compareceram ao evento e foram chamados a se apresentarem a frente de todos os presentes, os líderes e representantes públicos para que eles pudessem selar o compromisso de empenhar esforços para a preservação e proteção do rio Paraguai, que políticas de preservação e fiscalização fossem desenvolvidas cada vez mais, visando o bem-estar

do meio ambiente e de todas as populações que necessitam do rio para sobreviver. A mística do rio Paraguai (Figura 23) foi realizada com a participação de pessoas representantes de alguns grupos sociais da região.

Figura 23 - Acordo firmado pelos agentes públicos como garantir a preservação do rio Paraguai.



Fonte: LOIOLA, 2017

Figura 24 - Mística realizada pelo grupo Raízes para os rios da região



Fonte: LOIOLA, 2017.

O mutirão de limpeza realizado no rio Paraguai foi a 28ª edição do evento, sendo que pela fala dos participantes das outras edições, em todos os anos de

realização, a quantidade de lixo recolhido dos barrancos sempre fora em grandes toneladas.

Foram encontrados os mais distintos tipos de materiais nesses “acampamentos improvisados”, recolhendo varas de pesca, linhas e anzóis, a vasos sanitários, pias, chuveiros, mesas, cadeiras, cama, colchões, fogões, arames farpados, grandes tambores para fazer sevas, e em sua grande maioria com um odor muito forte devido ser feito da soja. Foram cerca de 7 chalanas participantes do mutirão e todas retornaram ao cais da praça central carregadas de lixo. A população que faz das margens do rio uma área de lazer, não se preocupa com os impactos que podem causar praticando atos que prejudicam e degradam o rio, considerado patrimônio de todos e não de uma parcela da população que chega e se apropria de forma ilegal das margens do rio.

Todos os barcos despejaram o lixo recolhido para que outra equipe de limpeza da Prefeitura Municipal de Cáceres fizessem o recolhimento e levasse até a empresa de reciclagem da cidade para fazer a seleção do que poderia ser reutilizado. A partir da Figura 25 é possível visualizar parte do lixo trazido pelas embarcações e as mensagens que os grupos organizadores do evento trazem na tentativa de uma conscientização da população.

Figura 25 - Chegada das chalanas carregadas de lixo recolhido do rio Paraguai



Fonte: LOIOLA, 2017.

O mutirão de limpeza teve repercussão pela mídia local, que traz como matéria do Jornal Oeste, publicada no dia 14 de novembro de 2016, “SÓ AUMENTA: Mutirão retira 8 caminhões de lixo do rio Paraguai em Cáceres”, relatando que infelizmente depois de 28 anos, parte dos moradores e usuários do rio Paraguai, ainda não se conscientizaram para a necessidade de sua preservação.

5.3.4 Restauração Ecológica para conservação dos recursos hídricos no Pantanal mato-grossense

O trabalho de restauração ecológica para a conservação dos recursos hídricos, consiste em um projeto desenvolvido por membros do grupo GAIA em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso dentro outras instituições, no município de Cáceres, mais especificamente no Assentamento Laranjeira I, por ser um local que apresenta graves problemas acarretados pelo avanço do desmatamento e por ser uma região onde se localizam algumas nascentes do Pantanal. Esse assentamento possui diversos problemas socioambientais que interferem na qualidade de vida dos moradores que sofrem principalmente com a escassez de água e a falta de tratamento desse recurso, bem como seu mau uso (LEÃO, 2014).

Esse projeto de pesquisa é denominado como “Recuperação das Nascentes e Fragmentos de Mata Ciliar do Córrego do Assentamento Laranjeiras I e Mobilização dos Recursos Hídricos no Pantanal Mato-grossense”. Também conhecido como “Projeto Laranjeiras” (LEÃO, 2014).

A restauração ecológica é uma ação desenvolvida a partir de parcerias entre professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), integrantes do grupo GAIA/MT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres (STTR), Associação Sociocultural e ambiental Fé e Vida e Escola Antônio Conselheiro, ação financiada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) (CASTRILON et al. 2017)

Castrillon et al. (2017) ressaltam que esta ação tem por meta realizar um diagnóstico ambiental multidisciplinar, para compreensão do suporte ecológico, em uma região que compreende nascentes do Pantanal. Realizar a recuperação de nascentes e fragmentos de mata com o plantio de mudas de árvores nativas desta região, fazer uma mobilização para a conservação da micro bacia e diálogos ampliados no Pantanal (Figura 26).

Figura 26 - **A** – Restauração ecológica na bacia do Alto Paraguai; **B**: Plantio de mudas para a reflorestamento de nascentes do Pantanal.

A)



B)



Fonte: CASTRILLON, 2017.

E com base nesse diagnóstico os grupos envolvidos além das atividades desenvolvidas nas nascentes do Pantanal, também publicaram uma cartilha intitulada de “Águas Escassas no Pantanal: Recuperação das nascentes e fragmentos de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I e mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal mato-grossense” e o livro “Escassez Hídrica e Restauração Ecológica no Pantanal – Recuperação das nascentes e fragmentos de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I, com o objetivo de expor à sociedade os principais problemas ambientais detectados, e com intuito em conscientizar a população quanto ao uso adequado dos recursos naturais. Ambos foram lançados no VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, realizado em 2017, em Brasília – DF.

Contudo, os grupos e organizações socioambientais agem não somente em defesa do ambiente pantaneira, como também realizam significativas ações em defesa das comunidades rurais, assentamentos e população do meio urbano. Com projetos que visam promover e disseminar o conhecimento.

5.3.5 Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal

O projeto Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana, sob coordenação do representante do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, demonstra relevância para

consolidação de parcerias com instituições de ensino superior e escolas de ensino fundamental e médio, fazendo um intercâmbio de produção do conhecimento (ZART, 2016).

O projeto ainda tem por finalidade interagir com entidades, movimentos e grupos sociais, mobilizando e gerando conhecimentos pertinentes a ciência e ações de planejamento e de governança das múltiplas situações que ocorrem nos territórios onde se localizam (ZART, 2016). O referido autor destaca ainda que a metodologia do projeto visa:

[...] possibilitar a promoção da concertação institucional com órgãos públicos para o desenvolvimento e a avaliação de políticas públicas. As conquistas para a economia solidária resultam dos encontros de agentes econômicos e políticos e da confluência de proposição e das energias mobilizadoras que agregam pessoas, instituições e movimentos sociais na construção de consensos necessários para a construção de projetos de influência nacional.

Zart (2016) ressalta ainda que este projeto tem como base para sua formação as dimensões formativas diversas que abrangem conteúdos filosóficos sociológicos e econômicos, além da necessidade de saberes técnicos aplicados à produção, comercialização e gestão do empreendimento. Todos os conteúdos científicos são recriados para a devida comunicação com os sujeitos sociais (Figura 27).

Figura 27 - Formação/capacitação com os trabalhadores rurais na região da fronteira com a Bolívia



Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, 2017.

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, além de atividades formativas desenvolvidas com bolsistas e com as comunidades residentes nos assentamentos, desenvolvem importante trabalho de aproximação da população camponesa com a Universidade e população do meio urbano a partir da consolidação da Feira de Economia Solidária e Agroecológica (FEISOL). Bem como destaca Loiola e Martins (2017):

A FEISOL é realizada semanalmente, às quintas-feiras, no pátio da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) das 18:00 as 22:00, os feirantes são famílias provenientes de assentamentos que de forma geral vendem produtos agrícolas variados, bem como de pessoas da cidade que comercializam produtos alimentícios e artesanatos. A organização da feira partiu de uma atividade de extensão universitária por meio do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e conta com apoio de outras instituições como a FASE/MT, o Centro de Direitos Humanos (CDH) e a Empresa Mato-grossense de Extensão Rural (EMPAER).

O movimento no pátio da Universidade a partir do momento em que se instalou a FEISOL tem aumentado consideravelmente e atraído novos públicos que antes não frequentava aquele espaço, ou seja, cria-se um vínculo entre a Universidade e a comunidade no geral, contribuí para isso, além da diversidade dos produtos, o modo como ele é exposto, alguns prontos para o preparo, e as relações socioafetivas que são criadas entre os diferentes sujeitos (LOIOLA E MARTINS, 2017). Figura 28.

Figura 28 A e B - Feira de Economia Solidária e Agroecológica (FEISOL), na Universidade do Estado de Mato Grosso.

A)



B)



Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, 2018

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, desenvolve ainda oficinas com o objetivo de capacitar a população de forma geral, alguns dos cursos oferecidos são: Desenvolvimento Territorial e Pedagogia da Cooperação; Organização e comercialização solidária formação de agentes da economia solidária; Formação em economia Solidária com mulheres camponesas; dentre outros (ZART, 2016). Evidencia-se a importância o Núcleo para a efetivação das práticas sustentáveis no município de Cáceres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura econômica e social do município de Cáceres vem se modificando e o município que, a pouco tempo atrás, era considerada uma das mais expressivas em Mato Grosso na produção agropecuária e turismo, atualmente vem ganhando um novo perfil econômico em função da produção de monoculturas, em específico a soja, desenvolvida em algumas fazendas de Cáceres.

Diante do exposto, essa dissertação buscou encontrar respostas a questionamentos levantados inicialmente no decorrer das discussões, sobre as possíveis transformações socioculturais e ambientais vivenciadas em Cáceres após a implantação da monocultura da soja. Conclui-se que a inserção da soja em Cáceres ainda é fato recente. Elencando transformações ou problemas ambientais aqueles vivenciados cotidianamente pelos grupos sociais e pela população ribeirinha, como: assoreamento do rio que cada vez mais vem se intensificando devido ao avanço do desmatamento, diminuição de peixes devido ao barramento do rio para a construção das PCHs, pesca predatória, poluição, dentre outros problemas ambientais.

Os grupos sociais mais afetados são as comunidades ribeirinhas que dependem do rio como fonte de subsistência, e grupos de pescadores que percebem como cada vez mais que a quantidade de peixes vem diminuindo.

De modo geral, na visão dos grupos sociais, eles não veem com bons olhos a monocultura da soja no município, pois todos presam muito pela preservação do rio Paraguai e do Pantanal, e todo essa transformação acarretará em graves consequências ao bioma.

Os grupos sociais, organizações e ONGs, percebem rio Paraguai e o meio ambiente em sua totalidade, como um bem de valor inigualável. Sendo visível o sentimento de admiração por este bem natural. Todos lutam em prol de uma causa comum, preservar o meio ambiente para que as gerações futuras possam ter a mesma oportunidade de desfrutar de riquezas naturais.

Os saberes e as práticas dos grupos sociais contribuem para a construção de uma sociedade mais sustentável, fazendo com que suas ações atenuem as injustiças ambientais e melhoram a qualidade de vida da população.

Dessa forma, Cáceres tem vivenciado um processo dinâmico de transformação territorial em função da inserção do capital no campo. Este processo tem gerado contradições e conflitos territoriais entre os sujeitos/grupos sociais que a compõe, em

específico os camponeses e latifundiários, pela apropriação e uso do território cacerense.

A monocultura da soja vem ganhando espaço no campo e na mídia cacerense; está última tem propagado um discurso positivo sobre o desenvolvimento de Cáceres e região, que é a evolução/modernidade, que são as monoculturas que alimentam e fortalecem a economia brasileira.

Contudo, sabemos que na prática esse desenvolvimento não acontece como propagado, porque as monoculturas são formas de produção em larga escala destinadas à exportação, ao abastecimento do mercado internacional. Não podemos negar que trazem uma expressiva elevação ao PIB nacional, mas em contraponto juntamente com ela vem todas as mazelas ambientais, sociais e culturais que atingem diretamente os grupos sociais menos favorecidos. E mais, propagar que é a monocultura que alimenta a população é um exagero, pois sabemos que a grande maioria dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura camponesa.

E este modelo de produção, a agricultura camponesa, tem-se mostrado em Cáceres como opção de desenvolvimento local sustentável, isso porque os territórios da agricultura camponesa são entendidos como locais de vida, trabalho e luta contra o modelo hegemônico de produção capitalista.

Assim sendo, constata-se no Estado, assim como no País, os conflitos e as disputas por territórios entre os dois modelos de produção, o agronegócio e a agricultura camponesa. No bojo dos conflitos estão os grupos e organizações que lutam pela defesa e preservação ambiental, social e cultural e os empresários capitalistas/latifundiários/sojicultores que defendem uma ideia de progresso/desenvolvimento que devasta a tudo e a todos, que exclui e expropria a população menos favorecida, que gera injustiças e degradação social, ambiental e cultural.

Neste contexto, torna-se necessária a preservação dos saberes tradicionais, que hoje considerado por muitos como algo antigo ou atrasado, mas que tão importante é para a preservação de uma cultura que muito contribuiu e muito tem a nos ensinar a viver de forma mais simples e em consonância com a natureza.

Que a esperança resista, que a população juntamente com os grupos e organizações socioambientais continuem a luta em defesa do ambiente e da cultura pantaneira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais**. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004, p.13-35.

ABUTAKKA, A **O Significado da Migração Populacional para o Município de Cáceres: município de fronteira**. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2006, 168 f.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo, Editorial Nordan–Comunidad. Setiembre de 1999.

AMORIM, M. L. de. **Monções: canoas de histórias nos rios do ouro cuiabano**. *Monções: Revista de História da UFMS* v. 1, nº 1. Set/2014.

BAMPI, A. C. et al. **Expansão da fronteira agrícola capitalista no Baixo Araguaia brasileiro (MT): alterações ambientais e conflitos sócio-territoriais**. *Revista Geográfica*, nº 21 jun. 2017. p. 29-45.

BARRETO, C. de A. **Os impactos socioambientais do cultivo de soja**. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Anais. São Paulo, 2004.

BOMTEMPO, D. C. **Dinâmicas Territoriais de Interações Espaciais: A Configuração do Circuito Espacial da Produção da Nestlé S/A**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.34, v.1, p.72-96, jan./jul.2012.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Centro Gráfico, 1988.

BODGAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

CAMACHO, R. S. **A produção do Espaço e do Território: As Relações de Trabalho subordinado ao modo de produção capitalista**. *Entre-Lugar*, Dourados, MS, ano 1, n. 1, p. 73-98, 1º semestre de 2010a.

_____ **A Barbárie Moderna do Agronegócio-Latifundiário-exportador e suas Implicações Socioambientais**. *AGRÁRIA*, São Paulo, Nº. 13, pp. 169-195, 2010b.

CALHEIROS, D. **Projeto da hidrovía Paraguai-Paraná: “uma irracionalidade”**. **Entrevista especial com Débora Calheiros**. Instituto Humanistas Unisinos. 18 de jun. de 2014. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/532441-projeto-da-hidrovía-paraguai-parana-uma-irracionalidade-entrevista-especial-com-debora-calheiros>>. Acesso dia 04 de fev. de 2018.

CARNEIRO, P. **Cultivo de soja ameaça o Pantanal, afirma especialistas.**

Investimentos e Notícias. 21 de sent. 2016. Disponível em:

<<http://www.investimentosenoticias.com.br/noticias/agronegocio/cultivo-de-soja-ameaca-o-pantanal-afirmam-especialistas>>. Acesso em 18 de ago. 2017.

CARVALHO, I. C. de M.; SCOTTO, G. (Org.) **Conflitos Sócioambientais no Brasil.** Vol I, Rio de Janeiro. IBASE; 1995.

CASTRILON, S. I. et al. (Org.) **Escassez hídrica e restauração ecológica no Pantanal: recuperação das nascentes e fragmentos de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I e mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal mato-grossense.** Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2017.

CORRÊA, R. L. Dimensões de análise das redes geográficas. p. 107-118. *In*: CORRÊA, R.L. **Trajetórias Geográficas.** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____ (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CUNHA, O. E. **Expansão da soja em Mato Grosso e desenvolvimento econômico no período de 1995 a 2005.** Dissertação (Mestre em Economia). Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento Regional – Universidade de Mato Grosso. Cuiabá, 2008, 153f.

DAN, V. C. **O acesso à cidade: questões socioeconômica da cidade de Cáceres com enfoque na praça da feira.** 2010, 241 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* Marechal Cândido Rondon, 2010.

DATALUTA BOLETIM 2013. Disponível em:
<http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_12_2013.pdf>
Acesso em 21 de jun. 2017.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. da. **Metodologia Científica.** Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.

DINIZ, M. **Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira.** Governo do Estado de São Paulo. Edição nº 2 de junho de 2005.

ELIAS, D. **Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola.** In SPOSITO, M. E. B; SOBA, R. O. *Cidades médias regionais.* São Paulo: Expressão Popular, 2006. 376p.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **O Agronegócio da soja no Centro-Oeste.** Circular técnica. Ministério da Agricultura e Abastecimento. Dourados/MT, 2000.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **O agronegócio da soja no Centro-Oeste**. Dourados: Ministério da Agricultura e Abastecimento, 2000.

_____. **Soja na alimentação**. 2005. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br soja_alimentação>. Acesso em 10 de out. 2015.

Estudo de viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA. Hidrovia do Rio Paraguai. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Informativo, 2017.

FELIZOLA, M. P. M. **A trajetória dos Movimentos Socioambientais em Sergipe – Personagens, Instituições e Estratégias de Comunicação**. 2012, 290 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

FERNANDES, B. M **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. **Agricultura de mercado, campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (Orgs.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 161-186.

_____. (Coord.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso - Editora Expressão Popular, 2008 b. 424 p.

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional de Mato Grosso – FASE. Disponível em <<https://fase.org.br/pt/onde-atuamos/mato-grosso/>>. Acesso em 24 de nov. 2016.

FLICK, V. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

GALVÃO, A. **Marxismo e Movimentos sociais**. Revista Crítica Marxista, n. 32, p. 107-126, 2011.

GUERRA, J. **Saberes Culturais e Ambientais: Reinventando a vida na tessitura da Educação Ambiental para Assentamentos Rurais no Bioma Pampa, Sul do Brasil**. 2012, 225 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Biociências. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa sociais**. 6. ed. 4 reimpre. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARD, E. P. **Mato Grosso: Expressão Aguda da Questão Agrária Brasileira**. Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia. Nº 27 de 2016. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10898>>. Acesso em 03 de mar. 2017.

_____. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente SP.

_____. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera/atlas>>. Acesso em: 25 de jan/2017.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. V.16, n.47, maio-ago. 2011.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

GOMES, M. V. **Uso e ocupação do solo: zoneamento sócio econômico-ecológico do Estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2ª aproximação**. Cuiabá: Prodeagro, 1997.

GOTTGENS, J. F. **The Paraguay-Paraná Hidrovia: Protecting the Pantanal with lessons from the past: Large-scale channelization of the northern Paraguay-Paraná seems to be on hold, but an ongoing multitude of smaller-scale activities may turn the Pantanal into the next example of the “tyranny of small decisions**. Bi Science, volume 51, issue 4,1 april 2001, p. 301 – 308.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, set./2004.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, v. 34, p.1-62, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades: Cáceres/MT. 2006**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em 18 de jun/20017

INSTITUTO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA- INCRA. **Assentamentos. 2014**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 19 de mar. 2017.

_____. **Estrutura Fundiária Quilombola**. <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em 23 de mar. 2017.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê IPHAN 8: Modo de fazer Viola-de-Cocho**. Brasília, DF: IPHAN, 2009.

JABER, M. T. S. **O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência**. São Carlos. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, UFSCar. 2012, 253f

KISH, W. Jornal Oeste: **Comitê Popular do Rio Paraguai realiza 3ª Assembleia Popular nesta quinta-feira (14)**. 12 de nov. de 2013. Disponível em:

<<http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=5245>>. Acesso em 18 de jun. 2017.

LEÃO, D. da. S. **O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) no Assentamento Laranjeira I, em região de nascente do Pantanal – Cáceres – MT.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Estado de Mato Grosso. 2014. 92 f.

LEONEL, M. **A morte social dos rios.** São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998.

LEMOS, J. J. S. **O Cultivo da Soja no Sul do Maranhão.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 39. 2001, Brasília. Anais. Brasília/ DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2001.

LITTLE, P. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** In: BURSZTYN, M. (org.) A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.

LOBATO, A da S. et al. **A formação Histórico-Territorial do Mato Grosso, as transformações e Impactos decorrentes da expansão da soja.** Revista eletrônica Para Onde? Programa de Pós-Graduação em Geografia UFGS, v.4, n. 1, 2010.

LOIOLA, V. do Ó. **A. abordagem sobre educação ambiental no contexto do dia do rio Paraguai em Cáceres – MT.** XVII Semana da Geografia, III Seminário de Pós-graduação em Geografia e II Seminário de Práticas de ensino em Geografia. UNEMAT, 2017.

LOIOLA, V. do Ó. **A importância da feira de economia solidária e agroecológica – FEISOL no contexto do município de Cáceres/MT.** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba/PR, 2017.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto, 2007.

MEDEIROS, H. **Impactos políticas públicas sobre os pescadores profissionais do Pantanal de Cáceres – Mato Grosso.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências ambientais – USP. São Paulo, 1999.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Revista Lua Nova, nº 17. CEDEC, 1989.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis, Vozes, 2001.

MENDES, N. F. **Memória cacerense. Cáceres-MT.** Carlini & Carniato, 1998.

MESQUITA, B. A. de. **Política neoliberal e os impactos na expansão do agronegócio na Amazônia.** In: Colóquio Internacional de La Sepla América Latina:

Escenarios del nouvo desafios os e horizontes de transformacion, 4. 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires, 2008.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MORENO, G. **Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.** São Paulo, 1993. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismo de Burla: 1862-1992.** Entrelinhas: EdUFMT. Cuiabá/MT, 2007.

MORENO, G. HIGA, T. C. S. (Org). **Geografia de Mato Grosso.** Entrelinhas, 2005.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, C. G. **História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864 – 1870) 130 anos depois.** Estudos avançados. Vol. 9 nº. 24. São Paulo, 1995.

NEVES, R. J. **Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais – Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008. 184 f.

NEVES, S. M. A da S. et al. **Caracterização e análise da paisagem do Assentamento Laranjeira I, no município mato-grossense de Cáceres, Brasil.** In: CASTRILLON, S. I.; PUHL, J I.; MORAES, F. f. de; LOPES, A. A. E. T. M. (Org). Escassez hídrica e restauração ecológica no Pantanal: recuperação das nascentes e fragmentação de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I e mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal mato-grossense. Carlini & Caniato, Cuiabá, 2017.

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra.** Presidente Prudente: FCT/ UNESP, 2008.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia.** Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999. 63-110.

_____. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 2, p. 113-156, jul.-dez. 2003.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

ONDEI, V. **Casamento de conveniência**. Dinheiro Rural. Cáceres, jun. 2015. Disponível em: < <https://www.dinheirorural.com.br/secao/capa/casamento-de-conveniencia>>. Acesso em 24 de jun. de 2017.

OTTMANN, G. **Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil – Uma abordagem cognitiva**. Traduzido do inglês por: NUNES, Otacílio. Revista Novos Estudos n.41, março de 1995.

PACTO em defesa das cabeceiras do Pantanal. Página organização. **Poluição invisível e Soja no Pantanal não!** Disponível em: <<https://www.facebook.com/search/top/?q=pacto%20em%20defesa%20das%20cabeceras%20do%20pantanal>>. Acesso em 21 de set. 2017.

PASQUIS, R.; VARGAS, G. M. **A soja em Mato Grosso: determinantes do seu avanço e problemas socioambientais**. In: AGUIAR et al. Desenvolvimento territorial diretrizes para a região BR-163. Brasília: WWF, Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.dialogos.org.br/arquivo/colecao/asojaematogrosso.pdf>>. Acesso 18 de mar/2016.

PEÑAFIEL, F. M. M. **Ideologia do movimento ambientalista: Um estudo de caso múltiplos em quatro organizações não governamentais de Florianópolis**. Dissertação. (Mestrado em administração) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, 190 f.

PICOLOTTO, E. L. **Movimentos Sociais: Abordagens Clássicas e Contemporâneas**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Ano 1, Edição 2, novembro de 2007.

PIGNATI, W. A; MACHADO, J. M. H; CABRAL, J. F. **Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 1, 2007. p. 105-114.

PREFEITURA Municipal de Cáceres. **Plano Diretor de Desenvolvimento – PDD**. Comissão Especial para Atualização do Plano Diretor, 2010.

PRESIDÊNCIA da República. Casa Civil. **Subchefia para assuntos jurídicos**. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

PÓVOAS, L. C. **O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2000.

RIBEIRO, R. F. **Introdução à questão metodológica**. In: DIEGUES, A. C. S. Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

REIS, E. **Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado. Fazenda Ressaca** – Agropecuária Grendene Ltda. 2015.

MATO GROSSO. **Resolução nº. 139/2003** – Conselho de ensino, pesquisa e extensão - CONEPE. Universidade do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/1927_res_conepe_139_2003.pdf>. Acesso dia 18 de agos. 2017.

ROSSETTO, O. C.; TOCANTINS, N. (Org.) **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: socioeconomia e conservação da biodiversidade**. Documento Eletrônico – 1.ed. – Porto Alegre: Imprensa Livre, Compasso Lugar Cultura, 2015. 677p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

Regimento do **Núcleo UNITRABALHO** da Universidade do Estado de Mato Grosso. Resolução Nº. 139/2003 – CONEPE. Disponível em: <[http://www.unemat.br/prppg/docs/unitrabalho](http://www.unemat.br/prppg/docs/unitrabalho.pdf)>.pdf. Acesso em 18 jul. 2017.

RIBEIRO, R. F. **Introdução à questão metodológica**. In: DIEGUES, A. C. S. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

RODRIGUES, S. **Desmatamento do Pantanal já consumiu 18% do bioma**. <[Http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/desmatamento-do-pantanal-ja-consumiu-18-do-bioma/](http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/desmatamento-do-pantanal-ja-consumiu-18-do-bioma/)>. Acesso dia 01 de jan. 2018.

SABOURIN, E. **Que Política Pública para a Agricultura Familiar no segundo Governo Lula?** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. da S. Milton Santos. **Concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 3ª. Edição. 1999.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo**. Edusp, 2002. 384 p.

SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro, 2. ed. 2006

SANTOS, W. M. dos. **Cáceres, cidade da fronteira no contexto da integração regional**. In: ROMAMCINI, Sônia Regina (Org). **Novas Territorialidades nas cidades mato-grossense**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SCHEFFER, M. et al. **Catastrophic shifts in ecosystems**. Nature, v. 413, p. 591-596, 2001.

SCHERER-WARREN, I. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais.** Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, jan/abr. 2006.

SCHLENSINGER, S. **Dois casos sérios: em Mato Grosso. A soja em Lucas do Rio Verde e a Cana-de-açúcar em Barra do Bugres.** 1º edição. Mato Grosso, Brasil, 2013.

_____. **Pantanal por inteiro, não pela metade: soja, hidrovía e outras ameaças à integridade do Pantanal.** Mato Grosso, Brasil, 2014.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** RBCS Vol. 18 nº. 51. fevereiro/2003.

SCHWENK, L. M. **Transformações decorrentes do processo de expansão da soja em Mato Grosso: algumas reflexões no contexto ambiental, econômico e social.** Revista Mato-Grossense de Geografia. Cuiabá: UFMT, n. 16, p. 61-88, jan/jun. 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN. **Histórico de ocupação do Estado de Mato Grosso.** 2002.

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Anuário estatístico de Mato Grosso.** Vol. 26. Cuiabá: SEPLAN-MT, 2004.

SEJUDH – **Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.sejudh.mt.gov.br/>>. Acesso em 25 de ago. 2017.

SILVA, C. A. F. da: Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton *et al.*: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3. ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.

SILVA, T. P. da S.; ALMEIDA, R. A. de; KUDLAVICZ. **Os Assentamentos Rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 15 – Ano 8, mai. 2012.

_____. **Território de Esperança: o processo de recriação camponesa em Cáceres – MT.** Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal Fluminense, 2014, 213 f.

_____. **As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS.** Dissertação Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. “Julio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente. 2004, 163 f.

SILVA, H. P da, et al. **O impacto da proposta de implementação da Hidrovía Paraguai-Paraná, na visão de diversos setores da sociedade em Cáceres, MT.** IV Simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do Pantanal. Corumbá/MS, 2004.

SILVA, T. da S; LOIOLA, V. do Ó; VIEGAS, L. P. **Conflitos socioambientais relativos ao avanço do Cultivo de soja na região sudoeste de Mato Grosso: Questões preliminares.** Ciência Geográfica - Bauru - XXI - Vol. XXI - (1): Jan/Dez, 2017.

SILVA, M. de O. **A (Re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul.** 2014. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2014.

SILVA, R. A. da. **Do invisível ao visível: O mapeamento dos grupos socioambientais de Mato Grosso – Brasil.** Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos naturais). Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. 2011, 222 f.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais.** Entrelinhas, 2002, 272p.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 93 - 111, 2006.

SOUZA, S. T. **Algumas reflexões sobre o espaço geográfico e a produção do espaço no capitalismo.** In anais do X encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Notas sobre a Epistemologia da Geografia.** Cadernos Geográficos, n. 11 Publicação do Departamento de Geociências – CFH/UFSC. Florianópolis, maio 2005.

TSUKAMOTO FILHO, A. de A.; SILVA, M.L.; COUTO, L.; MULLER, M.D. **Análise econômica de um plantio de teca submetido a desbastes.** Sociedade de Investigações Florestais. Viçosa – MG, v.27, n. 4, 2003 p.487-494.

TANNERY DO BRASIL. **Informações da empresa.** Disponível em: <<https://b2brazil.com.br/hotsite/tannerydobrasil>>. Acesso em 20 de jan. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TOURAINÉ, A. **Os Novos Conflitos Sociais – Para evitar Mal-Entendidos.** Lua Nova, n. 17 – São Paulo – Jun/1989.

URBAN, T. **Saudade do matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil.** Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998.

VIOLA, E. **A Emergência e evolução do ambientalismo no Brasil.** In: LEIS, Héctor: O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade de Blumenau, pp. 89-112, 1996.

VIANA, G. (Org.) **A polêmica sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná e o Porto de Morrinhos**. Mato Grosso: Assembleia Legislativa. Coleção Eco-Cidadania, nº 03. 2007.

VIEIRA, V. H. O; MORENO, G. **A Transformação Sócio-Espacial na Região de Cáceres/MT, sob Influência dos Assentamentos Rurais**. EnGEO, 2005.

WWF. HUSZAR, P. et. al. **Realidade ou Ficção: Uma Revisão dos Estudos Oficiais da Hidrovia Paraguai-Paraná**. 1999. 46 p.

PETRY, P. et. al. Brasil. **Análise de Risco Ecológico da Bacia do rio Paraguai: Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai**. The Nature Conservancy. 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2ª ED. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WHITAKER, D. C. A et al. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letra Viva, 2002.

ZART, L. L.: **Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana**. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2016.

REPORTAGENS

ACADEMIA Pantaneira. Disponível em:
<<http://academiapantaneira.webnode.com/emeritos/padre-isidoro-salomao/>>. Acesso em 07 de jul. 2017.

ALTAFIN, I. G. **Cultivo de soja ameaça o Pantanal, afirmam especialistas**. Senado Federal. Disponível em:
<<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/21/cultivo-de-soja-ameaca-o-pantanal-afirmam-especialistas>>. Acesso em 21 set. 2017.

Atlas municipal de Cáceres. Disponível em
<<http://www2.unemat.br/atlascaceres/index.php>>. Acesso em 24 de set. 2016.

AUGUSTO, W. **A diversidade da natureza no coração do Brasil**. Portal Mato Grosso Brasil. Disponível em:
<<http://www.matogrossobrasil.com.br/ecossistema.asp>>. Acesso em 18 de ago. 2017.

CHIARETTI, D. **Sem proteção, Pantanal vê a soja como maior ameaça**. Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4963236/sem-protecao-pantanal-ve-soja-como-maior-ameaca>>. Acesso em 22 de set. 2017.

EMBRAPA – **Monitoramento por Satélite. Análise Espacial dos Dados: Incidência de queimadas e a aptidão agrícola das terras.** Disponível em: <<http://www.qmdmt.cnpem.embrapa.br/8111.htm>>. Acesso em 26 de set. 2017.

FASE – MT. **Apresentação/Quem somos.** Disponível em: <<http://www.fasemt.com.br/site/apresentacao.php>>. Acesso em 19 de jun. 2017.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.fetagrmt.org.br/site/>>. Acesso em 25 de jun. 2017.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Sergipe. Disponível em: <<http://fetase.org.br/quem-somos/apresentacao/>>. Acesso em 23 de jun. 2017.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia). Universidade Estadual Paulista. 2008, 349 f.

_____. Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. Revista Franco-Brasileira de Geografia – Confins, nº 27, 2016.

_____. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasilagrario.com.br>>. Acesso em 28 de set. de 2016.

GIRARD, P. **Pantanal, em breve um imenso campo de soja?** Ecoa. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/pantanal-em-breve-um-imenso-campo-de-soja/>>. Acesso em 22 de set. 2017.

Grito da Terra – FETASE. Disponível em: <<http://fetase.org.br/mobilizacoes/grito-da-terra-brasil/>>. Acesso em 23 de set. 2016.

IBGE Notícias. **Em agosto, IBGE prevê safra de grãos 30,4% maior que em 2016.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/16530-em-agosto-ibge-preve-safra-de-graos-30-4-maior.html>>. Acesso em 28 de set. 2017.

MINIDOC. **Paraguai: Cinco gritos de um rio que morre.** Vaidapé. Disponível em: <<http://vaidape.com.br/2016/12/paraguai-cinco-gritos-de-um-rio-que-morre/>>. Acesso em 18 de dez. 2017.

Ministério Público Federal. MPF/MT investiga práticas de crime ambiental no município de Cáceres. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mpf-mpf-investiga-pratica-de-crime-ambiental-no-municipio-de-caceres>>. Acesso em 01 de fev. 2018.

MOTORYN, P. **Morte e Vida Pantaneira.** Vaidapé. Disponível em: <<http://vaidape.com.br/morte-e-vida-pantaneira/>>. Acesso em 25 de ago. 2016.

NELORE Grendene. **Sistema ILP transforma e melhora o manejo das terras de MT.** Disponível em: <<http://www.neloregrendene.com.br/noticia/16/sistema-ilp-transforma-e-melhora-o-manejo-das-terras-de-mt>>. Acesso em 21 de set. 2017.

PETROLI, V. **Plantio de soja no Pantanal causa assoreamento de rios, afirmam especialistas.** Olhar Direto. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=24221¬icia=plantio-de-soja-no-pantanal-causa-assoreamento-de-rios-afirmam-especialistas>>. Acesso em 22 de set. 2017.

Polícia Militar de Mato Grosso. Polícia Militar apreende maquinário de desmatamento em Cáceres. Disponível em: <<http://www.pm.mt.gov.br/-/policia-militar-apreende-maquinarior-de-desmatamento-em-caceres>>. Acesso em 01 de fev. 2018.

Polícia Militar de Mato Grosso. Polícia Militar ambiental de Cáceres apreende pescado e materiais sem procedência. Disponível em: <<http://www.pm.mt.gov.br/-/policia-ambiental-de-caceres-apreende-pescado-e-materiais-sem-procedencia>>. Acesso em 01 de fev. 2018.

Jornal Oeste. Polícia apreende pescado na casa de cacerense que mostrou fotos de vários pacus no facebook. Disponível em: <<http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=44073>>. Acesso em 10 de fev. 2018.

Jornal Oeste. **SÓ AUMENTA: Mutirão retira 8 caminhões de lixo do rio Paraguai em Cáceres.** Disponível em: <<http://www.jornaloeste.com.br/so-aumenta-mutirao-retira-8-caminhoes-de-lixo-do-rio-paraguai-em-caceres>>. Acesso em 20 de nov. 2016.

WERNECK, K. **Luta pelo rio Paraguai completa 11 anos de resistência popular.** DIREITOS Humanos Mato Grosso. Disponível em: <<http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/2011/11/luta-pelo-rio-paraguai-completa-11-anos.html>>. Acesso em 18 de jun. 2017.

ENTREVISTAS COLETADAS

CANDEIAS, I. M. Entrevista concedida no dia 18 de agosto de 2017, em Cáceres – MT. Representante do Assentamento Ipê Roxo.

CASTRILON, S. I. Entrevista concedida no dia 22 de março de 2017, em Cáceres – MT. Representante do Grupo GAIA/MT.

IZIDORIO, S. Entrevista concedida no dia 08 de abril de 2017, em Cáceres – MT. Representante da Associação Sociocultural e ambiental Fé e Vida e Grupo Raízes.

MENDES, E. P. Entrevista concedida no dia 11 de janeiro 2017, em Cáceres – MT. Representante do Centro de Direitos Humanos de Cáceres.

MOURA, F. A. G. de Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016, em Cáceres – MT. Representante da Fase/MT.

SANTOS, V. A. Entrevista concedida no dia 08 de abril de 2017, em Cáceres – MT. Representante do grupo Raízes.

OLIVEIRA, N. A. Entrevista concedida no dia 19 de agosto de 2016, em Cáceres – MT. Representante da Associação Sociocultural e ambiental Fé e Vida.

ZART, L. Entrevista concedida no dia 06 de setembro de 2016, em Cáceres-MT. Representante do Núcleo UNITRABALHO

GLOSSÁRIO

Agroecologia: forma de agricultura que procura fornecer a longo prazo um rendimento contínuo, utilizando tecnologias de manejo ecológico. A produção não é orientada para a busca de altos rendimentos de um produto em particular, mas sim para otimizar o sistema como um todo.

Ciganos: se identificam como povos nômades.

Comunidades quilombolas: são terras de quilombo, uma categoria territorial que expressa um reconhecimento jurídico e social, que estão relacionados aos descendentes dos povos africanos aqui escravizados.

Grupos de Siriri e Cururu: são caracterizados por expressões populares da cultura mato-grossense, típicas das comunidades rurais, pantaneiros e dos Cerrados.

Dança do Congo: é uma dança de origem africana, que representa a luta simbólica entre os reinados Congo e Bamba.

Familiares camponeses: Entendidos como aqueles em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Fronteiriços e Beiradeiros: são alguns assentados que vivem da economia de consumo e localizam-se próximo à fronteira com a Bolívia.

Índice de Gini: definido por ser uma forma de medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Morroquianos: são moradores da Morraria no entorno da Estação Ecológica da Serra das Araras, próximo a Cáceres, Porto Estrela e Barra do Bugres.

Povos pantaneiros: são comunidades tradicionais que vivem no Pantanal mato-grossense que se estabeleceram nos poucos espaços a elas disponíveis, por meio de deslocamentos locais, espontâneos ou induzidos e pela transmissão oral de conhecimento tradicional estratégias de ocupação e manejo de território dominado pelas águas mantidos pela interconectividade cultural entre elas.

Ribeirinhos: são uma população que vive à beira dos rios, com maior identificação com a água do que com a terra, predominantemente, pesqueira, apoiadas pela agricultura de várzea e de terra firme.

Sistema monçoeiro: expedições compostas principalmente por moradores da Capitania de São Paulo, devassaram esse espaço geográfico em busca do indígena ou do caminho para as minas do Peru. Este movimento, também conhecido como monções do Sul decorreu das descobertas auríferas do rio Cuiabá, na primeira década do século XVIII pelo sertanista Pascoal Moreira Cabral no ano de 1719.

Viola-de-cocho: é instrumentos musical fundamental para a expressão destas danças, com sonoridade considerada *sui generis* e produzida de modo artesanal e com matérias-primas retiradas da natureza e seu processo de fabricação só é possível se for ecologicamente sustentável de forma harmônica e consciente dos artesãos com o meio ambiente.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 – Comente sobre o processo de luta pela terra em Cáceres.
- 2 – Quais são os maiores conflitos de Cáceres e região?
- 3 – Qual sua clareza sobre a soja em Cáceres: quais são as perspectivas/olhar sobre a produção da soja em Cáceres?
- 4 – Na atualidade, quais são as maiores reivindicações e quais suas conquistas? O que os grupos sociais já alcançaram?
- 5 – O que é a Flec e como ela funciona?
- 6 – Processo histórico dos grupos atuais.